



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
HISTÓRICO E CULTURAL**

Ramo Património Artístico e História de Arte

**O uso turístico enquanto valorização patrimonial:
a importância do planeamento e da gestão**

Mónica Sofia da Silva Viegas

Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em
Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Orientador: Prof. Antónia Fialho Conde

Co-orientador: Prof. Filipe Themudo Barata

Évora/2013

Agradecimentos

Finalizada esta longa e um pouco atribulada fase gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para que a realização desta dissertação fosse possível.

A todos os que me ajudaram a ver luz, nos momentos em que só vi sombras, à minha família e amigos próximos por todo o apoio.

À diretora de curso de Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural Prof. Ana Maria Cardoso, ao Prof. Filipe Themudo Barata e especialmente à Prof. Antónia Fialho Conde, por toda a compreensão, ajuda e atenção.

O uso turístico enquanto valorização patrimonial: a importância do planeamento e da gestão

Resumo: A dissertação apresentada versa sobre a relação entre as atividades relacionadas com o património e o turismo e a utilização dos recursos patrimoniais através da prática turística. Primeiramente são abordados os temas em separado, sendo depois estudada a relação entre ambos.

Na segunda parte é abordada a importância do planeamento e da gestão na realização de iniciativas que assentem na utilização turística do património. É apresentado um estudo de caso, Aljezur, a que se segue a caracterização do concelho a vários níveis, é de seguida apresentada uma análise crítica da forma como estão desenvolvidas as iniciativas relacionadas com o turismo e o património neste destino.

Palavras-chave: Património cultural, Turismo, planeamento e gestão patrimonial, Aljezur

The touristic use while valorization of heritage: the importance of planning and management

Abstract: This dissertation focuses the relation between tourism and heritage and the use of heritage through the tourism. On the first part the issues are firstly submitted separately and then the relation between both.

The second part is about the importance of planning and management of initiatives about the touristic use of heritage. In this part are presented a case study about the village of Aljezur, his main characteristics and a critical analysis about the initiatives related with tourism and heritage that are developed in this destination.

Keywords: Cultural Heritage, Tourism, Planning, Management, Aljezur

Índice

Introdução

Parte I

Capítulo 1. O Património e a Patrimonialização.....	12
1.1. O Conceito de Património.....	12
1.1.1. Alargamento da abrangência do conceito de Património.....	13
1.2. O Conceito de Património Cultural.....	14
1.3. Patrimonialização.....	17
1.4.1. Agentes decisores da Patrimonialização – Uma lógica participativa.....	20
1.5. Valores do Património Cultural.....	22
Capítulo 2. Do Turismo Cultural à “Turistificação” de Lugares.....	24
2.1. Turismo Cultural.....	24
2.1.1. A procura de Turismo Cultural.....	26
2.1.2. O “novo turismo”.....	28
2.2. Turistificação e os Lugares turísticos.....	29
Capítulo 3. Património e Turismo – Uma relação de Simbiose?.....	32
3.1. Património e Turismo.....	32
3.1.1. O contributo da globalização para a diferenciação turístico-patrimonial.....	35
3.2. A utilização turística do património.....	36
3.2.1. A comercialização do Património.....	39
3.2.2. A territorialização turístico-patrimonial.....	41
3.2.3. Prós e contras da utilização turística do património.....	42
3.2.4. A procura de um ponto de equilíbrio.....	45
3.3. Património e Turismo em cidades históricas e em áreas rurais.....	46
Capítulo 4. Desenvolvimento através de práticas turístico-patrimoniais.....	48
4.1. A utilização turística do património como instrumento de desenvolvimento.....	48
4.1.1. Condicionais ao recurso do turismo como opção de desenvolvimento.....	52
4.1.2. Efeito multiplicador.....	54

Parte II

Capítulo 1. O planeamento e a utilização turística do património.....	56
1.1. Princípios do planeamento.....	58
Capítulo 2. A gestão de iniciativas no âmbito da utilização turística do património.....	60
2.1. Princípios estratégicos de gestão.....	62
Capítulo 3. Aljezur, “Entre a Serra e o Mar” – Estudo de caso.....	65
3.1. Caracterização do Concelho de Aljezur.....	65
3.1.1. Enquadramento geográfico.....	65
3.1.2. Enquadramento Histórico.....	65
3.1.3. Enquadramento social e económico.....	66
3.1.4. Turismo em Aljezur.....	68
3.2. Análise e avaliação dos recursos existentes.....	69
3.2.1. Identificação dos recursos.....	71
3.2.2. A valorização dos recursos patrimoniais.....	73
3.3. Análise da gestão das atrações.....	78
3.4. Análise SWOT.....	86
3.5. Proposta de Intervenção.....	92
Conclusão.....	97
Bibliografia.....	99
Anexos.....	108

Lista de Anexos

- Anexo I – Freguesias constituintes do concelho de Aljezur
- Anexo II – História de Aljezur
- Anexo III – Lendas e tradições Aljezurense
- Anexo IV – Fauna e Flora de Aljezur
- Anexo V – Lista de Praias de Aljezur
- Anexo VI – Receitas típicas Aljezurense
- Anexo VII – Mapa turístico de Aljezur
- Anexo VIII – Mapa de acessibilidades Aljezur
- Anexo IX – Lista de Associações e Grupos de desenvolvimento local
- Anexo X – Lista de Recursos Museológicos
- Anexo XI- Lista de Recursos de Património Arqueológico
- Anexo XII- Lista de Recursos Património Religioso
- Anexo XIII – Lista de Alojamento do concelho de Aljezur
- Anexo XIV - Percurso Cultural da Vila de Aljezur
- Anexo XV - Percurso Cultural da Vila de Odeceixe
- Anexo XVI - Percurso Cultural da Aldeia da Carrapateira
- Anexo XVII - Roteiro de Arte Manuelina
- Anexo XVIII - Circuito histórico-cultural e ambiental de Aljezur
- Anexo XIX - Análise SWOT, Avaliação Global da sustentabilidade
- Anexo XX – Levantamento Fotográfica

Lista de Figuras

- Fig. 1 – Mapa de Aljezur
- Fig. 2 – Igreja Nova
- Fig. 3 - Perceves
- Fig. 4 - Batata-doce
- Fig. 5 - Peças de artesanato em vime
- Fig. 6 - Análise e avaliação dos recursos existentes
- Fig. 7 - Identificação do património cultural de Aljezur
- Fig. 8 - Identificação Infraestruturas para o Turismo
- Fig. 9. Análise da Gestão das atrações
- Fig. 10. Análise SWOT

Lista de Siglas

ADPHA – Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur

ATLAS – European Association for Education in Tourism, Leisure and Arts

CMA – Câmara Municipal de Aljezur

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

INE – Instituto Nacional de Estatísticas.

IPA – Instituto Português do Património Arquitectónico

ECT – European Cities Tourism

ETC – European Travel Commission

GOP – Grandes Opções do Plano

MEI – Ministério da Economia e Inovação

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDM – Plano Director Municipal

UNEP – United Nations Environment Programme

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNWTO – World Tourism Organization

Introdução

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, do Departamento de História da Universidade de Évora e tem como tema “O uso turístico enquanto valorização patrimonial: a importância do planeamento e da gestão”.

A escolha deste tema está diretamente relacionada com a minha área de formação inicial (licenciatura em Turismo também na Universidade de Évora) e com o trabalho que realizo e pretendo continuar a realizar. Isto é, como Técnica de Turismo, e devido ao meu interesse pessoal pelo património, pretendo com a realização deste Mestrado e mais especificamente com esta dissertação melhorar e aprofundar os meus conhecimentos e sensibilidade para as questões relacionadas com a relação entre estas duas áreas, o Património e o Turismo, que englobam na sua relação uma imensidão de questões e interligações complexas e paradoxais.

Neste seguimento, o objetivo geral desta dissertação consiste no estudo da relação entre o património e o turismo, especificamente o fenómeno da utilização turística de recursos patrimoniais.

Podem ser enumerados os seguintes objetivos específicos:

- Abordar as questões relacionadas com a relação entre o património e o turismo, analisando os prós e os contras da utilização turística do património;
- Demonstrar a importância e a capacidade de evolução do turismo assente nos elementos patrimoniais;
- Apresentar a importância dos processos de planeamento e gestão nas iniciativas de carácter turístico e patrimonial;
- Apresentar uma análise e uma proposta de intervenção em relação à utilização e valorização do património no Concelho de Aljezur, com base nos elementos teóricos apresentados ao longo da dissertação.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema. Esta pesquisa foi realizada na sua maioria através de diversos motores de busca em repositórios e catálogos institucionais e de Universidades.

Após a pesquisa e recolha seguiu-se a leitura e análise dos documentos, apostando ainda num estudo de caso para, com base na informação recolhida proceder à redação da dissertação.

Sendo os temas desta dissertação já abordados por diversos autores, existem muitas obras escritas tanto sobre o património como sobre o turismo, tal como sobre a relação entre os dois temas.

Recorreu-se em ambos os temas ao apoio e contextualização da legislação e de documentos oficiais sobre o tema.

Em relação ao património os principais autores referenciados são: Margarida Barreto, Elsa Peralta, Françoise Choay, Laurence Prats, Xerardo Pérez, Paulo Peixoto, Alois Riegl. Quanto ao Turismo surgem novamente alguns destes autores, tal como Margarida Barreto e Xerardo Pérez, juntamente com Adrian Bull, Licínio Cunha e Greg Richards.

Quanto ao capítulo que se refere ao desenvolvimento são referenciados principalmente Elsa Peralta e Licínio Cunha.

Ao que se refere à segunda parte do trabalho, o tema do planeamento e da gestão, serão enquadrados segundo os autores Noémi Marujo, Paulo Carvalho, Doris Van De Meene Rushman, Colin Hall, e novamente Margarida Barreto.

Sobre Aljezur existem diversas publicações, em relação ao seu património e à sua história, na sua maioria ligadas à Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur.

Relativamente ao património, podem ser referidas publicações sobre a sua história tal como: *Aljezur Medieval* de José António Jesus Martins. Sobre a identidade Islâmica do destino *IBN QASI – Memória do pensamento e Acção do Mestre Sufi da Arrifana*, de Mário Varela Gomes, *A Batalha de Aljezur* de José Augusto Rodrigues, referente aos aviões que caíram em terras Aljezurenses durante a 2ª Guerra Mundial (este é um marco muito marcante na memória do povo).

Sobre os achados arqueológicos, destacam-se *Ribat da Arrifana – Cultura material e espiritualidade* de Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes; *As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur* de Victor S. Gonçalves; *Silos Islâmicos de Alcaria – Aljezur séc. VIII-XII*, de Silvina Silvério, as revistas culturais do Município de Aljezur *Al-Rihana* desde nº 1 a 4, estas são da responsabilidade da ADPHA.

Podem ser referidos também alguns livros sobre a memória representativa da identidade do povo Aljuresense, como é o caso do livro *A minha Rua* de Ernesto Silva, *Desenhos a carvão de José Cercas*, pintor de origem Aljuresense e que deu origem a um dos museus da vila (Casa Museu do Pintor José Cercas), o livro *Nasceu no Algarve – A história e a arte de ser pessoa* de Emmanuel Correia ou *Plantas e usos medicinais populares* editado pela Associação de Municípios Terras do Infante a respeito das tradições populares, *A Magia do Petisco*, de Ilídio Lacerda, sobre a gastronomia local.

Aljezur está também presente em roteiros e guias de turismo, como é o caso do *Roteiro Turístico - Lagos, Vila do Bispo e Aljezur*, editado pela Associação de Municípios Terras do Infante ou o *Guia do Castelo de Aljezur* da autoria do IPA (Instituto Português do Património Arquitectónico).

Esta dissertação está dividida em duas partes. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico no qual se desenvolvem os temas fundamentais do estudo, e é composta por quatro capítulos.

O capítulo 1 refere-se à apresentação e enquadramento de um dos temas base do trabalho, o Património. Neste capítulo é abordado o conceito de património, a sua evolução ao longo dos anos, e o conceito de património cultural. É também abordado o fenómeno da patrimonialização e da atribuição de valores a determinados bens. Assim, este capítulo assenta nos principais elementos teóricos que regem o tema do património.

O capítulo 2 aborda o Turismo que, juntamente com o património são os temas base da dissertação. Este capítulo apresenta um enquadramento sintético em relação ao conceito de Turismo cultural, o surgimento do “ novo turismo”, e por fim o fenómeno da turistificação inerente à utilização turística de determinado bem.

O capítulo 3 refere-se à relação entre património e turismo e às principais questões a eles inerentes, tendo em conta o contributo da globalização ao longo de todo o processo. Neste capítulo é abordada a utilização turística do património, a questão da comercialização, a territorialização turístico-patrimonial, os prós e contras deste fenómeno e a procura de equilíbrio, questão indispensável e fundamental na relação entre estes dois temas. É também abordado de forma sucinta a relação entre o património e turismo em cidades históricas e em áreas rurais.

O capítulo 4 aborda a utilização turística do património como instrumento de desenvolvimento e os condicionalismos e efeitos multiplicadores inerentes a este fenómeno.

A parte II é composta por 3 capítulos. O capítulo 1 apresenta a abordagem à importância do planeamento no âmbito turístico-patrimonial e os princípios que devem ser seguidos nestas práticas.

O capítulo 2 aborda a importância e os princípios estratégicos dos processos de gestão nas iniciativas turísticas assentes no património. Estes dois capítulos são extremamente importantes para enquadrar o capítulo 3, que remete para a análise e apresentação de uma proposta de intervenção para o concelho de Aljezur. Este capítulo apresenta primeiramente a caracterização do concelho, através do enquadramento geográfico, histórico e socioeconómico do destino. De seguida é apresentada uma análise dos recursos, infraestruturas e da gestão das atrações existentes, seguido por fim pela apresentação de uma proposta de intervenção com vista à utilização turística dos recursos patrimoniais do concelho.

Parte I

Capítulo 1 - O Património e a Patrimonialização

O património tem sido encarado através de várias perspetivas e autores. Este trabalho não pretende refletir sobre as muitas abordagens existentes relativas ao património, mas considera-se importante apresentar de forma sucinta os pressupostos de enquadramento do tema.

1.1.O conceito de Património

Etimologicamente, a palavra “património” provem do latim *patrimonium*¹, sendo que a palavra "*Pater*" significa pai, chefe de família e, num sentido mais lato, pode ser entendido como os antepassados e as suas heranças. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial. Por outro lado, a palavra "*Nomos*" de origem grega refere-se à lei, aos usos e costumes relacionados com a origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. Refere-se a todos os bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos (Barretto, 2007). Nesta perspectiva o património é encarado como uma herança transmitida de geração para geração.

Segundo Françoise Choay, inicialmente o conceito de património estava contextualizado apenas em relação ao monumento histórico². A autora considera que durante o processo de

¹ Outros povos adotaram diferentes termos para se referirem ao *patrimonium*, os alemães usam *Denkmalpflege* “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”; os ingleses adotaram *Heritage*, em sentido restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado”, mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores (Funari, 2000 In <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.005/970>, acesso em Setembro de 2012).

² Segundo Choay (2006: 17), a palavra monumento do ponto de vista etimológico, deriva do latim *monumentum*, ela própria derivada de *monere*, que significa advertir, recordar, o que interpela a memória. Chamou-se originalmente monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade, destinado a fazer recordar outras gerações

formação dos Estados Nacionais, este conceito confundiu-se com a noção de identidade nacional, e que por sua vez, atingiu uma conotação marcadamente política. Em que, tal como “*a identidade de um indivíduo ou de uma família poder ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional*” (Gonçalves, 1988: 267).

Segundo Françoise Choay, foi em França que surgiram as primeiras medidas de salvaguarda dos monumentos históricos³. No entanto, é com o início das Guerras Mundiais e as suas consequências destrutivas, que são materializados os primeiros sinais de uma consciencialização coletiva sobre a importância da proteção dos bens patrimoniais, com a redação da Carta de Veneza, em 1964. Desde essa data seguiu-se a redação de diversas Cartas, Convenções, Declarações e Recomendações Internacionais sobre o património.

1.1.1. Alargamento da abrangência do conceito de Património

Ao longo dos tempos é possível verificar um alargamento da abrangência dos elementos abrangidos pelo conceito de património. Segundo Choay (2006: 15) esta nova abrangência alcança “*uma tripla extensão: tipológica, cronológica e geográfica*”. Tipológica, uma vez que o património inclui diversos outros tipos, além do monumental; Cronológica, pela redução temporal que é necessária para um elemento ser considerado património; e Geográfica, devido à abrangência internacional dos valores e das orientações relativamente à salvaguarda e preservação de um bem.

Este fenómeno pode ser justificado pelo fato do património constituir “*(...) um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época*” (Peralta, 1997: 218).

Segundo Becerra (1997) o património inclui todos os recursos que podem ser herdados e o seu objetivo é assegurar a sobrevivência dos grupos sociais, constituindo uma forma de interligação entre as gerações.

acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. Deste modo, a especificidade do monumento prende-se com o seu modo de ação sobre a memória (função de memória) e com o tempo vivido (função antropológica).

³ De acordo com a autora Choay (2006: 98), “a 2 de Outubro de 1789, efetuou-se um dos primeiros atos jurídicos da Constituição, ao colocar os bens do clero à disposição da nação (...) de seguida os dos emigrantes e por fim os bens da coroa”.

Acerca deste tema, a Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural (1972, Art. 1º e 2º) estabelece uma explícita diferenciação entre Património Cultural e Património Natural.

Neste seguimento, Miranda (1996 cit. Almeida, 2005) considera que a partir de 1992 surgiram alterações relativas aos critérios de seleção de bens culturais, remetendo para questão da abrangência de uma tripla extensão patrimonial, defendida por Choay (2006).

Neste seguimento, Almeida (2005) refere que, atualmente podem também ser classificados bens naturais, bem como paisagens, quer sejam completamente naturais ou humanizadas. Podendo ser entendidas como paisagens culturais⁴, estas constituem o resultado da relação entre a natureza e a atividade humana nos territórios. É neste âmbito, que atualmente a associação das questões patrimoniais e ambientais surge “*como uma condição de mutualismo*” (Almeida, 2005: 10).

Em suma, é possível salientar que o património cultural é um conceito que tem sido ampliado à medida que o conceito de cultura é revisto⁵. Esta questão propicia uma aproximação à superficialidade da noção de património, em que se corre o risco de “tudo” ser patrimonializável, pois ao abarcar um maior número de elementos⁶, conseqüentemente provoca uma expansão da classificação patrimonial, tema que será desenvolvido no ponto 1.3. a respeito dos processos de patrimonialização.

O alargamento da abrangência do conceito de Património tem possibilitado a emergência de novas estratégias de atuação, sendo possível constituir alianças diversas, como é o caso da utilidade turística do património, foco central deste trabalho (tema desenvolvido no ponto 3.).

1.2. O conceito de Património Cultural

No âmbito da Legislação Nacional (Lei n. 13/85, Art. 1º), “*o Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido*

⁴ Segundo Miranda (1996) a variante “paisagem cultural”, pode ser classificada segundo 3 categorias: “Paisagens claramente definidas”, “Paisagens essencialmente evolutivas” e “Paisagens associativas” (Almeida, 2005: 17).

⁵ De acordo com os autores Coccossis e Nijkamp (1995) “a cultura é o produto da atividade humana; é uma expressão da mente humana num sentido material ou num sentido imaterial. Ela fornece um contexto e um conteúdo à vida; uma estrutura no presente, do passado e para o futuro”, e “um elemento intrínseco à cultura é o património, ou aquela parte do presente que foi extraída do passado” (Pereira, 2005: 33). Boniface (1995), por sua vez, defende que “a cultura tem um poder tremendo. Ficamos intimidados com o que os nossos semelhantes fizeram ou podem fazer. Isso inspira-nos para nós próprios fazermos outras coisas, coisas que nunca teríamos sequer pensado fazer ou que achávamos que não seríamos capazes de fazer” (Pereira, 2005: 35).

⁶ O autor Almeida (1993: 3) designa o processo de crescente diversificação dos objetos classificados por “Complexo de Noé”.

valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

Esta citação remete para o carácter abrangente do conceito de Património Cultural, em que além dos bens materiais, são também incorporadas as práticas e elementos da identidade cultural dos povos, isto é, abrangem um carácter imaterial. Neste seguimento, é possível considerar que “o património cultural enuncia os diferentes modos pelos quais os grupos sociais definem a sua identidade, diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir enquanto membros de uma realidade. A emergência da dimensão imaterial do património associa-o à concepção de lugar antropológico⁷, em que as diferentes sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas” (Carvalho e Simões, 2011: 635).

Desta forma, o Património Cultural é classificado segundo duas grandes divisões: o património cultural material (ou tangível) e o património cultural imaterial (ou intangível)⁸. Segundo o ICOMOS (1985: 4)⁹ o património cultural “compreende as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anónimas, surgidas da alma popular e do conjunto de valores que dão sentido à vida, ou seja as obras materiais e imateriais que expressam a criatividade desse povo; a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a literatura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”.

Partindo do princípio que “nem tudo pode ser preservado, pelo menos em termos institucionais, pois tal tarefa seria impossível de realizar” (Pereira, 2005: 34), foram criadas categorias de classificação dos bens patrimoniais, para desta forma organizar e sistematizar o processo de valorização e salvaguarda. Desta forma, a nível Nacional os bens podem ser classificados como de “Interesse Nacional”, de “Interesse Público” ou de

⁷ “O lugar antropológico é a construção simbólica e concreta do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência” (Augé, 1994: 34).

⁸ Património material (tangível) divide-se em bens culturais imóveis, que “representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura” (“podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio”, cit. Lei n. 107/2001, Art. 15, 1º) e bens culturais móveis (“espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento”, cit. Lei n. 107/2001, Art. 55º, 3º).

Património Imaterial (intangível) define o conjunto de “práticas e representações, expressões, conhecimentos e técnicas, mas também os objetos, os instrumentos, os artefactos e lugares que lhe são associados, bem assim como as comunidades, os grupos ou mesmo indivíduos que se reconhecem como parte integrante desse património cultural” (UNESCO, 2003 In Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, p.03).

⁹ Declaração do México, 1985, p. 4.

“Interesse Municipal”¹⁰ (Lei nº 107/2001, Art. 15º, n. 2) e a nível Internacional, como Património Mundial¹¹ (UNESCO, 1972).

A partir das definições apresentadas, verifica-se que são inúmeros os elementos que podem ser incluídos neste conceito. É neste seguimento que surge a questão do que deve ou não ser considerado património cultural? Ao analisar esta questão objetiva é possível salientar que o património cultural não pode incluir tudo o que é criado pelas culturas (Becerra, 1997).

Neste contexto, verifica-se a necessidade de seleção sobre o que deve ser abrangido ou não, “a seleção e escolha fazem parte dos processos de fabricação social do património cultural” (Perez, 2006: 24). Esse fenómeno de “fabrico” está relacionado com os processos de patrimonialização (tema desenvolvido no ponto 1.3.).

É possível sublinhar que a definição e limitação do conceito de património cultural é uma questão complexa e paradoxal, o que pode ser justificado pelo fato de ser uma noção que está relacionada com elementos, em que a mudança é um fato constante. Uma vez que, tanto a noção de cultura e como de património encontram-se em constante mutação, ambas intimamente ligadas entre si.

É assim, essencial que estas questões sejam constantemente estudadas e regulamentadas. Neste seguimento, salienta-se a importância das Cartas, Convenções, Declarações e Recomendações Internacionais e da própria Legislação, a nível Nacional.

O Património cultural é regido pela Lei nº 107/2001 - Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural. A qual sofreu alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, que estabeleceu os procedimentos de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Atualmente o organismo responsável pelo património a nível Nacional, é a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que resulta da fusão entre o IGESPAR IP, o IMC IP e a

¹⁰ “Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.” (Lei n. 107/2001, Art. 15º, 4º).

“Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.” (Lei n. 107/2001, Art. 15º, 5º).

“Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município” (Lei n. 107/2001, Art. 15º, 6º).

¹¹ “Conjunto de bens culturais e naturais com um valor universalmente reconhecido como de excepção. Esse conjunto obedece a princípios classificativos que estão categorizados do seguinte modo: a) Património cultural: monumentos; conjuntos; locais de interesse; b) Património natural: monumentos naturais; habitats naturais; locais de interesse naturais. (UNESCO, 1972. In Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural).

Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (em vigor desde 1 de Junho de 2012) e tem por “*missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional*” (Decreto-Lei nº 115/2012, Art. 2º).

1.3. Patrimonialização

“A patrimonialização consiste num processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais” (Pérez, 2009: 147).

O conceito de patrimonialização está associado ao Romantismo, altura em que surgiram os debates entre John Ruskin e Viollet-Le-Duc¹², os quais apresentavam diferentes perspetivas de encarar as noções de conservação, preservação e restauração de bens. Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial verificou-se um aumento do processo de ativação do património cultural, fato justificado por de ter sido nesta altura que se intensificaram as preocupações relativamente aos elementos culturais potencialmente patrimonializáveis e que ficou marcado pelo início da redação de Cartas, Convenções, Declarações e Recomendações Internacionais sobre Património.

Nos processos de patrimonialização, os elementos são sujeitos a uma “*construção social*” (Prats, 1997: 19) ou “*engenharia social*” (Peralta, 2003: 85), na medida em que consistem em algo idealizado, num contexto coletivo, para atingir determinada finalidade e depende de critérios ou interesses específicos. Neste seguimento, tal como a noção de património, o que é considerado patrimonializável está em constante mutação e varia de acordo com as transformações temporais e espaciais a que determinada sociedade está sujeita.

¹² John Ruskin defendia a preservação como forma de responder às necessidades do presente e criticava a restauração por considera-la uma destruição e forma de ressuscitar os mortos. Este autor valorizava a ruína como exercício legítimo da evolução vital de um edifício, daí que o restaurano para Ruskin não fizesse sentido. Pelo contrário, Viollet-Le-Duc era defensor das restaurações e das restituições integrais respeitando o original, isto é, o edifício devia ser recuperado seguindo os moldes de como foi originalmente. Defendia que os elementos decorativos e arquitectónicos posteriores à construção original deveriam ser destruídos (Pérez, 2009: 146).

Desta forma, o passado é “resgatado, interpretado, recriado, inventado (...) e o significado conferido ao património vai depender de uma multiplicidade de interesses e de circunstâncias, associados a processos sociais complexos, (...) o poder político vigente, às características do sistema educativo ou o modo como as populações utilizam o seu tempo livre” (Anico, 2004: 5).

Tal como foi mencionado anteriormente, a dificuldade surge ao selecionar que parte dessa herança do passado é mais “mais autêntica” e deve ser “ativada”.

Neste seguimento, a seleção deverá recair sobre os elementos considerados mais representativos da autenticidade e intrínsecos da cultura de um povo e da sua identidade, desta forma devem ser os próprios grupos a escolher os elementos que deverão ser transmitidos de geração para geração. Desta forma, segundo Ballart (1997), o património cultural surge quando “um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos” (Pérez, 2009: 141). Apesar da crítica ao fato desta citação ter como base a posse ou não de “um objeto”, esta aponta para o fato essencial de que a escolha deve assentar sobre os elementos que determinado grupo considera como “seus”.

Os processos de seleção, segundo Joan Prat i Caros (1993 cit. Pérez, 2009) seguem alguns critérios específicos, entre os quais: a escassez, em que a atribuição de valor depende da carência existente relativamente a determinado elemento (critério associado às noções de singularidade e raridade); a inutilidade/abandono das funcionalidades utilitárias originais do bem cultural, nesta perspetiva o Michel de Certeau (1995) e outros autores “ (...) *falam na beleza do morto*” (Pérez, 2009: 151), sendo que é necessário declarar “a morte” de determinado bem, por este não ter utilidade ou função prática na atualidade, para ser estudado e novamente valorizado, provavelmente através da atribuição de uma nova função; e por último, os valores que lhe estão afetados, isto é, aos valores que poderão ser atribuídos a um elemento através da sua ativação, nomeadamente em termos económicos.

A seleção de algo depreende diretamente para que existam elementos que não sejam escolhidos, sendo que alguns elementos são resgatados e revitalizados e outros são ignorados. É neste raciocínio que surge “o discurso da perda de património” (Pérez, 2009: 141), pela possibilidade de desaparecimento de determinados elementos do quotidiano (tais como comportamentos, saberes-fazer, objetos, paisagens, entre outros), e por sua vez, a ideia da “urgência na sua recuperação” (Pérez, 2009: 141). Esta questão está relacionada

com o medo pela possível perda de elementos com valor patrimonial, que em casos extremos, contribui para um processo de “reinvenção do passado”¹³. Acontece nos casos em que, a valorização e ativação do património, em vez de funcionar como “um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo” (Pérez, 2006: 28) contribui para criar uma imagem idealizada ou estática da dinâmica das culturas.

Neste seguimento, o discurso do medo da perda de património e por sua vez, o alargamento da abrangência da noção de património, em que quanto mais elementos forem abrangidos por esta noção, mais elementos serão objeto de patrimonialização, fazem com que surja, segundo Guillaume (2003), uma “obsessão das sociedades modernas pela conservação e pelo passado, numa luta contra a perda da memória” (Pérez, 2009: 147).

Esta tendência crescente para a “ativação patrimonial” está associada a expressões como: “reinvenção do património” (Bourdin, 1984), “alegoria do património” (Choay, 2006), “paixão patrimonial” (Guillaume, 1980), “loucura patrimonial” (Jeudy, 1990), “patrimomania” (Martin-Granel, 1999), “fetichismo patrimonial” (Harvey, 1989), “indústria da herança”, “indústria da tradição” (Urry, 1990), “síndrome arquivista” (Abreu, 1998), “paródia nostálica” (Turner, 1988), “alquimia do património” (Lamy, 1996), “histeria patrimonial” (Peixoto, 1998).

Segundo Peixoto (2004), os processos de patrimonialização são caracterizados por três dimensões, que podem ser encaradas como faces de um triângulo.

A primeira dimensão refere-se à elasticidade da noção de património, questão que mais legitima o argumento da “histeria patrimonial”, em casos extremos, esta elasticidade revela um processo de patrimonialização de um território, em que os processos de patrimonialização são confundidos com processos de territorialização¹⁴.

¹³ O antropólogo Marc Augé (2003: 18), em relação à patrimonialização enquanto reinvenção do passado, considera que esta assenta na incerteza face ao futuro. Isto é, considera que os processos de patrimonialização são uma forma de orientar-se melhor no presente para poder enfrentar um futuro difícil, incerto e complexo. Ao reactivar um passado, recente ou não, trata-se de idealizar esse passado através de uma invenção cultural que procura refuncionalizar algo que se perdeu, conferindo-lhe uma segunda vida a partir de critérios estéticos.

¹⁴ Patrimonialização e territorialização a imbricação entre os conceitos de património e de território marca os processos de patrimonialização ao longo do século XX. Essa imbricação começa a revelar-se com as medidas e políticas de proteção dos monumentos em que o próprio espaço que circunda os monumentos se torna um objeto patrimonial, o que inicia um processo de territorialização patrimonial. Traduz-se também numa patrimonialização do território, que, paradoxalmente, por intermédio do militantismo ecológico e neo-ruralista de finais do século XX, leva a que o território se cristalize e se torne mais tangível do que quando era ocupado e valorizado por sociedades mais fechadas sobre si próprias e mais dependentes desse espaço (Gui Di Méo, 1996 cit. Peixoto, 1998: 9).

A segunda dimensão consiste na transformação da relação temporal que marca a patrimonialização, sendo que atualmente assiste-se a uma redução do tempo necessário para fazer emergir uma consciência patrimonial, em que uma geração é suficiente.

A terceira dimensão surge como causa e consequência das anteriores e assenta na emergência de uma lógica de gestão do património face a uma lógica de conservação, o que aponta para necessidade do processo de patrimonialização ser levada a cabo por um grupo de profissionais do Património (Peixoto, 2004) através de uma lógica participativa, em que contribuem os vários elementos da sociedade, tema que será desenvolvido no próximo ponto.

Em suma, a patrimonialização contribui para a refuncionalização do passado, a afirmação da diversidade e da revitalização da identidade cultural de uma sociedade, afetada por processos culturais homogeneizadores, e pode atuar como uma estratégia de captação de recursos, que poderão ser utilizados na dinamização e incremento da competitividade de um local. Neste contexto, os processos de patrimonialização, assumem-se como um mecanismo eficaz para a revitalização cultural. O carácter complexo e paradoxal, deste processo contribui para que seja essencial atingir um equilíbrio sobre o que é “ativado” e o que é “ignorado”.

A patrimonialização traz consigo estratégias de transformação, em que os bens culturais ao serem convertidos em património cultural tornam-se alvos do consumo cultural, nomeadamente, através do Turismo. Estas práticas estão relacionadas com a mercantilização do património cultural, que por sua vez, está relacionado com a prática de turismo cultural (Pérez, 2009), tema que será abordado no ponto 3 deste trabalho.

1.4.1. Agentes decisores da patrimonialização – Uma lógica participativa

“O carácter e o significado de monumentos não correspondem a estas obras em virtude do seu destino originário, pelo contrário, somos nós, sujeitos modernos, quem lho atribuímos” (Riegl, 1987: 29).

Como já foi referido, o património cultural não está dotado de valor em si mesmo, cada sociedade seleciona múltiplos elementos e atribui valores e significados aos seus bens culturais. Neste contexto, Pérez (2003: 15) defende a construção de uma *“patrimonialização feliz”* através de uma lógica participativa a qual pressupõe o envolvimento das populações nas decisões relativas à salvaguarda do seu próprio

património, e que parte do princípio de que a seleção dos elementos preservados deve ser decidida através de um processo democrático, que tenha em conta os hábitos e opiniões da população, em que é valorizada a memória cultural crítica e inclusiva. A importância atribuída à participação das populações reflete a consciência de que o património não deve ser preservado *per se*, mas sim para benefício das próprias sociedades. Em suma, a “*patrimonialização feliz*” enquadra-se nas chamadas micro-intervenções que revelam a necessidade de reconstruir uma identidade em contexto de crise socioeconómica.

Uma lógica participativa enfrenta um conjunto diversificado e um carácter multiplural de exigências, em que além da população, é necessária uma estrutura profissional para que todas as necessidades possam ser atingidas de forma eficaz. Neste seguimento, é essencial que num processo de seleção e patrimonialização exista um grupo formado por diferentes especialistas: arqueólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores da arte, historiadores, biólogos e outros (Pérez, 2003). A investigação e pesquisa são elementos essenciais nestes processos, pois ao estudar a importância dos diferentes participantes contribui para a própria integração da população e simultaneamente para uma harmonização das tensões, conflitos e negociações, que estão associadas a processos deste cariz.

Neste seguimento, são defendidas a prática de estratégias *bottom-up*¹⁵, as quais se apoiam nos especialistas, não para obter respostas, mas sim para formular questões, e em que por sua vez, as respostas surgem das populações, em oposição às estratégias de *top-down*, em que são os especialistas que definem o património e decidem sobre o que deve ou não ser salvaguardado (Hafstein cit. Araújo, 2011). E no seguimento deste raciocínio que é possível afirmar que as populações são os agentes que têm mais capacidade para reconhecer determinado elemento como sendo o “seu” património.

Desta forma, a ativação do património deve ser levada a cabo por um grupo constituído pelos vários elementos que integram e estão relacionados com determinado elemento, em que através de uma lógica participativa e integradora, os agentes patrimonializadores certificam o valor dos elementos culturais que são reconhecidos como dignos de serem patrimonializados e reconhecem, o que antes não estava reconhecido.

1.5. Valores do Património Cultural

¹⁵ Bottom-up e Top-down – o primeiro refere-se a uma abordagem ascendente (de baixo para cima) e o segundo refere-se a uma abordagem descendente (de cima para baixo). In <http://www.linguee.pt/portugues-ingles/page/about.php?bla=> (acesso em Setembro de 2012).

O patrimonio cultural “*tiene un valor esencial e intrínseco, y ha de ser considerado un activo no renovable (...) constituye un valioso e insustituible recurso como elemento revitalizador de las ciudades y los territorios, capaz de mejorar la calidad de vida de los habitantes, de catalizar las inversiones y en la creación de marcas-territorio.*” (UNESCO, 2009: 1)¹⁶.

No seguimento do que foi referido anteriormente sobre o fato dos valores atribuídos aos objetos, nos processos de patrimonialização e ativação patrimonial não estão associados às qualidades intrínsecas de determinado objeto mas sim, pelo valor acrescentado pelo Homem¹⁷. Estes valores atribuídos ao património podem ser categorizados e divididos de diferentes formas, variando consoante os autores. A título de exemplo, seguem-se algumas classificações. Peixoto (2006) atribui ao património um valor estético e de uso. Por sua vez, Lipe (s/d cit. Soares, 2006) divide em: valor económico, valor estético, valor social, valor informativo e valor simbólico/significante. Segundo Riegl (1987), esses valores podem ser organizados em diferentes tipos: valor histórico, valor estético ou artístico, valor de antiguidade, valor de atualidade ou contemporaneidade, valor documental e valor etnográfico (etnológico ou antropológico). O autor Canclini (1989), em referência ao valor atribuído ao artesanato, salienta a distinção entre valor de uso para a comunidade, o valor de troca para o mercado e o valor estético para o turista (em que o valor de uma peça de artesanato varia desde o caminho do produtor até ao consumidor, sendo influenciado por trajetórias, intermediários, consumidores, etc).

O património cultural ao ser abordado como um meio ou recurso para atingir determinado objetivo, é sujeito a adaptações consoante o contexto de tempo e de espaço inerente e pode “funcionar” como recurso de rememoração, didático, científico ou turístico. Assim, é possível caracterizá-lo pelo seu carácter e valor instrumental.

Neste seguimento, no atual contexto de globalização, o património cultural tem-se convertido num instrumento de construção de identidades, funcionando como um mecanismo de reforço das identidades locais, capaz de produzir e valorizar as características específicas de uma sociedade, marcar a sua diferenciação.

¹⁶ Tradução nossa: O Património Cultural “tem um valor essencial e intrínseco, e deve ser considerado como um activo não renovável (...) constitui um valioso e insubstituível recurso como elemento revitalizador das cidades e territórios, capaz de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, de catalizar as investimentos e na criação de marcas-território” (Carta de Bruxelas, 2009: 1).

¹⁷ “O carácter e o significado de monumentos não corresponde a estas obras em virtude do seu destino originário, pelo contrário, somos nós, sujeitos modernos, quem lho atribuímos” (Riegl, 1987: 29).

O alargamento da função social dos elementos patrimoniais tem exigido, por sua vez, uma gestão do património assente nos valores de salvaguarda, preservação, valorização, mas também na dinamização de atividades (Greffé, 1990 cit. Fernandes, 2008).

A valorização do património cultural pode constituir um importante papel no âmbito do desenvolvimento local e regional (tema que será desenvolvido no ponto 4), pela sua capacidade de *“constituir una red de elementos capaces de dinamizar la economía de nuestros países en ventaja competitiva con otras actividades sometidas en mayor medida a los ciclos y coyunturas que se producen periódicamente. Se trata además de un sector integrado mayoritariamente por pequeñas y medianas empresas, que constituyen un fuerte tejido económico y social”* (UNESCO, 2009: 2)¹⁸.

Encarar o património cultural como um “recurso não renovável”, contribui para que este se afirme como um recurso singular, capaz de ser um instrumento tão eficaz (ou até mais) no processo de valorizar as especificidades dos territórios, recuperar memórias, ritualizar sociabilidades e transmitir legados para o futuro, contribuindo de forma sucinta para a conservação e preservação de bens culturais e, por sua vez, para atingir uma rentabilidade social, política e económica, projetando uma melhoria de vida e auto-estima da população.

¹⁸ Tradução nossa: “constituir uma rede de elementos capaz de dinamizar a economia dos nossos países em vantagem competitiva com outras atividades submetidas em maior medida aos ciclos e conjunturas que se produzem periodicamente. Além disso, trata-se de um setor integrado maioritariamente por pequenas e médias empresas, que constituem um forte tecido económico e social” (Carta de Bruxelas, 2009: 2).

Capítulo 2. Do Turismo Cultural à “Turistificação” de Lugares

Ao longo deste capítulo, será apresentada uma abordagem sucinta ao tema do Turismo Cultural, ao surgimento dos “novos turistas” e aos processos de turistificação sobre os lugares, pois é através da prática da atividade turística que, no capítulo seguinte, será enquadrada a utilização patrimonial.

2.1. Turismo Cultural

Segundo Smith (2003), *o turismo cultural é um guarda - chuva conceptual para um conjunto de atividades e também uma forma de diferenciação no turismo* (Pérez, 2009: 111).

A Organização Mundial do Turismo (1985) define Turismo Cultural como “*o movimento de pessoas derivado, essencialmente, das motivações culturais ou educativos, como por exemplo, a visita a monumentos de interesse histórico, cultural ou religioso, a participação em eventos de índole cultural, a convivência com as tradições, usos e costumes da população autóctone, entre outros*” (Richards, 2009: 25).

Uma outra definição da OMT, esta mais ampla, considera que o turismo cultural engloba toda a viagem que “*satisfaz a necessidade humana de diversidade, com vista a aumentar o nível cultural dos indivíduos e dando lugar a novos conhecimentos, experiências e encontros*” (Henriques, 2007: 8).

De forma sucinta e de acordo com o relatório City Tourism & Culture (ETC/UNWTO/ECT, 2005) o Turismo Cultural é “*the movement of persons to cultural attractions away from their normal place of residence with the intention to gather new information and experiences to satisfy their cultural needs*”¹⁹ (Richards, 2001: 37).

A problemática existente relativa à definição de Turismo Cultural²⁰ assenta principalmente no fato em que é constituída por dois termos, também eles vastos e difíceis de definir. O termo “Turismo” e “Cultura”. Turismo Cultural é um conceito relativamente recente²¹, embora a natureza cultural do turismo é já antiga²².

É possível identificar uma diversidade de definições para o turismo cultural resultantes das diversas abordagens dadas ao tema. O ponto em comum, consiste em que a cultura é a base essencial de atração, ou de motivação, que leva as pessoas a viajar, esta que pode encarnar através dos muitos aspetos abrangidos pelo conceito de cultura, tal como, a história, o quotidiano, o artesanato, as manifestações culturais ou folclóricas, tais como festas e festivais, peregrinações (Barreto, 2000).

O Turismo Cultural deve assentar nos princípios apresentados pela Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999: 3), documento referente à dinâmica entre o turismo cultural e o património cultural, sendo que um dos principais objetivos salientados consiste

¹⁹ Tradução nossa: “movimento de pessoas para atrações culturais fora do seu local normal de residência, com a intenção de obter mais informação e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais”.

²⁰ Segundo Smith (1989), alguns autores estabelecem uma diferença entre “Turismo Cultural” e “Turismo Histórico” ou “Turismo Patrimonial” reservando o primeiro para as relações das pessoas com os estilos de vida *old style* e o segundo para as atrações provocadas pelas “glórias do passado” (heritage) (Smith, 1989 cit. Pérez, 2009: 257).

²¹ O Plano Nacional de Turismo, elaborado em 1985, já apontava o Turismo Cultural como um dos segmentos em que é necessário investir, como forma de diversificar a oferta e responder às novas exigências da procura do modelo pós-fordista. O recente Plano Estratégico Nacional de Turismo (MEI, 2006), que pretende abranger mais de uma década, 2006 a 2020, desenvolve e complementa a linha traçada em 1985.

²² Vários autores, como Alfonso (2003 cit. Quintal, 2008: 56), defendem que o turismo sempre teve um aspeto cultural, sustentando que grande parte das viagens que se realizaram ao longo da História, e que hoje podemos vincular aos inícios do turismo, foram motivadas pela visita a lugares em que se podiam encontrar manifestações de interesse artístico ou histórico, mas também grupos de indivíduos pertencentes às denominadas “outras culturas” ou “culturas exóticas”. Este viajar e conhecer outros lugares e outros indivíduos ajudou a difundir elementos pertencentes a formas de vida de uns e de outros, ou seja, de viajantes e nativos. Monumentos, conventos, património material e imaterial, associados à ideia da diferença e do exotismo, são há muito procurados para consumo, tornando o turismo uma atividade cultural.

em “facilitar e encorajar a indústria do turismo, a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o património e as culturas vivas das comunidades residentes”.

Desta forma, o turismo cultural tem a capacidade de interpretar e valorizar a própria identidade de um território. Assim, segundo Alfonso (2003) “aqueles que se dedicam a praticar o turismo cultural consomem aspetos do património de uma determinada localidade com a intenção de compreender tanto o lugar, como aqueles que nela vivem ou viveram. E isto devia conseguir-se através das imagens que visualizam nesse sítio e das informações complementares que obtêm mediante folhetos e guias escritos, guias humanos, documentais, etc, mas também mediante o contacto com os anfitriões (Quintal, 2008: 54).

Neste seguimento, o turismo cultural, seja como produto exclusivo ou como complemento de outras atrações turísticas, converte-se numa prática de importância crescente dentro do sector, com consequência económicas benéficas inerentes e promove a vantagem de contribuir para a conservação dos bens culturais e ícones de identificação coletiva relativa a determinada sociedade (Peralta, 2003).

Em suma, o turismo cultural promove atividades e práticas que proporcionam o contacto com os diversos elementos da cultura, do património cultural privilegiando o consumo de memórias e lugares, monumentos de lembrança²³, o que faz com que seja encarado como uma das atividades que mais tem desenvolvido o contato intercultural entre diferentes sociedades. Este aspecto benéfico proveniente do turismo em geral, e nomeadamente do turismo cultural vai de encontro com a posição apresentada pelo Código Ético para o Turismo (OMT, 1999) o qual defende a ideia de que o turismo deve estar ao serviço da paz, da amizade e da compreensão entre os povos.

2.1.1. A procura de Turismo Cultural

Richards (2009) considera que podem ser identificadas duas categorias de turistas culturais: o turista cultural direto, que também pode ser classificado como étnico, rural,

²³ Lugares onde sucederam acontecimentos históricos importantes como batalhas ou revoluções, mas também lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais. Estes lugares de memórias atraem turistas pelo seu valor histórico, artístico ou de vivência, constituindo uma prática social que Candau (2002) tem definido como “turismo da memória”. Este turismo tem utilizado a cultura e o património cultural para criar uma imagem-produto que se comercializa para ver e visitar (Pérez, 2009: 162).

ecoturista, entre outros, incluídos no denominado turismo alternativo²⁴ (ou específico) e o turista cultural indireto (ou geral), que representa um consumidor com um caráter ocioso sobre o património cultural, em que este é procurado de forma complementar, não constituindo a primeira opção. Este tipo de turista viaja com um intuito lúdico, para relaxar, desfrutar do clima, descansar ou quebrar o ritmo imposto quotidiano, é o visitante mais frequente do património cultural, a nível global.

Sobre as alterações do perfil dos visitantes, é preciso destacar a passagem de um modelo de turismo fordista para um pós-fordista. No primeiro, o objetivo consistia em maximizar o número de visitantes, a oferta turística era concentrada em termos territoriais, era caracterizado por uma intensa tensão sociocultural entre anfitriões e visitantes. O modelo turístico pós-fordista refere-se a uma segmentação da oferta, em que são criados produtos específicos para os turistas, é neste contexto que é mais visível a valorização do património cultural (Pérez, 2009).

Segundo Greg Richards (2009), na obra *Turismo cultural: Padrões e implicações*, o perfil do turista cultural não tem sofrido alterações significativas, é possível verificar que inclui cada vez mais o segmento dos indivíduos entre 20 e 29 anos, caracterizados por um nível educativo alto e continuam a ser mais as mulheres do que os homens.

Entre as práticas dos turistas culturais é possível sublinhar o aumento do interesse no património cultural imaterial e no turismo criativo, isto é, num turismo que possibilite uma maior participação e envolvimento do turista no ato de viajar, procura experienciar as vivências.

Relativamente aos pressupostos motivacionais, Varico Pereira considera que o Turismo cultural é caracterizado pela *“procura de conhecimento, de informações, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade cultural (...). Esta atividade turística tem como fundamento o elo entre o passado, o presente e o futuro, o contato e a convivência com o legado cultural, com*

²⁴ Definição de turismo alternativo: “Na opinião de Sirgado (2001), citando autores como Pearce (1989) e Smith e Eadington (1992), traduz-se na afirmação de um novo paradigma, que podemos formular como um turismo ambiental e humanamente responsável, orientado por um imaginário de simbiose turista-ambiente/comunidade de acolhimento” (...) O turismo alternativo configura “toda aquella oferta turística diferente a la existente (sol y playa) sin limitación espacial, pues todos los espacios pueden ser considerados potencialmente turísticos, ni temporal ya que tampoco tiene una duración específica, puede demandarse para un sólo día, incluso sin pernoctación, para una semana o incluso para la totalidad de las vacaciones anuales” (Torres, cit. Carvalho, s/d, in http://www.eumed.net/libros-gratis/2012a/1181/o_turismo_e_os_turistas_tendencias_evolutivas.html, acesso em Setembro de 2012.

tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo, mas que permanecem com as formas expressivas reveladoras do ser e fazer de cada comunidade” (Remoaldo e Ribeiro, 2008: 1305).

A diferença dos elementos que motiva as práticas de turismo cultural variam consoante a perspetiva de autor para autor.

A título de exemplo, segundo Cunha (2009) são incluídas no turismo cultural as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer particularidades e hábitos de determinado povo, conhecer civilizações e culturas diferentes, ou ainda satisfazer necessidades espirituais.

As motivações culturais, interpessoais, de estatuto ou prestígio e físicas ou de lazer integram a proposta de McIntosh et al. (1995 cit. Cunha, 2009). Neste caso, as motivações culturais são explicitadas em termos de desejo de conhecer outros destinos, a sua música, arte, folclore, danças e religião, e as motivações interpessoais aparecem ligadas ao desejo de conhecer pessoas, visitar familiares e amigos, escapar à rotina ou à família, fazer novas amizades, a atmosfera e o ambiente do destino, o ver coisas interessantes e o desejo de aprender mais sobre a cultura local.

É possível salientar, de forma geral, que os motivos culturais aparecem associados ao desejo do visitante de conhecer a cultura rural e popular de um local, comprovar como vivem as pessoas de outros países e locais, ver curiosidades e coisas novas, compreender melhor a atualidade, assistir a manifestações tradicionais, tais como festas e eventos tradicionais, ver monumentos, museus, galerias de arte, centros arqueológicos, estudar.

Em suma, a procura de turismo cultural assenta sobre o poder de atração que o quotidiano de determinada população pode exercer sobre os potenciais turistas e o que estes podem aprender e experimentar durante a sua viagem.

Este tipo de Turismo caracteriza-se por uma permanência prolongada e um contacto mais “íntimo” com a população visitada, observa-se a ocorrência de viagens menores e suplementares dentro da mesma localidade de forma a aprofundar o conhecimento e a experiência cultural do turista.

2.1.2. O “Novo Turismo”

A partir da diversificação e segmentação dos interesses dos turistas, surge o designado “turismo alternativo”. Este “novo turismo” transforma os “4s” tradicionais (sun, sea, sand,

sex) em Sophistication, Specialization, Segmentation, Satisfaction (Buhalis s/d cit. Cunha, 2009)²⁵.

Ou seja o turismo transforma-se numa atividade que, além dos aspetos económicos, passa a dar mais atenção aos valores não materiais: os valores humanos, o fortalecimento da cultura, a preservação do património. Verifica-se uma evolução que provoca uma forte influência tanto no comportamento dos consumidores como na organização da oferta turística, a qual assenta no respeito por determinadas características específicas²⁶ (Cunha, 2009).

Destas características sublinha-se, o interesse pela vivência de experiências de índole cultural e a consciência e vivência do *Value for Money*.

Na primeira característica referenciada, as viagens são realizadas como experiências, são motivados pela aprendizagem de novos elementos sobre o lugar visitado e pretendem conhecer de forma intensa e profunda as características, tradições, isto é, o que realmente identifica o lugar. Desta forma, não querem apenas aprender a teoria, procuram vivenciar as atividades experimentar e sentir o local escolhido, valorizam a autenticidade, tanto do lugar como dos anfitriões.

A segunda característica supracitada, refere-se ao fato de que o que o turista está disposto a pagar não está diretamente relacionado com o consumo material inerente à viagem, mas sim, o sentir que está a ter a oportunidade de participar ativamente numa experiência.

Com efeito, em relação às novas atitudes dos turistas, um estudo da Organização Mundial do Turismo (2003), considera que os turistas na atualidade são mais ativos, daí que os seus interesses vão-se diversificando e segmentando.

De forma sucinta, os turistas são cada vez mais participativos e exigentes, mais preocupados com a sustentabilidade dos territórios e a preservação dos bens patrimoniais e menos influenciados pelas perspetivas da oferta turística massificada (Carvalho, 2006). Assiste-se também, a uma constante segmentização da oferta em resposta à crescente especialização dos consumidores actuais.

²⁵ Tradução: sofisticação da oferta, especialização dos produtos, segmentação da procura e satisfação dos consumidores turísticos (Buhalis, s/d cit. Cunha, 2009).

²⁶ A Direção Geral do Turismo (2002), apresenta as seguintes características: necessidade de informação; exigência de qualidade; necessidade de férias ativas/desportivas; uso crescente da segunda residência ou apartamento de férias; recurso mais forte a férias individuais; recurso mais frequente a pequenas “pausas” e a férias secundárias fora da época alta, além da redução da duração das férias principais; sofisticação dos padrões de consumo dos potenciais turistas; interesse pela vivência de experiências de índole cultural; e por fim, a consciência e exigência do *value for money*.

2.2. Turistificação e os Lugares Turísticos

A turistificação é, segundo os autores Dewailly e Flament (1993) “o processo de apropriação do espaço pelo turismo” (Almeida, s/d: 3).

O conceito de turistificação está associado à capacidade da atividade do turismo transmitir transformações sociais, culturais, económicas, políticas, físicas e ambientais no território. Desta forma, a turistificação consiste no processo de transformação de um determinado espaço, num território onde se desenvolvem práticas turísticas. Assim, a partir do momento em que o turismo impõe as suas ações sobre o território, este transforma-se num território turístico. Este fenómeno produz fortes alterações no território, a todos os níveis, tanto em termos de espaço, como em termos das relações entre os intervenientes das práticas turísticas.

É neste seguimento que é essencial estudar o fenómeno da turistificação, nomeadamente também, pelo seu forte carácter “consumista” do território. Estudar e compreender a forma como um território é turistificado contribui para o desenvolvimento da atividade de forma adequada promovendo os efeitos multiplicadores positivos que podem surgir deste processo (tema desenvolvido no ponto 4.3.2), permitindo, por sua vez, que este canalize o seu potencial positivo no equilíbrio sobre as possíveis consequências negativas e para a melhoria da qualidade de vida da população anfitriã.

A turistificação de determinado lugar, quando assente nos recursos culturais da população local, pode constituir uma forma sustentável e eficaz de desenvolvimento económico e social da sociedade anfitriã.

Segundo Barros (1998 cit. Leite, 2008), os territórios com função turística são alvo de diversas modificações através da construção de infra-estruturas, pelas mudanças nos arranjos dos elementos paisagísticos, pelas alterações nos estilos de vida e também porque são várias as atividades económicas que incidem num mesmo território.

Rodrigues (1997 cit. Leite, 2008) em relação à turistificação dos territórios refere que existem quatro tipos de cenário: a estagnação dos espaços turísticos, que se traduz pela ocorrência de poucas alterações (é considerado um fenómeno raro); a deterioração e transformação de espaços turísticos tradicionais, que perdem a sua função principal; a produção de espaços, totalmente artificiais, onde a natureza não desempenha nenhum papel, podendo ser recriada; e a produção de novos espaços nas áreas naturais mais

recônditas do mundo, onde o turismo pode ser reconhecido como verdadeiro processo civilizatório.

Em suma, a complexidade da atividade turística contribui para que o desenvolvimento de um processo de turistificação do território seja também um processo complexo, pois tal como o turismo, as relações entre as sociedades e o território não são elementos estáticos, estão em constante mutação.

Segundo Henriques (1996) a atividade turística gera os seus próprios lugares. Para o autor, “(...) o turismo não se limita a produzir utilizações originais do espaço ou a modificar as relações entre os territórios (...). Mais do que isso, o turismo concretiza-se geograficamente na formação de novos territórios, com contornos, composição e significado específicos e diversos dos que caracterizam as espacialidades produzidas pela vida quotidiana” (Leite, 2008: 41). Neste seguimento, Knafou (1996 cit. Leite, 2008) destaca que os lugares turísticos surgem, a partir de três fontes de turistificação: turistas, mercados/públicos e promotores/gestores territoriais. Cada um destes intervenientes, ou até os três em simultâneo, contribuem para transformar o território consoante as suas necessidades e interesses. Assim, determinado lugar é proposto pelo turismo (pode ser proposto pelos gestores da oferta ou “solicitado” pelos interesses da procura) para ser consumido pela sociedade.

Sobre a escolha do lugar, Dewailly e Flament (1993 cit. Almeida, s/d) defendem que a intencionalidade e as práticas dos turistas identificam o lugar e não o inverso, mas que, o lugar só adquire valor turístico quando existe procura. O que distingue a mobilidade afeta à prática turística é o fato de o turista se deslocar, do seu lugar quotidiano, à procura lazer e recreação, para o lugar dos “Outros” (Almeida, s/d), isto é, onde outras pessoas têm o trabalho e o seu próprio quotidiano.

Desta forma, ao abordar as novas formas e funções assumidas com a turistificação do lugar, constata-se que o lugar turístico consiste num elemento dinâmico, onde é possível presenciar o processo de construção de novas formas de sociabilidade. O que contribui para estabelecer uma relação entre os velhos e os novos usos, impulsionando a relação do lugar com os visitantes, apresentando novos costumes, hábitos, maneiras de falar, modo de agir. Assim, a identidade do lugar está constantemente a ser recriada.

A especificidade deste processo consiste no enfoque nas relações, na alteridade face à mobilidade e na refuncionalização dos lugares pelo turismo.

Segundo Almeida (s/d: 3), nestes fenómenos “tanto a cultura original do turista como as culturas originais das sociedades visitadas metamorfoseiam-se durante o encontro entre elas”, sendo que na maior parte dos casos, o visitante ou turista procuram satisfazer as suas expectativas relativamente à cultura turística²⁷ do lugar visitado e os anfitriões tendem a diminuir a sua visibilidade para dar destaque aos atrativos turísticos que pretendem valorizar.

3. Património e Turismo – Uma relação de Simbiose?

3.1. Património e Turismo

“Procurar-se-á explorar relações de complementaridade e de valorização do produto turístico, dando maior visibilidade, nomeadamente, às indústrias criativas, à gastronomia e ao património” (GOP, 2010: 18)²⁸.

²⁷ Cultura turística seria para Jafari (1985 cit. Almeida, s/d: 4), o estado de espírito marcando as formas de pensar, de agir, de sentir durante a sequência animação. É através do filtro da cultura turística predominante que ele “frequentará” a cultura local, aquela das pessoas e do lugar que o acolhe. Algumas vezes, no afã de tudo gozar e aproveitar, ele age sem ter em conta o modo de ser e estar no mundo, a cultura local. Quando as diferenças entre o lugar de vida e o lugar de alteridade se estreitam o turista pode optar-se por permanecer fiel ou por mudar. Soma-se a isso a dimensão económica que ressignifica os aspetos cultural e natural para o turismo.

²⁸ Perspetiva defendida pela Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) a qual define que o património cultural e natural, no seu sentido mais genérico, pertence a todos e temos o direito e a responsabilidade de o compreender, valorizar e conservar. O turismo cultural pode ser um meio para atingir esses objetivos, já que pode ser entendido como uma experiência de intercâmbio cultural que permite aproximar-nos não apenas do conhecimento do passado, mas também da vida atual de outros grupos humanos. Esta Carta foi revista e ratificada em 1999, no México, reafirma a importância da conservação assim como salienta a natureza dinâmica da relação turismo/património.

Património e Turismo são duas realidades que convergem no quotidiano de vários atores, entre eles visitantes e turistas, populações recetoras, serviços económicos, associações locais e a administração pública local e regional.

A relação entre património e turismo regista-se há muito e tem evoluído ao longo dos tempos; atualmente “*nasce um novo tipo de ativação patrimonial cuja motivação não é a de carácter identitária, mas abertamente turística e comercial*” (Prats, 1997: 42).

De forma abrangente, é possível dizer que a união destas realidades surge no contexto do atual sentimento de nostalgia pelo passado e pelo crescente interesse na preservação da “autenticidade” de elementos e referentes culturais, através da consolidação de um processo de valorização e ativação, pelo qual estes elementos são transformados em recursos turístico-patrimoniais (MacCannel, 1976 cit. Pérez, 2009).

O património deixa de ser visto, não só como um testemunho do passado, mas também como um recurso económico, em que se desenvolve a capacidade de inovação e o interesse por determinado bem. Pois, quanto menos interesse um bem despertar, menos possibilidades de proteção e investimento poderá obter.

As relações entre Património e Turismo poderão ser ambíguas e muitas vezes conflituosas, o que é justificado pelo fato destas atividades terem evoluído de forma autónoma e independente, e só nos últimos tempos começaram a ser consideradas complementares e a ter objetivos e missões semelhantes.

Neste seguimento, McKercher e Du Cros (2002 cit. Pérez, 2009) defendem que existem sete tipos de relações, entre turismo e património cultural, baseadas num contínuo cooperação-conflito: Cooperação total; Criação de necessidades e interesses comuns; Coexistência pacífica; Existência paralela ou ignorância feliz; Incómodo ligeiro; Conflito nascente; E conflito total.

Newby (cit. Pérez, 2009) identifica três possíveis relações: a coexistência, a exploração e a reconstrução imaginativa, também identificadas por Budowski (1976), embora atribuindo-lhe denominações diferentes: coexistência, conflito e simbiose.

A coexistência refere-se a uma fase em que o turismo não é o protagonista de uma economia local, mesmo que exista um grande número de visitantes nessa região.

O conflito, ou exploração, surge quando o Turismo começa a ocupar uma posição importante na economia local, e o recurso patrimonial transforma-se numa fonte de rendimento, é nesta fase que os impactos turísticos começam a ser sentidos.

A reconstrução imaginativa, ou simbiose, consiste na relação ideal mas raramente acontece, neste caso verifica-se a existência de um perfeito entendimento entre o turismo e o património, em que o turismo é encarado como um elemento essencial para atingir os objetivos globais da gestão.

Mckercher e Du Cros (2002 cit. Pérez, 2009) defendem que a solução para este conflito assenta na compreensão dos interesses, valores e necessidades de ambos. Para que tal aconteça, é necessário estabelecer um equilíbrio, em que os responsáveis pelo turismo potenciem os recursos de forma responsável a todos os níveis, ou seja estabelecendo uma relação de sustentabilidade²⁹.

Segundo os autores Fernandes e Carvalho (s/d), *“a afirmação da relação entre turismo e património, tanto a nível internacional como nacional, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo e da preocupação pela preservação e valorização do património das sociedades nas suas diversas manifestações”* (Carvalho, s/d: 5).

Segundo Bertocello (2003 cit. Carvalho, s/d), o vínculo entre turismo e património apresenta-se como uma relação positiva, pelo efeito positivo que o conhecimento do património pode exercer sobre os turistas, em que ao tomarem contacto com determinado elemento podem valorizá-lo, enriquecendo-se culturalmente. Por outro lado, o turismo apresenta-se como uma estratégia para garantir a valorização e preservação do património, na medida em que, através dele, é possível incentivar na população atitudes a favor do seu conhecimento e preservação. Ao mesmo tempo, a atividade turística pode gerar recursos económicos para a sua gestão e proteção.

Vaquero (2002 cit. Rodriguez e Roget, 2009) considera que a ativação patrimonial, a nível do Turismo, converge para a construção de uma identidade para consumo interno, *“para nosotros”*, para consumo externo, *“para los outros”* (que por vezes consistem em grupos com crenças e valores muito diferentes, o que poderá provocar relações conflituosas). Este autor considera que o turismo constitui (desde os inícios do século XIX), uma variável de destaque no processo de construção social e de identidade. Na medida em que, os recursos turístico-patrimoniais além de contribuírem para recuperar de certa forma o passado, contribuem para que determinadas atividades e expressões possam ser convertidas em

²⁹ Du Cros (2001 cit. Pereira, 2005: 32) criou um modelo capaz de ajudar a encontrar a “simbiose” entre turismo e património. Uma matriz onde se cruzam dois elementos, a robustez e a atratividade de um recurso, no qual a robustez está inteiramente ligada à conservação do património, e a atratividade ao seu potencial turístico. Os recursos patrimoniais que se encontrem na matriz, no expoente máximo de robustez e atratividade, serão os ideais para se desenvolverem enquanto produto turístico de uma forma equilibrada.

instrumentos que permitem o fortalecimento da identidade de determinada população. Assim, as populações valorizam e mostram, os seus elementos diferenciadores das suas identidades para o “o outro” que as procura, e desta interação surge uma troca de conhecimento e experiências entre ambas as partes.

Esta questão é apoiada pela Carta Internacional de Turismo Cultural, que refere que “*o turismo doméstico e o internacional continuam a estar entre os veículos mais importantes para as trocas culturais, proporcionando uma experiência pessoal, não só sobre aquilo que sobreviveu do passado, mas sobre a vida e a sociedade contemporânea dos outros*” (ICOMOS, 1999: 4).

Segundo Boniface e Fowler (1993 cit. Pérez, 2009: 162), o património cultural é “*o sangue que dá vida ao turismo*”. Ao turismo interessa a partilha civilizacional, ainda que parcial e efémera, de uma multiplicidade de memórias, o que lhe atribui um papel na integração do património nas vivências de diferentes populações. O aproveitamento do património para fins turísticos, requer a conservação de vestígios capazes de materializar o passado. No entanto, e segundo Guillame (2003: 19) “*conservar é sempre artificializar, encenar, musealizar, transformar o outro em objeto de observação de um sujeito observador*”.

Segundo Pérez (2009), Canclini (1990) define a relação entre património cultural e desenvolvimento turístico como a “representação do popular”, Friedman (1994) como uma “estratégia de autossobrevivência e autodefinição do local” e Seixas (1999) fala em “economia da memória e da paisagem”.

3.1.1. O contributo da globalização para a diferenciação turístico-patrimonial

“*Quando a igualização nos descaracteriza, tendemos a ser diferentes*” (Vieira, s/d: 2).

Devido ao fenómeno da globalização³⁰ e face às tendências de homogeneização cultural assiste-se frequentemente, a um resgate do passado, de forma a marcar de alguma forma a

³⁰ A globalização tem tido, sem dúvida, um papel de destaque nas sociedades atuais. Transmissão e cruzamento de valores, rapidez crescente na divulgação de informação e estreitamento das distâncias, são alguns dos pontos relevantes deste fenómeno. A estandardização, a massificação e a uniformização de costumes daí resultantes tem sido encarada com algum receio, uma vez que constitui uma ameaça a cultura local e conduz à alienação social. O conceito de globalização é oriundo da escola Anglo-Saxónica enquanto o termo mundialização é oriundo da Escola Francesa, ambos assumem o mesmo significado (Almeida, 2009 cit. Simões, 2010: 19).

diferenciação de determinados locais, esta questão é realizada através da patrimonialização de elementos culturais locais (tema desenvolvido no ponto 1.3.).

O avanço de uma cultura hegemónica que igualiza as práticas sociais de forma geral, contribui para que sejam raras as populações “tradicionais” que ainda conservam características originais da sua cultura e identidade, o que favorece o interesse pelo que é diferente.

Neste seguimento, é possível salientar que o património nunca teve tanta visibilidade como atualmente, uma vez que, num mundo cada vez mais homogeneizado, os indivíduos procuram meios para acrescentar sentido às suas vidas, procuram identificar-se com a sua comunidade e procuram o genuíno nos locais que visitam. Assiste-se à emergência da valorização do único, o qual se torna o “futuro” de algumas culturas, grupos sociais, projetos de desenvolvimento e da própria atividade turística.

A atualidade é caracterizada pela relação entre o global e o local, entre a modernidade e a tradição, onde as pessoas para contrariarem as forças da homogeneização cultural tendem, a resistir em relação a determinadas mudanças, como forma de afirmação identitária e, mesmo, a (re)inventar modos de viver, tradições, etc. (Hobsbawm, 1983 cit. Vieira, s/d) de forma a protegerem a sua cultura.

Desta forma, é atribuída maior importância às instituições e tradições endógenas na realização de projetos, em que fazem parte o uso da experiência e do conhecimento local, enfatizando as interações locais entre a população local, priorizando o fortalecimento e a resistência das culturas e tradições, assim como a promoção e defesa de uma identidade comum. São as características únicas de determinado local que têm que ser valorizadas e trabalhadas, ao constituírem uma mais-valia no panorama nacional e internacional. Estas podem ser transformadas em produtos turísticos de forma a proporcionar experiências únicas, que o fato de só poderem ser vivenciadas em determinado local, torna-as mais valiosas.

Na atualidade, a valorização das especificidades locais é uma tendência que se tem afirmado, fenómeno a que Fermisson (2001 cit. Fonseca e Ramos, 2007) chama de “pós-globalização”. Este considera que é essencial o relacionamento horizontal entre os atores locais no aproveitamento dos recursos e a articulação vertical com outras entidades, (essencialmente em territórios com baixo potencial patrimonial). Fomentando políticas de desenvolvimento regional, que procuram promover a cooperação e a solidariedade intra e

inter-regional, como meio de colmatar os desequilíbrios em relação aos níveis de desenvolvimento (tema desenvolvido no ponto 4).

Em suma, o ponto mais valorizado para promover a motivação turística assenta nos elementos que marcam a diferença e que, por sua vez, provocam o desejo do conhecimento por parte dos potenciais visitantes. De forma abrangente, a dinamização da diferença e do único promove a potencialização da valorização patrimonial. O património cultural é interpretado de formas diferentes, em que pode ser convertido num instrumento da globalização ou como reacção face à homogeneização. Pode contribuir para a construção de identidades através de mecanismos de reforço das identidades locais e pode produzir identificações ou des-identificações em relação a determinadas identidades, as quais por sua vez, podem ser valorizadas através da prática do turismo.

3.2. A utilização turística do Património

“A preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida” (UNESCO, 2005)³¹.

O património, na sua amplitude conceptual, tem sido utilizado no âmbito de políticas e instrumentos de promoção a nível do desenvolvimento regional e local em Portugal e na Europa, principalmente desde o início dos anos 90 (Correia, 2009)³².

É neste contexto que *“a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela afetação destes a uma função útil para a sociedade” (ICOMOS, 1964)³³*. Esta “função útil” pode estar relacionada com o uso político e social do património (Ashworth, 2000 cit. Pereira, 2005), o qual oferece aos indivíduos linhas de conduta, validação e identidade. A par destes, o património tem ainda, um terceiro uso, o uso económico, em que através da utilização, nomeadamente turística, confere ao património uma nova vitalidade.

Esta dimensão “utilitária” do património relaciona-se em complementaridade com as restantes dimensões afetas ao património, na medida em que, determinados elementos patrimoniais específicos alimentam a prática turística e por sua vez, o turismo recria os

³¹ Convenção de Faro, de 27 de Outubro de 2005, in Diário da República, 1.ª série, N.º 177, 12 de Setembro de 2008.

³² Apesar da grande quantidade de elementos do património cultural e das potencialidades que o Sul de Europa tem, foram paradoxalmente os países com criação de património mais recente (Austrália, Canada), que tiveram uma atenção mais importante para com o património cultural, a cultura e a sua exploração turística (Cabeleira, 2010: 24).

³³ Carta de Veneza, Maio de 1964, Art. 5º.

elementos culturais e a própria história, construindo novos referentes que potenciam a imaginação coletiva sobre o património, acrescentando-lhe muitas vezes novos elementos. A excessiva valorização de elementos, em caso extremos, pode contribuir para o processo de “febre patrimonializadora” (Durand, 2003), em que além dos elementos patrimoniais existentes, são inventados e encenados novas autenticidades, de forma a “produzir” mais elementos que possam ser considerados, património cultural para desta forma poderem ser utilizados pelo turismo.

O que se traduz pelo fato do uso económico do património, através da sua utilização turística revela a busca por elementos que alimentem o fenómeno turístico. O uso económico do património pode atrair positivas vantagens para as sociedades, mas em todo o tipo de uso, a utilização do património deve ter como um dos principais objetivos, a valorização da identificação coletiva, a qual é “*considerada o motivo mais nobre para a sua ativação*” (Peralta, 2003: 3).

O uso atribuído ao património tem a capacidade de determinar a sua própria potencialidade. Segundo M. Vaquero (2002 cit. Rodriguez e Roget, 2009) a funcionalidade do património pode ser dividida em três tipos: Património de funcionalidade turística primária (que corresponde ao património musealizado e abrange tanto os edifícios como as coleções, a visita está dependente dos parâmetros de conservação), património de funcionalidade turística secundária (é o caso do património eclesiástico, e algum do património classificado, a sua visita está condicionada às condições relativas ao ser funcionamento) e Património de funcionalidade turística acidental (em que salvo algumas exceções, a visita pública de carácter geral está impedida, a sua fruição por parte de visitantes, limita-se à sua componente externa).

Segundo o autor, a adequação do património para a visita pública é uma condição indispensável para que se converta em recurso turístico, mas este fator só por si não é suficiente. É também necessário a associação temática entre os elementos patrimoniais e a identidade turística, tais como: monumentalidade/grandiosidade, singularidade e exotismo, localização em áreas centrais do ponto de vista da oferta patrimonial, festas e eventos associados ao património.

Em locais onde o turismo é uma constante, o património “*transforma-se numa mais-valia para a oferta, sendo que a sua rentabilidade será avaliada em função da sua capacidade para criar ou aumentar os fluxos turísticos, enquanto que em zonas não turísticas, o*

património cumpre com finalidades simbólicas, identitárias e de melhoria da qualidade de vida da população local, sendo que nestes casos torna-se mais difícil efetuar uma avaliação dos resultados alcançados” (Anico, 2004: 7).

Villabona e Costa (2003 cit. Almeida, 2010) consideram que a apropriação do património cultural pelo turismo é uma decisão estratégica, vinculada a um processo socioeconómico mundial, fenómeno denominado por “aturistização”³⁴. Neste seguimento, segundo Simão (2001), “quando a população local não se apropria dos bens patrimoniais, em função do património ser utilizado como atrativo turístico, ocorre um processo de depredação do património ou então uma descaracterização da cultura local” (Colasante e Oliveira, 2011: 8).

O património cultural como recurso turístico pode apresentar três formas distintas: o património cultural como produto turístico autónomo, o património cultural associado num pacote turístico: viagem, atrativos lúdicos, visita a elementos patrimoniais e o património cultural como mais-valia dos destinos turísticos.

A distinção e respeitabilidade da zona de destino turístico estão cada vez mais condicionadas pela valorização turística dos recursos patrimoniais. Geralmente, a iniciativa privada utiliza como “produto turístico” recursos patrimoniais que foram ativados pelas instituições públicas. Outras vezes acontece que os recursos não se convertem em produtos patrimoniais porque não são revalorizados.

Uma das principais particularidades do “consumo” patrimonial é a importância dos custos associados à sua utilização, visto que os serviços oferecidos pelo património não devem, restringir-se apenas à visita e observação, é também necessário um carácter de inovação (Fernandes, 2008).

Relativamente ao uso turístico do património, é essencial salientar o seu contributo para a conservação da memória e da identidade de um povo. É neste sentido, que o turismo tem contribuído, mesmo que imperfeitamente, para a preservação e recuperação de identidades locais, mesmo em lugares em que a realização deste processo ocorra de forma menos correta.

³⁴ Aturistização: quando o turismo se integra profundamente na economia local, convertendo-se na principal atividade do lugar, potencializa e revaloriza o património cultural (Almeida, 2010: 5).

3.2.1. A comercialização do Património

Portanto, segundo Sierra e Pereira (2005), o *“turismo cultural está a servir como uma etiqueta comercial para vender cultura e património cultural, sendo estes convertidos em simples mercadorias”* (Pérez, 2009: 112).

A partir de meados dos anos oitenta, assiste-se à “comercialização” do património, no sentido de exploração económica. Conceito que surge em complemento ao conceito de “novos turistas” (tema abordado no ponto 2.5.2.), neste contexto é possível verificar uma correspondência entre as alterações da procura e as da oferta. A pressão da procura faz com que os gestores dos elementos culturais, (integrados numa cultura de conservação), aceitem a visita de um público cada vez mais vasto. A procura, neste caso, não provém apenas do exterior, mas também das próprias populações locais.

Assim, observa-se uma tendência de transformação dos bens patrimoniais em mercadoria, na qual a refuncionalização de antigos elementos serve um propósito mercadológico e não apenas como referencial identitário para a população local. Neste seguimento, a recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas, produz o desejo de afirmação da própria identidade e, num ciclo de realimentação, estimula a procura por recuperar cada vez mais o próprio passado, contribuindo para a valorização do património (Colasante e Oliveira, 2011).

O turismo com base na preservação da cultura, e não apenas na sua exploração comercial, permite que a comunidade participe no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história e de verificação das fontes, fortalecendo os sentidos e conexão com o espaço vivido, a identidade cultural.

O desejo de comercialização de elementos patrimoniais, potencia que os responsáveis pela gestão do turismo contribuam ativamente na conservação do património cultural, por vezes não de forma correta, as tradições são mantidas mas também, inventadas e/ou reinventadas. É nesta perspetiva que é possível apontar para a invenção de novas práticas culturais (sem tradição histórica) pelo turismo, que são convertidas em “tradições” para uma melhor comercialização dos produtos turísticos.

Desta forma, assiste-se a movimentos de objetivação dos elementos patrimoniais, isto é, à sua constituição de recursos patrimoniais como “objetos” e enquanto produto de consumo

e mercantilização, juntamente com a reconfiguração das identidades locais e da tradição num contexto de mudança social (Costa, 2008, Leal, 2009 e Raposo, 2009 cit. Araújo, 2011).

Para este fenómeno acontecer, o passado é recriado, folclorizado, encenado e promovido turisticamente. Os elementos resgatados do passado são comercializados como características tradicionais, autênticas da população, contribuindo para que em casos extremos os destinos tornam-se caracterizados por uma perspetiva de intemporalidade, como se determinados usos e costumes tivessem sobrevivido inalteráveis até à atualidade. Neste contexto, Durand (2003: 16) considera que *“neste fetichismo do original, assiste-se a apropriações essencialistas, purificadoras e fixistas do património cultural”*.

Estes processos são potenciados pelo contexto de competição crescente entre cidades e localidades. Na opinião de Richards (2000) há uma *“corrida ao armamento”* (Pérez, 2009: 131), em que são procurados serviços e infra-estruturas culturais tão bons ou melhores do que as do vizinho, com o objetivo de captar a atenção do turista.

Nestas situações, a função simbólica e de representação do património adquire, uma importância significativa no que se refere aos processos de criação *“de imagens de marca”* ao serviço da promoção local, assumindo-se cada vez mais como uma variável estratégica, ao nível do desenvolvimento e da promoção local, pois marca a diferenciação de destino para destino.

3.2.2. A territorialização Turístico-patrimonial

O turismo relaciona-se fortemente com o território, fato que leva Nicolas (1996) a denominá-lo *“uma prática social genuinamente territorial”* (Leite, 2008: 42). A partir do momento em que a atividade turística é desenvolvida num território, passa a promover a sua (re)funcionalização e a conseqüente inserção de um novo sistema de objetos condizente com a nova funcionalidade. O conceito de territorialização está diretamente interligado com o conceito de turistificação (tema desenvolvido no ponto 2.2.), desta forma, o território ao ser turistificado faz com que as dinâmicas do espaço passem a ser influenciadas pelo desenvolvimento da atividade económica e das práticas sociais, podendo ser denominado por território turístico.

Atualmente assiste-se à defesa de uma *“lógica culturalista”* ou *“pós-moderna”* (Lima, s/d) em que o território é considerado, um elemento identitário em relação aos espaços sociais,

utilizados pela população. Assim, os lugares onde o turismo se desenvolve possuem um legado cultural, carregado por uma dimensão simbólica, que exerce uma forma de “controlo simbólico” sobre o espaço onde vivem, os chamados lugares turísticos. Estes territórios encontram-se em constante disputa, entre o “controlo simbólico” das populações que o constroem e a apropriação do espaço pela atividade turística.

Na União Europeia, depois de uma fase dominada por preocupações produtivistas, difusionistas e assistencialistas, emergem orientações territorialistas, ambientalistas e patrimonialistas, que apontam diferentes vias para o desenvolvimento dos territórios³⁵ (Correia, 2009).

A crescente ligação do património aos novos usos do território e aos valores da sociedade pós-moderna deve, igualmente, ser relacionada com o quadro das orientações recentes das políticas públicas de desenvolvimento e dos instrumentos relativos à intervenção espacial, nomeadamente a centralidade do território e as novas formas de gestão territorial.

Neste seguimento, o PENT (2007: 76) destaca que *“para melhorar o desempenho da região é necessário criar um conjunto de iniciativas ao nível do desenvolvimento dos produtos, assim como ações transversais a todos os produtos, sendo de destacar a importância do ordenamento do território e da valorização dos recursos ambientais, proteção da orla costeira e preservação do património”*.

Assim, no atual contexto em que são promovidos o desenvolvimento de estratégias de valorização dos recursos endógenos, de promoção e mercantilização da cultura, o turismo cultural apresenta-se com capacidade para transformar o património cultural num bem potencialmente desejável pelo turista convertendo recursos em produtos turísticos e contribuindo para a revitalização de territórios que apresentam fragilidades, quer em termos económicos, quer em termos populacionais (Pérez, 2003).

3.2. Prós e Contras da utilização turística do património

O turismo encara o património como um recurso a ser consumido e uma forma de gerar receitas, os gestores culturais valorizam o património pelos seus valores intrínsecos. Ambas as atividades trabalham sobre o mesmo recurso, mas de forma diferente, sendo que

³⁵ Em particular os de matriz rural, uma vez que suscitam preocupações prioritárias de intervenção, emergem no centro de políticas, instrumentos e intervenções impulsionadas pelo Estado, agora que deixaram de ser olhados e sentidos apenas na ótica das suas capacidades produtivas (Alves, 2004: 40).

por vezes o que é considerado bom pelos gestores do património, não é considerado bom pelos gestores do turismo e vice-versa, o que por vezes gera confrontos.

“As obras, as atividades e os desenvolvimentos do turismo devem concretizar resultados positivos e minimizar os impactos adversos sobre o património e sobre os estilos de vida da comunidade residente, ao mesmo tempo que respondem às necessidades e às aspirações dos visitantes” (ICOMOS, 1999: 2)

Neste seguimento, serão abordados em primeiro lugar os prós sobre a utilização turística do património, a prática do turismo tem a capacidade de *“apreender as características económicas desse local e utilizá-las na sua conservação”* (ICOMOS, 1999: 2). Desta forma, o turismo pode funcionar como um incentivo e um mecanismo para salvaguarda, conservação e revitalização do património cultural que, de outra forma, poderia até desaparecer.

Na perspetiva de Cunha (2009), apenas o fato do património cultural constituir atração para turistas permite uma tomada de consciência da necessidade da sua salvaguarda. Assim, o património ao ser valorizado e recuperado tornam-se fontes de riqueza, e por sua vez de uma maior atenção pela população local.

O turismo cultural é também um importante gerador de emprego e, nesse sentido, um poderoso mecanismo de fixação das populações, contrariando a tendência para o êxodo rural.

A atividade turística pode, também, atuar como um importante fator de valorização de hábitos, tradições e costumes, que podem perder-se caso não se opte por promover as particularidades e diferenças de determinada sociedade.

Relativamente aos contras da utilização do património e segundo Bertonecello (2003), *“los conflictos culturales derivados de la coexistencia entre turistas y población local, la dependencia económica que se genera en los destinos turísticos, para satisfacer las demandas de los turistas, o las deficientes condiciones de los mercados turísticos, son ejemplos ya ampliamente señalados de estas problemáticas”* (Carvalho, s/d: 6).

Em alguns casos, quando determinados elementos, por exemplo festas e festivais, tornam-se muito populares para o consumo turístico, são apresentadas versões de congelamento

das culturas, de forma a oferecer uma versão ideológica do passado para agradar ao turismo. Este fenómeno funciona como um instrumento de criação de uma imagem estética patrimonial, em que os valores pelo qual um elemento “deve” ser patrimonializado são esquecidos e são valorizados apenas os valores economicistas.

Em casos extremos, o turismo chega ao ponto de apropriar-se da cultura e do património cultural, reinventando tradições Prats (1997) ou mesmo inventando elementos que supostamente fazem parte da identidade de uma população, até ao extremo de exigir de um povo que não se mostre tal como é no presente, para fins turísticos e comerciais. Nestes casos, as representações do “*nós*” respondem a uma visão estereotipada externa da identidade dos anfitriões para os de fora.

O fato é que a cultura e o património cultural têm-se convertido muitas vezes em espetáculo de consumo para o turismo, com a fabricação de cenários e a recriação de eventos históricos com o intuito de incrementar a valorização comercial do património, ameaçando as identidades locais e a própria destruição dos recursos em causa.

Outra questão, são os processos de aculturação, em que se verifica a importação de valores de outras culturas, esta situação é facilitada pelo processo de globalização, que contribui para a perda de valores culturais locais, criando novos valores com os quais os próprios cidadãos não se identificam.

Um outro perigo da utilização turística de elementos patrimoniais é o excesso de mercantilização do património, em que no processo de transformação do património em produto de consumo, os recursos patrimoniais são considerados simples mercadorias. Nestes casos, a comercialização do património foca mais a atratividade dos sítios do que a sua simbologia, descaracterizando os valores inerentes a esse património.

O fato desta atividade ser medida exclusivamente em termos quantitativistas e economicistas, contribui para que por vezes se verifique um excesso de visitantes nos destinos que pode afetar o património até ao ponto da degradação ou até a uma total destruição. É essencial salientar as situações em que a atividade turística é caracterizada por uma total falta de interesse por parte do turista em relação à população local do destino visitado. Nestas situações as interações ocorrem de forma impessoal, em casos piores sobre um olhar de superioridade pelo turista e assentes apenas no intercâmbio económico.

Em suma, é possível afirmar que a exploração turística dos recursos patrimoniais, quando desviada de um processo equilibrado e consciente coloca em risco a própria cultura da população local.

É possível afirmar que as análises em relação ao turismo e enquanto ferramenta de valorização patrimonial são paradoxas, existem autores que colocam a atividade turística como causadora da descaracterização da população e aos seus hábitos, costumes, economia etc. Outros enfatizam os efeitos positivos do turismo sobre os elementos da cultura local, como estimulador da existência e reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, revitalizando atividades tradicionais de locais, e utilizando antigas instalações para novas funções (mantendo a estrutura e as características tradicionais). Sobre este paradoxo, Barreto (2000) considera que atualmente não existe nenhuma manifestação que não se transforme, de certa forma, num bem de consumo, sendo que é possível atingir a minimização dos impactos causados através do desenvolvimento e da valorização das particularidades locais. Assim, para tentar combater as consequências negativas da utilização turística do património, considera-se que este deve assentar na implementação de políticas essenciais ao desenvolvimento endógeno e sustentável (tema desenvolvido no capítulo 4).

3.2.4. A procura de um ponto de equilíbrio

“O património cultural tem um contributo essencial a dar à Europa, não apenas pela sua importância no passado, mas pelo papel primordial que terá no futuro” (FERP, 2009: 1)³⁶.

A procura de equilíbrio entre a utilização do património e a sua salvaguarda é fundamental. Nesta perspetiva, as atitudes excessivamente conservadoras declinam a consciência de que o que atualmente é considerado património é já o resultado de apropriações e manipulações ocorridas no passado e que apesar de tudo, correspondem às vivências encontradas para enfrentar o quotidiano. Isto não significa que o património cultural deva ser utilizado desmesuradamente. Pelo contrário, é fundamental que exista consciência e racionalidade no seu aproveitamento (Fernandes, 2008).

³⁶ Declaração de Viena, 2009, 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP).

Neste sentido, as políticas devem ser orientadas desde uma perspetiva de equilíbrio entre o turismo e o património cultural³⁷ e devem ser elaboradas com base nas características e necessidades das diversas realidades sociais, culturais e territoriais.

Neste seguimento, os bens patrimoniais só serão recursos turísticos se forem e se se mantiverem bem conservados, se forem alvo de um adequado plano de gestão e se forem objeto duma ampla e correta divulgação e promoção

A atividade turística pode propiciar o enriquecimento cultural por meio do contato entre diferentes realidades: sensações, experiências, ambientes e paisagens, ou seja, uma vivência diferente da habitual. Isto acontece desde que o turismo seja, segundo Batista (2005), “(...) implementado com muito cuidado, pois deve procurar revalorizar o cotidiano da localidade e não inventar uma manifestação cultural para mostrar ao turista” (Colasante e Oliveira, 2011: 6).

A utilização do património obriga a que todos sejam responsáveis por ele, pela sua salvaguarda, conservação e sensibilizados para uma correta gestão dos recursos, neste ponto é ressaltada a importância de uma gestão assente numa lógica participativa, em que a população local é integrada em todo o processo de forma ativa. Partindo do princípio que quanto menos conscientes os cidadãos estiverem relativamente ao valor e importância do “seu património” mais lhes custará abdicar de determinadas liberdades em favor da proteção desse mesmo património. O património ao se encontrar num elevado nível de degradação, tenderá a ser negligenciado e abandonado, o que apenas acelera ou torna mesmo incontrolável a sua deterioração. Consciencializados, os indivíduos assumem as restrições como uma condição importante capaz de contribuir para a preservação e valorização de bens endógenos. Isto é, um bem patrimonial em boas condições desperta muito mais interesse e aumentando o conjunto de recursos disponibilizados para a sua conservação.

Em suma, ao ponderar por um lado os custos e, por outro, os benefícios, dever-se-á levar a cabo políticas capazes de unir os objetivos de preservação e de fruição do património, empreendendo ações educativas junto do público e promovendo, simultaneamente, o

³⁷ Objetivos que o turismo cultural deve atingir são os seguintes: Transmitir a importância do património cultural a anfitriões e visitantes; Respeitar as culturas anfitriãs; Facilitar e animar o diálogo entre os conservadores do património cultural e a indústria do turismo, com o objetivo final de um desenvolvimento sustentável; Apoiar a conservação e a gestão do património cultural; Formular pautas de intervenção no património cultural (ICOMOS, 1998).

respetivo acesso a testemunhos importantes de valor patrimonial (Resolução da Assembleia da República n.71/97). Ao reconhecer a utilização turística como instrumento privilegiado de desenvolvimento, contribui para a valorização do património cultural e natural (Lumley, 1995 cit. Fernandes, 2008).

3.3. Património e Turismo em cidades históricas e em áreas rurais

A relação entre património e turismo, tanto nas cidades históricas como nas áreas rurais, tem determinadas especificidades, o que é justificado por constituírem dinâmicas muito diferentes.

Desde a sua origem, o turismo está intimamente ligado às cidades históricas, tanto que, segundo Vaquero, estas constituem a manifestação mais realizada do património cultural. São consideradas por este autor, como cidades de memória, de identidade e de património cultural.

O turismo tem servido, em alguns casos, para conservar o património cultural e as tradições nos grandes centros históricos; outras vezes, tem contribuído para inventar novas práticas culturais que rapidamente são transformadas e definidas como “tradições” para uma melhor comercialização dos produtos turísticos (Pérez, 2009).

Neste sentido, as políticas de preservação do património transformam-se em peças essenciais e estratégicas, podendo ser identificadas como verdadeiros instrumentos de gestão das cidades e de todos os aspetos que as rodeiam. De acordo com Dias (2009), a integração do património no quotidiano das pessoas e das suas celebrações faz com que este exerça uma função geradora de identidade, de valorização e de referência cultural.

A partir do momento em que a atividade turística é inserida em núcleos urbanos de valor histórico relevante, os bens patrimoniais são alvos de uma visibilidade muito maior, o que pode contribuir para a sua proteção, através de legislação e pela própria população local.

Apesar das influências negativas que este pode causar sobre o património, a verdade é que a promoção turística do património cultural das cidades acaba por transformar-se muitas vezes na salvação de uma potencial degradação, pois as administrações públicas são muitas vezes incapazes de suportar os custos de uma recuperação e manutenção do património, recorrendo quase sempre a ajuda de instituições privadas.

Em relação às áreas rurais o património tem uma importância significativa nos processos de combate ao êxodo rural, já que têm sido usados para a promoção rural e

desenvolvimento local (Silva, 2008). Pois, a inclusão do património no mercado turístico é sinónima de comodidades utilizadas para a satisfação do mundo contemporâneo e ainda, como um recurso económico, capaz de constituir uma multiplicidade de ofertas turísticas, nomeadamente, o turismo natureza, ecoturismo, turismo ativo, turismo cultural, enoturismo, etc.

Os contextos rurais e urbanos de baixa densidade aparecem de forma recorrente associados a projetos e iniciativas que pretendem conciliar a salvaguarda e a valorização do património cultural, a requalificação dos territórios, a revitalização do tecido económico e social, a elevação da auto-estima das populações e o reforço das identidades locais, utilizando o turismo (por via de novos produtos) como alavanca ou âncora das dinâmicas de desenvolvimento que se pretendem induzir (Carvalho e Correia, s/d cit. Correia, 2009).

Neste seguimento o turismo, como fator de valorização dos territórios, é indissociável das novas preocupações e orientações em relação ao mundo rural, designadamente a emergência das perspetivas ambientalistas, patrimonialistas e territorialistas que conduziram a uma nova esperança para locais despovoados e desvitalizados.

Valoriza-se atualmente a multifuncionalidade dos espaços rurais, ao ser reconhecida a sua especificidade e o potencial dos seus recursos, como elementos estratégicos para a promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado e integrado.

Capítulo 4. Desenvolvimento através de práticas turístico -patrimoniais: Uma Utopia?

Segundo o autor W.D. Lipe (1984), “os restos do passado configuram um depósito de recursos potenciais ao nosso alcance para serem utilizados no presente e no futuro para o desenvolvimento cultural da nossa sociedade” (Tinoco, 2008: 182).

4.1. A utilização turística do património como instrumento de desenvolvimento

“O turismo é uma parte essencial de muitas economias nacionais e regionais, e pode ser um importante fator no desenvolvimento, quando gerido com sucesso” (ICOMOS, 1999: 2).

A Comissão Europeia propôs a potencialização do turismo como um meio de reduzir as assimetrias regionais, ao mesmo tempo que expande a nível territorial e temporal os efeitos positivos do desenvolvimento turístico.

Neste seguimento, Fonseca (2003) salienta que a relação entre o turismo e o património como recurso para o desenvolvimento “está intimamente associada à especificidade que lhe permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe são associados, ensejando a experiência da descoberta, de exotismo, de auto-realização e de evasão do quotidiano” (Colasante e Oliveira, 2011: 7).

Locais que pela sua localização tendem a ser menos lembrados, poderão através da valorização do seu património usufruir de um meio de atração turística e de desenvolvimento económico.

Neste seguimento, é necessário que todo o processo de utilização do património dependa de uma estratégia integradora dos recursos locais, em que o património surge como um recurso que ao ser “explorado” consoante os objetivos de sustentabilidade defendidos pode contribuir para o desenvolvimento do território.

O processo de desenvolvimento local³⁸ deve culminar numa lógica de sustentabilidade, em que o processo de desenvolvimento “*económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas*” (WCED, 1987: 43)³⁹.

Neste seguimento, para alcançar um patamar de desenvolvimento local, segue-se a necessidade de desenvolver o turismo, de forma sustentável, e capaz de satisfazer os interesses e motivações dos turistas e das regiões anfitriãs protegendo e potenciando novas oportunidades para o futuro (OMT, 2003), contribuindo para a satisfação de determinados objetivos⁴⁰, se for baseado e respeitar, tal como mencionado anteriormente as especificidades e potencialidades do território, nomeadamente a nível patrimonial.

A oferta turística, nestes casos, deve assentar na redescoberta das potencialidades e especificidades de determinado destino.

Nesta linha de pensamento, é possível salientar, tal como refere Santagata (2004), que a “*cultura importa não só porque representa a imagem antropológica da vida material, espiritual e social das pessoas, mas também porque é um recurso básico para o crescimento económico sustentável*” (Moreira e Henriques, s/d: 1). Sendo que os projetos inseridos neste âmbito, são capazes de atingir consequências extremamente eficazes⁴¹. Em suma, há uma consciência crescente da importância da cultura e do património como parte do processo de desenvolvimento.

Santana (2003 cit. Pérez, 2009) ao relacionar património cultural e desenvolvimento turístico define três possíveis estratégias de atuação: Preservação e proteção de espaços e

³⁸Desenvolvimento Local, também denominado de desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável, consoante o autor e às vezes com pequenas diferenças entre os termos. De forma geral, consiste num processo desencadeado a partir das necessidades existentes num espaço de dimensões reduzidas, que procura uma mudança e um enriquecimento das estruturas económicas através das capacidades, das potencialidades e dos recursos locais e da participação da população local. É um processo construído a partir de uma perspetiva integrada e de parceria, com respeito pela diversidade e pela comunidade.

³⁹Relatório de Brundtland - “Our Common Future” (1987) publicado pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

⁴⁰Objetivos do desenvolvimento de Turismo Sustentável: Melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs; melhorar a qualidade de vida com benefícios económicos e sociais não só para os residentes, mas também para as empresas; promover uma qualidade elevada na experiência do visitante; manter a qualidade do ambiente da qual depende não só a comunidade anfitriã, mas também o visitante; assegurar uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos custos; encorajar a compreensão dos impactos do turismo no ambiente cultural, humano e material; melhorar as infraestruturas sociais e de cuidados de saúde (OMT, 2003).

⁴¹Por exemplo: conservar os recursos patrimoniais, formar os estudantes que desejam aprender algo na área, permitir a investigação, apresentar e divulgar o património, criar atividades no seu âmbito, motivar o encontro e reunião de coletividades, criar polos de atração para os turistas, desenvolver produtos e serviços (em particular para empresas), atribuir uma imagem de marca ao território, contribuir para o desenvolvimento das comunidades, procurar cobrir os custos de funcionamento e investir na pesquisa de novos bens patrimoniais (Grefe, 1999 cit. Fernandes, 2008: 37).

saberes para o futuro e ao serviço da ciência; Conservar e compatibilizar o património cultural com um uso recreacional orientado para o turismo, democratizando o seu consumo; Ou conservar o património cultural através de um turismo minoritário e de elite. Poderão existir vias intermédias a estas três estratégias, ou também cruzamentos entre elas nos locais de destino turístico, mas, de fato, o património cultural e o turismo adotam uma relação de conveniência que redefine os bens culturais em que se materializa e se objetiva a identidade.

A forma como estas estratégias se desenvolvem deve ser ajustada às características do local, não existindo apenas uma forma correta, pois cada lugar tem as suas especificidades. Assim, para desenvolver o turismo numa perspetiva de sustentabilidade é necessário ter em atenção especial os fatores relacionados com a autenticidade e a identidade específica de cada lugar.

Desta forma, o património cultural ocupa um papel de primeira ordem nos planos e programas de desenvolvimento de zonas rurais deprimidas e nos planos e programas de recuperação de espaços urbanos⁴². É neste âmbito que a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural constitui uma das prioridades da Comunidade Europeia no período 2007-2013.⁴³

As oportunidades de desenvolvimento de locais através de iniciativas e de atividades relacionadas com o turismo constituem referências incontornáveis na atual conjuntura política, social ou económica. Tal como em casos já citados também nesta questão o envolvimento da população local é essencial. A valorização do “lugar”, através da preservação dos seus bens patrimoniais, das suas áreas de entorno e do resgate da cultura local, é um meio de aproveitar a riqueza cultural de uma dada região visando o seu potencial turístico.

No desenvolvimento destas iniciativas devem ser consideradas as políticas rurais e turísticas, de forma a que as ações a ser realizadas vão de encontro com as medidas defendidas pela intervenção pública etc.

A finalidade consiste em utilizar o património de forma a constituir uma peça importante para a afirmação da população local, sobretudo nos projetos a médio e longo prazo.

⁴² Uma das primeiras vezes em que se falou desta questão foi na Mesa Redonda sobre Museologia, celebrada no Chile no ano de 1972.

⁴³ Relatório da Comissão ao Parlamento, ao conselho, ao comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, 2011.

A fruição do património como instrumento de desenvolvimento possibilita também uma oportunidade para melhorar as condições materiais e de vida da população, através da criação de novos espaços lúdicos e de lazer, importantes para atrair visitantes e iniciativas, como também para a população. Para o turista a viagem a determinado espaço é uma forma de alheamento, descontração e lazer, para os habitantes locais, é uma oportunidade a aproveitar enquanto atividade fundamental no quadro do desenvolvimento Sustentável (Miro; Padro, 2004 cit. Fernandes, 2008).

De forma sucinta, podem ser atribuídas ao turismo um importante lugar na economia essencialmente pelo seu papel em três vetores: primeiro o social porque garante às populações a melhoria da qualidade de vida, segundo o económico ao contribuir para a solução de problemas económicos e como fator de dinamização da economia global e por último, o territorial porque contribui para compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais.

Para além disso, a contínua prática desta atividade contribui para um aumento da valorização e defesa do património histórico, pela preservação e melhor aproveitamento dos monumentos, pelo enriquecimento dos valores tradicionais, desde a arquitetura regional ao folclore, passando pela gastronomia e pela defesa dos recursos naturais e, também, neste aspeto, é necessário ter uma perspetiva de desenvolvimento regional (Cunha, 1997)⁴⁴.

A utilização do património cultural constitui desta forma um recurso para o desenvolvimento, podendo contribuir *“para inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais”* (Peralta, s/d: 220).

É amplamente reconhecido que o turismo consiste num importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, proporcionando benefícios de longo

⁴⁴ Foi durante a década de 70, que surgiu um modelo turístico “alternativo” ou “integrado”, em que o desenvolvimento turístico era baseado na mobilização dos diferentes recursos locais/endógenos (mão-de-obra, capital, gestão, ambiente), em articulação com diversos domínios da vida regional e em harmonia com os valores culturais e o ambiente das regiões de acolhimento. Situação que ocorreu na política turística e nas estratégias de desenvolvimento de muitas regiões, foi neste novo contexto, que o setor turístico deixa de ser entendido apenas como instrumento de crescimento da economia nacional e passa a ser visto como fator de desenvolvimento regional (Feio, 1991: 408).

prazo quando implementado de forma sustentada (ao implicar uma rede complexa de atividades económicas envolvidas no fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas, transportes, entretenimento e outros serviços para os turistas, o turismo é um elemento estruturante da economia).

Face às soluções de desenvolvimento que têm sido implementadas e que assentam principalmente, num crescimento centrado em componentes económicas (emprego e redistribuição de riqueza), o turismo constitui uma solução tão boa quanto outras, sendo eleito como uma das práticas mais relevantes na transformação do território, independentemente do local em questão. Este possibilita o desenvolvimento económico com base no aproveitamento das potencialidades locais que, materializadas nos seus valores culturais próprios, no seu património histórico e construído, lhe vão permitir criar uma oferta turística diferenciada.

4.1.1. Condicionismos ao recurso do turismo como opção de desenvolvimento

É necessário ter em consideração que apesar das muitas mais-valias da utilização turística de elementos patrimoniais característicos de um local como instrumento para o desenvolvimento, está sujeito a determinados condicionismos, pois “*o turismo não pode ser encarado como uma panaceia (...) é indispensável a existência de valores mínimos que o justifiquem.*” (Cunha, 1997: 286).

É essencial que as práticas turísticas sejam desenvolvidas com base na multidimensionalidade e especificidade dos territórios, respeitando a diversidade, integrando-a e aceitando-a como uma mais-valia no enriquecimento de determinado projeto.

A valorização da diferença, tal como foi mencionado anteriormente, pode contribuir no combate contra o processo da homogeneização, que por sua vez, está relacionada com o fenómeno da globalização. Atualmente os elementos que são considerados autênticos e endógenos de determinado local, constituem fatores de grande importância, pois são as características, que se sustentavelmente exploradas, promovem a atração de visitantes, sendo a causa da deslocação de pessoas.

Em locais em que as práticas de turismo não constituem uma atividade alternativa como instrumento de desenvolvimento o turismo pode ser organizado como estímulo complementar e não como base principal (Cunha, 1997).

Para garantir o sucesso destas práticas, o património deve ser assumido como um elemento prático e útil, só assim pode ser explorada a sua utilidade. Caso contrário, embora sobreviva em termos físicos, desaparece a nível conceptual, e nesta medida as políticas de conservação convencionais correm o risco de cometer um erro por não contemplarem esta possibilidade, centrado-se apenas na conservação do património *per si*, sem levar a cabo estratégias ou planos de interpretação, gestão e desenvolvimento (Padro; Miro, 2005, cit. Fernandes, 2008).

Nesta perspetiva, a utilização do património constitui, sem dúvida, instrumentos de relevo na construção do desenvolvimento, uma vez que permitem a emergência de formas de colaboração inesperadas entre diferentes entidades e indivíduos (Teisserenc, 1997 cit. Fernandes, 2008) reforçando as relações entre os membros da população local e promovendo o fortalecimento da identidade e da memória coletiva. Neste seguimento, “*o turismo tem de respeitar os recursos naturais e culturais existentes e ser fator de valorização*” (Cunha, 1997: 286), o que desperta para o fato de ser essencial salientar que é extremamente importante potenciar a proteção dos recursos patrimoniais ao longo de todo o processo, mas sobretudo que a valorização da população local e a sua qualidade de vida constituem a principal meta a atingir.

É importante referir que as consequências de desenvolvimento que surgem destas práticas devem ser enquadradas em projetos a médio e longo prazo, uma vez que apenas é possível observar os seus efeitos após um período relativamente longo, embora possam existir alguns resultados imediatos, mas não tão significativos. “*Os equipamentos e os modelos de desenvolvimento turístico têm de ser programados em função das características e valores regionais e não pela adoção de modelos alheio*” (Cunha, 1997: 286). O que significa que o sucesso destas mais-valias não é sinónimo de grandes projetos, mas sim da existência de proporcionalidade entre a dimensão de determinado local e os projetos desenvolvidos.

Tal como mencionado anteriormente, estas práticas devem ser levadas a cabo através de uma lógica participativa na qual sejam integrados, os órgãos de decisão a vários níveis (local, regional, nacional) que, juntamente com a população local e com os restantes stakeholders integrantes dos projetos possam definir e delinear os objetivos e estratégias em função das potencialidades existentes, nomeadamente em termos de recursos

patrimoniais. Só assim será possível promover o desenvolvimento de regiões deprimidas. É assim, indispensável que estas práticas impliquem uma verdadeira preocupação com a salvaguarda do património cultural, com o estabelecimento de parcerias com o poder local, com o desenvolvimento de projetos pluridisciplinares e integrados e com o estreitamento das relações com a população local (elemento ativo neste tipo de turismo).

4.1.2. Efeito multiplicador

Os efeitos multiplicadores, dos benefícios da utilização do património como instrumento de desenvolvimento, não estão apenas relacionados com a importância dos bens existentes, mas também com o grau de integração económica e social em determinado local. Pois, a existência do monumento *per si* não pode trazer desenvolvimento de nenhum tipo, é essencial que exista um contexto capaz de dar resposta às necessidades, avaliar o peso das atividades presentes no local e construir estratégias de desenvolvimento e utilização adaptadas ao local em questão.

O turismo ao assentar em diversas atividades distintas, desde as próprias atrações turísticas, a restauração, o alojamento ou o artesanato. O fato de usar recursos locais, em muitos casos subaproveitados, com fracas potencialidades de utilização económica ou renovável, permite uma exploração eficaz das potencialidades da região. Neste seguimento, constitui uma prática capaz de influenciar as restantes atividades, tanto de forma direta como indiretamente, entre as quais, o comércio, a agricultura ou o setor dos transportes, cujos rendimentos, por sua vez, vão ter repercussões induzidas na própria economia, uma vez investidos noutros sectores.

Desta forma, constitui um fator de diversificação da estrutura económica regional, multiplicando as oportunidades de emprego, o que consiste numa das principais orientações estratégicas da Comissão Europeia⁴⁵, aumentando, conseqüentemente, o produto e o nível de vida das populações locais. Promovendo a diversificação de atividades, muitas vezes negligenciadas, entre as quais destacam-se as de natureza cultural e patrimonial, social, ambiental, agrícola e artesanal, entre outras.

Assim, o turismo tem demonstrado que consegue produzir importantes efeitos multiplicadores na economia regional, promovendo a dinamização e modernização do

⁴⁵ Relatório da Comissão ao Parlamento, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, 2011, p. 4.

tecido económico e garantindo ao mesmo tempo os limiares críticos necessários à criação de infraestruturas e equipamentos (Cooper, 2003 cit. Abreu, 2006).

Possibilita gerar a diversificação de postos de trabalho, capazes de criar novas soluções para a subsistência e vivência da população local, contribuindo para a dinamização do mercado de trabalho, assim na perspetiva de Teisserenc (1997) a “*cultura é, numa sociedade de serviços, um setor criador de emprego, em particular em torno da revalorização do património*”⁴⁶ (Fernandes, 2008: 43). É neste seguimento que todos os profissionais direta ou indiretamente relacionadas ao património constituem elementos fundamentais para a sua proteção, uma vez que esperam que as suas próprias atividades possam beneficiar de promoção.

A utilização do património e a valorização da sua preservação assumem cada vez maior relevo, pelos efeitos que podem gerar, uma vez que a “*promoção do aumento do bem-estar social e económico*” dos cidadãos e o “*desenvolvimento regional e local*” constituem duas das principais finalidades do património (Art. nº12, Lei n. 107/2001).

Numa perspetiva dos efeitos em termos imateriais, estas práticas contribuem para o crescimento da auto-estima da população local, não só relativamente às suas capacidades, mas também às potencialidades do “seu” património.

Alinhadas com as perspetivas recentes sobre desenvolvimento sustentável, as preocupações atuais do turismo valorizam a gestão dos recursos turísticos, com o objetivo de alcançar resultados económicos, sociais e ambientais duradouros. O desafio da sustentabilidade da atividade turística configura um encontro entre as necessidades dos turistas, os locais de acolhimento e os interesses das populações locais (Inskip, 1991 cit. Carvalho e Marujo, 2011).

Em suma, a ativação do património cultural é vista como uma oportunidade de rentabilidade simbólica e económica, mediante a utilização turística do património como fator de promoção local e, como consequência, de desenvolvimento local, assente nas potencialidades locais e nas suas características económicas e sociais.

⁴⁶ De uma forma geral, as profissões derivadas do património em quatro grupos: as profissões diretas (associadas a organismos ou entidades de proteção e/ou valorização); as indiretas (relacionadas com atividades de conservação e restauração); as induzidas (que têm por base a utilização do património como matéria-prima para a criação de iniciativas) e por último, as profissões derivadas da atividade turística (o turismo cultural, tem capacidade de criar postos de trabalho, não apenas no local do património, mas em toda a área circundante, através de hotéis, restaurantes, meios de transporte, venda de produtos, entre outros) (Greffé, 2004 cit. Fernandes, 2008: 35)

Parte II

Capítulo 1. O planeamento no âmbito da utilização turística do património

“Políticas e ações para o planeamento turístico devem ser desenhadas de forma a otimizarem e promoverem os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar” (Irving et al., 2005: 3).

A noção de planeamento é difícil de definir devido à sua amplitude e à diversidade de opiniões existentes. Segundo Rushmann (2008: 83), o planeamento *“é uma actividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos (...) e tem por objetivo o aprovisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda aos seus desejos e necessidades”*. Sendo responsável por organizar as ações desenvolvidas pelo homem sobre determinado território e de orientar a a construção de equipamentos e facilidades de forma a evitar consequências negativas sobre os recursos, reduzindo a sua atratividade (Rushmann, 2008).

Neste seguimento, segundo os autores Estol e Albuquerque (s/d), *“o planeamento é um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, dererminar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização”* expondo com precisão as especificações necessárias para alcançar os resultados pretendidos (Rushmann, 2008: 84).

Devido à amálgama de atividades e serviços englobados pelo turismo, e tendo em conta os riscos da utilização patrimonial, é essencial planear o desenvolvimento turístico de qualquer território. Peres (2008) considera que *“a experiência turística vai para além do olhar do visitante e da estratégia do vendedor”* (Remoaldo e Ribeiro, 2008: 1311).

O planeamento do turismo, nomeadamente relacionado com o património, é uma tarefa complexa, tal como as atividades turísticas, e envolve diversos aspetos relacionados com o

próprio destino e com os potenciais turistas. Desta forma, o planeamento turístico é, segundo Vieira (2007), um processo “*transversal a toda a sociedade que ultrapassa os seus aspetos económicos, territoriais ou ambientais*” (Marujo e Carvalho, 2010: 155).

Ao ser um processo paradoxal, o turismo deve ser realizado, na perspetiva dos autores Coccossis e Psycharis (2008), com base “*num processo sistemático para que os seus resultados sejam realistas e eficazes. Este processo varia de acordo com a situação do sistema, o tipo e o nível de planeamento*” (Marujo e Carvalho, 2010: 158).

Neste seguimento, e acrescentando o fato do turismo constituir um ativo consumidor do território, os processos de planeamento devem assentar no desenvolvimento de diagnósticos da realidade atual, no conhecimento do passado e no desenvolvimento de cenários que permitam “prever” as diversas consequências. Desta forma, o planeamento deve incorporar instrumentos para uma perceção dos problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças de cada espaço turístico. Sucintamente, os processos de planeamento pretendem compreender a atual situação da determinada área em relação a uma série de aspetos relevantes ao desenvolvimento da atividade turística, e a partir das informações obtidas, são delineados objetivos que assentam nas necessidades identificadas. De acordo com Beni (2000), o planeamento estratégico surge como o único instrumento apropriado para reequilibrar, ampliar e aperfeiçoar o turismo. Sendo capaz de refletir a vontade da população e promover a sua participação nas atividades ao longo de todo o processo. É neste contexto que Segundo Vieira (2007 cit. Marujo e Carvalho, 2010), o planeamento de um turismo sustentável promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo

O planeamento para que possa atingir os melhores resultados possíveis deve assentar em determinados objetivos específicos (Williams, 2009, Ruschmann, 2008, Vieira, 2007)⁴⁷.

⁴⁷ De acordo como o autor Williams (2009) permite um mecanismo para uma disposição estruturada de equipamentos turísticos e infraestruturas associadas ao longo de grandes áreas geográficas; A coordenação da natureza fragmentada do turismo, principalmente em relação ao transporte, alojamento, *marketing* e recursos humanos; A intervenção na conservação dos recursos e a maximização dos benefícios para a comunidade local; Um mecanismo para a distribuição e redistribuição dos investimentos relacionados com o turismo e os benefícios económicos; A integração do turismo em sistemas de planeamento dá à indústria um significado político (uma vez que a maior parte dos sistemas de planeamento são sujeitos a influências e controle político) e além disso fornece uma medida do estatuto e legitimidade para uma atividade que nem sempre foi considerada seriamente como uma força para a mudança económica e social (Marujo e Carvalho, 2010: 154).

Segundo Ruschman (2008) coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; promover os incentivos necessários para estimular o estabelecimento de equipamentos e serviços turísticos; maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar os custos, visando o bem-estar da comunidade recetora e a rentabilidade dos empreendimentos do sector; definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades; garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento turístico não sejam empregados em outras atividades económicas; evitar deficiências ou

Este é um tema abordado por vários autores, no entanto, é possível verificar que os diversos objetivos estão interligados entre si, tendo alguns pontos em comum entre ambas as perspetivas.

Hall (2004 cit. Marujo e Carvalho, 2010) defende que o planeamento não é uma panaceia para todos os problemas, mas pode contribuir para minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos económicos nos destinos e, deste modo, estimular uma resposta mais objetiva por parte da população local, em relação ao turismo a longo prazo. O planeamento é desta forma considerado um elemento fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável de determinado destino. No entanto planear não garante o sucesso do desenvolvimento destes processos, devido ao seu carácter imprevisível, segundo Barreto (2005) “*nunca se sabe para onde o movimento turístico se vai expandir, nunca se sabe quando vai ressurgir*” (Marujo e Carvalho, 2010: 155) o que traz limitações e incertezas ao planeamento.

Em casos em que não se verifica um planeamento do turismo, podem ocorrer desequilíbrios prejudiciais nos lugares de destino, correndo o risco de tornar-se vítima do seu próprio êxito, em casos em que atrai excessos de visitantes, podendo colocar em risco os recursos patrimoniais do destino e a própria qualidade de vida da população local.

Em suma, o planeamento é considerado uma ferramenta indispensável nas políticas de promoção do desenvolvimento sustentável e pretende, essencialmente, salvaguardar recursos, criar e distribuir benefícios, através de uma lógica participativa. Assim, planear o turismo é uma condição necessária para a organização, a viabilidade e a sustentabilidade da própria atividade.

1.1. Princípios do planeamento

congestionamentos onerosos; minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura, e proteger aqueles que são únicos; cientificar a autoridade política responsável pela implantação de todas as implicações do planeamento; capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística; garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada; garantir que a imagem do destino se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados; atrair financiamentos nacionais ou internacionais, bem como assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental; coordenar o turismo com outras atividades económicas, integrando o seu desenvolvimento nos planos económicos e físicos do país (Marujo e Carvalho, 2010: 156). Segundo Vieira (2007), contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população; promover a integração comunitária; garantir o desenvolvimento económico sustentável e proporcionar as condições necessárias para o sucesso empresarial. No que concerne aos objetivos específicos, o autor argumenta que o planeamento deve: garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico; propiciar um nível elevado de satisfação aos turistas; proteger os recursos turísticos; identificar as zonas com potencial turístico e integrar as correntes turísticas nas comunidades anfitriãs (Marujo e Carvalho, 2010: 156).

A incorporação dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, nomeadamente no turismo, tem contribuído para uma revalorização e uma reorientação do planeamento e da gestão do turismo (Baidal, 2003). Neste seguimento, os princípios e critérios que o conceito de sustentabilidade assenta, devem também estar na base do planeamento do desenvolvimento do turismo. O planeamento turístico *“exige uma série de ações e decisões que só serão bem-sucedidas se empreendidas dentro de um processo metodológico”* (Ruschmann, 2008: 91).

Neste seguimento, planear o turismo de forma sustentável não consiste apenas em controlar os impactos negativos consequentes da atividade, mas também em ocupar uma posição privilegiada num contexto de globalização, de forma a gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos ambientais, e promover a responsabilidade social e cultural, que devem ser interpretados como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas (Irving et al., 2005 cit. Hanai e Espíndola, 2012).

Desta forma, um dos princípios fundamentais para o sucesso do planeamento, é que este tenha como base o próprio desenvolvimento sustentável do local. Na medida em que, o planeamento pode para a consciencialização, valorização e educação da população acerca do “seu” património, podendo gerar benefícios a diversos níveis para a região.

Também a articulação entre os stakeholders⁴⁸ é fundamental, (Cooper, 2002; Lima, 2007 cit. Medeiros e Becheleni, 2010) pois a incorporação de múltiplas vozes ao processo de decisão é considerada uma garantia contra a preservação do passado. É neste contexto, que o planeamento deve ocorrer através de um processo participativo, em que todos os elementos que fazem parte de determinada localidade, órgãos públicos, iniciativa privada e população local são envolvidos (OMT, 2001). Só desta forma é possível minimizar os potenciais impactos negativos, maximizar os retornos económicos do destino e encorajar um maior envolvimento da população local no turismo.

Também preparar o encontro entre turistas e anfitriões é um das principais princípios do planeamento, pois é preciso existirem condições e regras de convivência, de forma a harmonizar e garantir que as trocas sociais sejam satisfatórias para ambos, tanto no interior da sociedade, como entre visitantes e visitados.

⁴⁸Stakeholders (em português, parte interessada ou interveniente), é um termo usado em diversas áreas como gestão de projetos, administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa (In <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder>, acesso Março de 2013).

O planeamento turístico dos locais deve seguir como princípio o seu sentido simbólico como elemento referencial para a construção e afirmação de identidades, “*no sentido de contribuir para uma maior compreensão intercultural e proporcionar experiências significativas, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes*” (Carvalho e Simões, 2001: 8).

A utilização do património deve ser incluída no planeamento estratégico como um elemento de consolidação do espaço público. Alberto Magnaghi (2000 cit. Serra, 2009) salienta a “*mundialização de baixo para cima*” e defende a utilização de todos os meios técnicos disponibilizados pela globalização para promover a reapropriação do património por uma comunidade, no quadro de um projeto definido com ela.

Para implementar uma estratégia de desenvolvimento em determinado território é essencial conhecer bem a economia local, diagnosticar as oportunidades, as ameaças, as forças e as fraquezas existentes (análise SWOT) e definir os objetivos e as metas a alcançar, procurando um consenso entre os intervenientes, relativamente às atividades a realizar (Barquero, 1993 cit. Fernandes, 2008).

Assim, é recomendado que o planeamento do turismo sustentável assente em três perspetivas principais: a sustentabilidade ecológica, que permite entender o valor daquilo que está sendo explorado e compreender a importância do equilíbrio ambiental para a manutenção para as gerações futuras; a sustentabilidade sociocultural, que promove o bem-estar das populações, tem obrigatoriedade de gerar benefícios para a comunidade e mantém a identidade do local; e a sustentabilidade económica, que promove a conservação dos recursos naturais e culturais, valorizando-os económica e financeiramente, prevendo a geração de benefícios económicos direcionados às comunidades de destino, de forma a contribuir para a diminuição dos problemas socioeconómicos locais (UNEP/WTO, 2005).

2. A gestão de iniciativas no âmbito da utilização turística do património

Segundo o defendido pela Carta de Óbidos (2011: 1), a “*gestão do Património do século XXI, implica a substituição do Modelo existente “Cultura e Património”, subsidiário de uma visão sectorial e paralela, por um Modelo de gestão estruturado num trinómio*

Património, Cultura e Turismo, que, autonomizado e convergente, constitui um eixo estratégico de desenvolvimento económico, cultural e social, para o futuro do País”.

Um dos grandes paradoxos do turismo assente nos recursos patrimoniais é a dificuldade encontrada na gestão do património cultural, devido principalmente aos conflitos existentes entre os interesses da comunidade local e dos turistas. Logo, para que haja a manutenção da identidade da cultura local é inquestionável que tem de se definir um ponto de equilíbrio do uso turístico para que, assim, se torne possível aproveitar as representações do passado sem deteriorar a memória das comunidades recetoras (Brusadin, 2012).

É neste seguimento, que Prentice (1995) considera que a experiência dos visitantes está diretamente relacionada com a qualidade e eficácia da gestão. Verifica-se que em alguns casos, como nos locais históricos, o grau de controlo da gestão pode ser limitado pelas restrições da política e planeamento.

Nesta perspetiva, o turismo assente neste tipo de recursos deve ter em atenção três aspetos: os produtos a oferecer, os mercados a atingir e os competidores. O que exige e implica apostar seriamente na investigação, como estratégia de implementação e intervenção (Mckercher e Du Cros, 2002 cit. Pereira, 2005).

De forma sucinta, a gestão das práticas em que o património é utilizado pelo turismo devem ter como principal objetivo deve maximizar a qualidade da experiência do visitante, enquanto minimiza o impacto nos recursos patrimoniais.

Para Bull (1995), as atrações que incluem o património, passam por dois estádios diferentes: a oferta potencial e a oferta efetiva. Em que existe um conjunto relativamente finito de atrações potenciais em qualquer destino, que poderá não ser fixo, depende dos interesses da procura. A passagem de oferta potencial a oferta efetiva ou de transformação do recurso em produto obriga a duas ações diferentes. Por um lado, a transformação física do recurso, com o incremento de estruturas que proporcionem uma visita mais cómoda, (através da adição de serviços de apoio e introdução de um sistema de gestão operativo). Por outro lado, esta transformação terá de correr também ao nível da interpretação (tema desenvolvido no ponto).

Neste processo está implícita uma gestão operacional, essencial para o seu bom funcionamento. De acordo com Leask, Yoeman e Sharples (1999 cit. Pereira, 2005), a gestão de uma atração turística patrimonial inclui as seguintes operações:

- O estudo do desenvolvimento do sítio;
- A apresentação ou interpretação do sítio;
- A gestão ou controlo do número de visitantes;
- A organização e formação do pessoal ao serviço;
- A gestão dos edifícios e do equipamento;
- A gestão e monitorização da qualidade;
- Fazer coincidir a oferta e a procura;
- Medir o grau de satisfação dos visitantes;
- A gestão de crises;
- A avaliação de risco;
- A gestão de sistemas operativos, como a gestão de stocks.

Tal como em outras atividades, é essencial para a sobrevivência de uma atração, uma eficaz gestão de todas as operações, juntamente com outro tipo de ações, relacionadas com o marketing, a gestão financeira e a gestão de recursos (Pereira, 2005).

Em relação à gestão das atrações patrimoniais, a “*inovação do produto*” tem vindo a consolidar-se em diversas áreas. Recursos patrimoniais, que antes seria impensado serem utilizados para funções, que não a estritamente visitável, tais como catedrais, palácios, entre outros, atualmente são utilizados através de novas estratégias, em que adquirem novos usos e funções (ex. eventos, arte contemporânea, entre outros) (Lanquar 2001 cit. Vieira, 2006). O que permite um incremento exponencial da divulgação de determinado recurso pois é alvo de atenção por diferentes tipos de público assegurando uma maior atração e um potencial aumento de receitas.

Vários autores apresentam linhas estratégicas de gestão, tais como Prentice (1993), Boniface (1995), Bergalo (1997), Patin (1997), Middleton (2000), (Vieira, 2006).

2.1. Princípios estratégicos de gestão

Numa época de globalização crescente, a proteção, conservação, interpretação e apresentação do património e da diversidade cultural de qualquer lugar, ou região em particular, é um desafio importante para as pessoas de todas as partes. No entanto, a gestão desse património, dentro de um enquadramento de normas internacionalmente reconhecidas e apropriadamente aplicadas, é, geralmente, da responsabilidade de determinado órgão a nível nacional.

Um princípio essencial da gestão do património é a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a sua população local e para os visitantes. O acesso ao património, razoável e bem gerido, em termos física, intelectual e emocionalmente, e ao desenvolvimento cultural é tanto um direito, como um privilégio. Ele traz consigo um dever de respeito pelos valores e pelos interesses, e de equidade para com a comunidade residente atual, para com os curadores ou os proprietários indígenas da propriedade histórica, assim como para com as paisagens e as culturas a partir das quais esse património evoluiu (ICOMOS, 1999).

A gestão, tal como o planeamento, estão intimamente ligados aos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade; nesta linha de pensamento, a gestão deve assentar em determinados elementos, de acordo com os princípios da sustentabilidade:

- No equilíbrio entre o crescimento económico e a utilização dos recursos naturais;
- Na preservação dos processos ecológicos e de biodiversidade e valorização do ambiente e do património cultural;
- Na criação de novos produtos e de serviços diversificados;
- Na planificação estratégica com a participação das comunidades locais;
- Possibilidade de desenvolvimento de novos mercados e de exploração de novos produtos;
- Necessidade de concorrer no mercado interno português com o mesmo espírito de competitividade e de grau de sofisticação que nos restante mercados europeus.
- Promover uma abordagem integrada e bem informada pelas autoridades públicas em todos os sectores e a todos os níveis;

Também neste contexto, o Art. 10º da Convenção de Faro (2005) defende os seguintes objetivos de gestão na utilização do património pelo Turismo:

- Desenvolver quadros jurídicos, financeiros e profissionais que permitam uma ação concertada por parte das autoridades públicas, peritos, proprietários, investidores, empresas, organizações não-governamentais e sociedade civil;
- Desenvolver métodos inovadores para a cooperação das autoridades públicas com outros agentes;
- Respeitar e encorajar iniciativas voluntárias complementares à missão das autoridades públicas;

- Encorajar as organizações não-governamentais interessadas na conservação do património a atuarem no interesse público.

3. Aljezur, “Entre a Serra e o Mar”⁴⁹

3.1. Caracterização do concelho de Aljezur

3.1.1. Enquadramento geográfico

O Concelho de Aljezur ocupa uma área de 320 km², situado na zona ocidental da região do Algarve, encontra-se localizado em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, confronta a Norte com o concelho de Odemira, a Este com os concelhos de Monchique e Lagos (Serras de Monchique e de Espinhaço de Cão), a Sul com o concelho de Vila do Bispo e a Oeste com o Oceano Atlântico com um vasto litoral com cerca de 40 km de extensão.

O Concelho de Aljezur é composto por quatro freguesias: Aljezur, Odeceixe, Rogil e Bordeira (Anexo I). A Freguesia de Aljezur ocupa uma área de 163.4 km², tem cerca de 2687 habitantes (Fonte: INE, Censos 2001) e conta com 2204 eleitores (até Dezembro de 2002).



Fig. 1 - Mapa de Aljezur. Fonte: CMA

3.1.2. Enquadramento histórico

Aljezur é uma terra de origens remotas; foi fundada no século X pelos Árabes, que permaneceram muito tempo na região, o que deixou marcas que se mantiveram após a Reconquista Cristã até à atualidade, tais como lendas, histórias populares, a toponímia, o castelo, a cisterna, diversos vestígios arqueológicos, entre outros (Anexo II).

⁴⁹ Antigo Slogan do concelho, representa de forma simbólica a diversidade que existe no destino. Substituído na atualidade por “Aljezur, o coração da Costa Vicentina”.

A vila de Aljezur foi tomada aos mouros em 1249, durante o reinado de D. Afonso III, pelo Mestre da Ordem de Santiago - D. Paio Peres Correia. Esta conquista ocorreu ao romper da alva, ocupando o castelo que se encontrava na posse dos mouros. A partir de então, os cristãos agradeceram a Maria o sucesso da conquista e numa expansão da fé tornou-se Nossa Senhora da Alva, a Padroeira de Aljezur, fato que ainda hoje é transmitido via oral, através da lenda da Conquista do Castelo (Anexo III).

Em 1280, D. Dinis concedeu foral a Aljezur, esta foi a primeira Carta de Foral concedida por D. Dinis a uma terra Algarvia. Em 1504, D. Manuel reformou a Carta Diplomática de D. Dinis e concedeu um novo Foral a Aljezur, concedendo à vila o título de "Nobre e Honrada".



Fig. 2“Igreja Nova”. Fonte: ADPHA

Após o terramoto de 1755, que provocou em todo o concelho de Aljezur grandes destruições, o Bispo D. Francisco Gomes de Avelar, mandou construir a Igreja Nova ou de Nossa Senhora da Alva (situada em frente ao Castelo, do outro lado da ribeira de Aljezur), com o propósito de encontrar um espaço plano e arejado, não apenas para a Igreja mas também para o novo aglomerado urbano que deveria nascer e que desde aí se denomina de “Igreja Nova”.

3.1.3. Enquadramento social e económico

O concelho de Aljezur está integrado no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é caracterizado por uma linha de costa bastante preservada, por uma paisagem e cultura essencialmente rurais e tradicionais e por uma enorme biodiversidade, o que justifica que metade da área do concelho de Aljezur esteja incluído na Rede Nacional de Áreas Protegidas e praticamente toda a área na Rede Europeia para a Conservação da Natureza – Rede Natura 2000 e também considerado sítio de Importância Comunitária (ICNB).

É uma zona de interface mar-terra, e de contato de várias regiões biogeográficas, encerra uma grande variedade de fauna e flora (Anexo IV), comunidades de aves, mamíferos, invertebrados, plantas e peixes e de habitats, arribas escarpadas, praias de areia fina, zonas de charneca, sapais, estuários, nomeadamente os das ribeiras de Aljezur, de Seixe e da Carrapateira, lagoas e cursos de águas temporários.

A orla costeira apresenta praias rodeadas por altas arribas xistosas, prolongando-se em dunas extensas (Amoreira, Monte Clérigo, Bordeira) ou formando conchas e extensões de areia ladeadas por rochas (Odeceixe, Arrifana, Vale dos Homens, Vale Figueiras, Amado) (Anexo V).

O concelho de Aljezur caracteriza-se por ter uma economia essencialmente rural, onde se pode observar uma grande dependência do sector primário. As atividades mais comuns estão ligadas à agricultura, sendo as principais culturas a batata-doce, o milho, as leguminosas secas, o amendoim e a vinha. Aljezur é atualmente considerada a maior e mais importante região produtora de batata-doce de Portugal.

Também a pesca continua a ser uma fonte importante de rendimento para muitos aljezurenses. Na longa costa litoral é possível encontrar abundância e diversidade de peixes (sargo, linguado, pargo, safio, dourada, moreia e robalo), moluscos (polvo, choco, lula) e mariscos (perceves, mexilhão, berbigão, ouriços do mar, lapas e burgaus), que além de constituírem um recurso para os locais, também atraem pescadores profissionais e desportivos.

A gastronomia de Aljezur encontra-se diretamente relacionada com as atividades tradicionais exercidas, é uma gastronomia recheada de sabores da



terra e do mar, rica em peixe, marisco, bem como caça (coelho, javali), e em

Fig. 3 à esq.- Perceves. Fig. 4 À dir. – batata-doce.
Fonte: CMA

produtos da terra (principalmente a famosa batata-doce e o feijão) e as comidas da “morte-de-porco”⁵⁰. São tradicionais os pratos de feijão ou couvada com batata-doce, papas mouras com “piques”, arroz de mexilhão, feijoada de búzios, sargos, douradas e robalos cozidos ou grelhados, perceves, mexilhão, morcela frita, entre outros (Anexo VI).

Neste concelho continua a ser comum as pequenas produções de vinho, e também a admirada aguardente de medronho, ambas produzidas ainda de forma tradicional.

A gastronomia do concelho completa-se com a doçaria regional; destacam-se os pastéis e o pudim de batata-doce, as filhós e os fritos cobertos de uma calda de açúcar ou mel, também

⁵⁰ Expressão comum para denominar as matanças de porco, que apesar de serem uma prática cada vez mais rara em grande parte do território, por ser muito controlada, em Aljezur ainda são muito comuns



este um produto local.

Em termos de artesanato podem ser encontrados trabalhos em barro, vime (Fig.5), estanho e também trapologia e rendas.

Destacam-se dois eventos de carácter regular que marcam o concelho a nível regional. As Comemorações do Feriado

Fig. 5 Peças de artesanato em vime

Municipal a 29 de Agosto, associadas a uma tradição centenária com muita expressão na região, que consistia num banho no mar, o “Banho 29”, acreditava-se que neste dia a água era “benta”, e o “Festival da Batata-doce de Aljezur”, entre fim de Novembro e principio de Dezembro, que alia a vertente gastronómica à promoção dos produtos locais de qualidade.

Existem outros eventos tais como, “A Feira da Filhó e dos Fritos de Aljezur”, no primeiro trimestre do ano, a “Feira da Terra”, dedicada aos produtos locais, no primeiro Sábado de cada mês entre Junho e Outubro, a “Festa dos Pescadores”, na Arrifana, no último fim-de-semana de Julho, o “Festival de Folclore”, no Rogil e a “Festa em Honra de Nossa Senhora da Alva”, padroeira de Aljezur, no primeiro fim-de-semana de Setembro.

As feiras tradicionais são uma prática comum, caracterizam-se pela venda global de vestuário, calçado, louça, mobiliários, legumes, frutos secos, artesanato, entre uma infinidade de artigos a preços mais acessíveis. Continuam a assumir um papel de ponto de encontro e convívio entre as gentes locais. Destacam-se a Feira do Rogil realizada no 3º Domingo de Agosto, a Feira de Odeceixe no 1º Domingo de Setembro, a Feira de Aljezur no último Domingo de Setembro e a Feira das Alfambras no 1º Sábado de Outubro.

3.1.4 Turismo em Aljezur

Como ponto de partida relativamente ao Turismo praticado em Aljezur é possível identificar uma grande variedade de tipos de turistas. Apesar de ser um concelho pequeno é detentor de recursos e atrações diversas, o que permite corresponder a motivações também muito variadas.

A própria localização do concelho, em termos geográficos, contribui para esta variedade de recursos, literalmente “Entre a Serra e o Mar”, (atual “Coração da Costa Vicentina”⁵¹, pela sua localização em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina). Esta privilegiada localização é retratada pela riqueza patrimonial material e imaterial que pode

⁵¹ “Aljezur, o coração da Costa Vicentina” – Atual slogan do concelho.

ser identificada no concelho. “Patrimónios” que estão intimamente relacionados com os elementos da terra e do mar (Anexo X, XI, XII).

O fato de ser um destino com características marcadamente rurais emerge no turismo o interesse relacionado com as práticas do mundo rural e da antiga “vivência tradicional”. O turismo é, principalmente, atraído pela beleza das paisagens, em que incorporam de forma harmoniosa os elementos marítimos com elementos de serra. As paisagens de Aljezur são consideradas por alguns como “selvagens”, esta questão não ignora o fato serem paisagens, em grande parte, consequência da acção do homem, mas antes remete para o fato de não serem alvo das comuns características destrutivas da massificação turística, visível na maior parte dos locais algarvios constituem um destino de Sol e Mar.

Além do típico turismo de Sol e Mar, é também um destino procurado, por atividades desportivas, tais como o Surf, bodybord e a pesca.

Também a procura de passeios pedestres ou BTT têm-se tornado mais comuns nos últimos tempos, o que pode ser justificado pelo surgimento de projectos no terreno, relacionados com esta dinâmica.

Pode-se observar que a oferta turística de Aljezur não se encontra organizada, sendo que o turismo praticado é realizado de forma individual, exequando as actividades de surf, em que existem empresas especializadas.

Os recursos assentes no património histórico e cultural existente não constituem o atrativo principal das deslocações a Aljezur, estes são visitados não maior parte das vezes de forma acidental (esta questão será desenvolvida no próximo ponto).

Em suma, é possível acrescentar que as características actuais do turismo em Aljezur e as suas potencialidades enquadram-se nas motivações e interesses relacionados com o conceito de “novo turismo”, desenvolvido no ponto 2.1.2.

3.2. Análise e avaliação dos recursos existentes

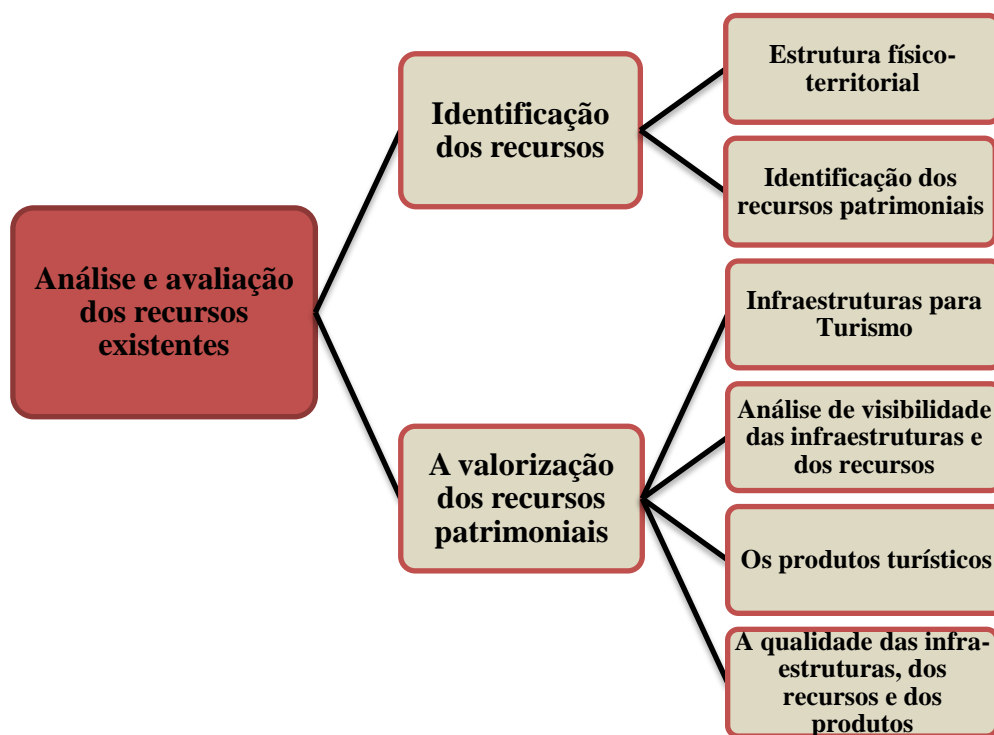
Tal como foi referido ao longo deste trabalho, as alterações ocorridas na sociedade, a vários níveis, contribuíram para que, tanto o turismo como a ativação patrimonial, sejam fenómenos que dependem e estão relacionados com vários fatores. Neste contexto é também possível verificar que, cada vez mais é reforçada a dimensão local e endógena dos destinos, isto é, as especificidades de cada local são cada vez mais valorizadas nos

processos de desenvolvimento de estratégias de competitividade e excelência turística, daí que seja importante uma análise a nível dos vários recursos⁵².

Neste seguimento e para poder apresentar uma estratégia de intervenção para o concelho de Aljezur, segue-se uma análise e avaliação dos recursos existentes, com base na proposta metodológica defendida por Pérez e Salinas (2008)⁵³.

Numa primeira fase serão identificados os recursos disponíveis em todo o concelho, a nível das estruturas físico-territoriais e a nível dos recursos patrimoniais existentes. A segunda fase centra-se nas possibilidades de utilização desses recursos através da dinamização e valorização turística, tendo em conta a capacidade e as infraestruturas do concelho (Fig.6).

Como já foi referido anteriormente são necessários vários tipos de atores, representantes de várias áreas, na conceção e análise de projectos deste cariz, devido ao carácter multidimensional que lhes é característico, daí que a nível das estruturas físico-territoriais será apresentada uma abordagem predominantemente teórica e explicativa.



⁵² Segundo Getz (1986 cit. Marujo e Carvalho, 2010, p. 152) “o planeamento do turismo consiste num processo baseado na análise e avaliação, que visa otimizar o potencial da contribuição da atividade turística para a qualidade ambiental e o bem-estar humano”.

⁵³ In Pérez, Rocio; Salinas, Víctor – El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del Turismo, Investigaciones Geográficas nº 46, ISSN:0213-4691, Universidad de Sevilla, 2008.

Fig. 6 - Análise e avaliação dos recursos existentes. Fonte: Adaptado da proposta metodológica defendida por Perez e Salinas (2008).

3.2.1. Identificação dos recursos

a) Estrutura físico-territorial

Segundo os autores Ferrão (1996) e Velt (1996), a estrutura física e territorial de um local é considerada “*um agente ativo e dinâmico que contribui para gerar vantagens competitivas*” (Pérez e Salinas, 2008: 74).

Neste âmbito é importante analisar as estruturas territoriais básicas (relevos, utilização dos solos, morfologia urbana, traços e características das redes de comunicação, rede viárias entre outros) e também outros recursos territoriais suscetíveis de serem ativados para o desenvolvimento turístico (tais como as panorâmicas de paisagens que estão directamente associadas ao tipo de relevo existente).

É também necessário ter em conta o sistema empresarial relacionado com os usos turísticos e culturais, entre os quais os agentes sociais e institucionais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Direções Regionais, Grupos de Desenvolvimento Local, Associações) as demarcações territoriais operadas por cada organismo e a análise dos planos e políticas existentes (tais como Plano de Diretor Municipal, Plano de Ordenamento do Território, etc.)⁵⁴.

b) Identificação dos recursos patrimoniais

Tal como foi referido anteriormente, Aljezur é um concelho com enorme diversidade em termos de recursos existentes, tanto a nível cultural, como a nível natural. A fig. 7 apresenta uma lista com os recursos patrimoniais identificados, de natureza diversa.

Ao analisar os recursos identificados, é possível destacar o grande número de museus existentes proporcionalmente à dimensão do destino. Segundo Mesquita (2009)⁵⁵ Aljezur é “*a vila portuguesa com mais museus por metro quadrado. E não se pense que são de exígua qualidade ou de banal importância.*”

Entre os núcleos museológicos mencionados a temática abordada principal está assente nas questões etnográficas do local, os costumes da vida rural (onde se destaca a produção de batata-doce e a aguardente de medronho), as pescas e o artesanato (Museu municipal,

⁵⁴ Em anexo segue um mapa das acessibilidades relativas ao concelho (Anexo VIII) e uma lista das associações e grupos de desenvolvimento local (Anexo IX).

⁵⁵ In Blog Algarve – História e Cultura <http://algarvehistoriacultura.blogspot.pt/2009/08/aljezur-um-oasis-no-turismo-algarvio.html>, acesso em Setembro de 2012.

casa-museu Pintor Jose Cercas, os Moinhos, a Adega-Museu e o Museu do Mar e da Terra). O Museu Municipal tem também um núcleo a respeito dos sítios arqueológicos do concelho.

São de destacar também o número de recursos arqueológicos identificados, facto que não é de estranhar, pois segundo o PROT Algarve⁵⁶ “do ponto de vista arqueológico, o Algarve é uma das regiões mais ricas do País”, neste documento são identificados no concelho de Aljezur 66 sítios arqueológicos, sendo que apenas um número muito reduzido é considerado para valorização.

É de sublinhar em relação ao património imaterial, nomeadamente às lendas identificadas (“A Tomada do Castelo” e “As Santas Cabeças”) que estas encontram-se ainda muito “presentes” no quotidiano, sendo que é muito comum ouvir referências no dia-a-dia da população.

É também necessário mencionar que, Aljezur ao estar incorporado no Parque Natural do Sudoeste da Costa Alentejana e Costa Vicentina, é possível identificar uma importante biodiversidade a nível de Fauna e Flora (Anexo IV), e nomeadamente a existência de paisagens muito admiradas e com características diversificadas, entre elas, a linha de costa, as zonas de várzea e de serra e indubitavelmente a paisagem urbana em que são observadas pequenas vilas e núcleos populacionais (Anexo XX).

⁵⁶ In Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (2003), Anexo R – Património Cultural, p. 7.



Fig. 7 - Identificação do património cultural de Aljezur. Fonte: autoria própria.

3.2.2. A valorização dos recursos patrimoniais

A valorização dos recursos patrimoniais através da utilização turística é um processo que engloba áreas fortemente relacionadas e complexas. Neste seguimento, segundo o modelo de análise de Pérez e Salinas (2008), é necessário identificar as infraestruturas existentes para o turismo no território, apresentar uma análise à visibilidade das infraestruturas e dos recursos identificados, os produtos turísticos existentes e por fim, uma análise à qualidade, tanto das infraestruturas, como dos recursos e dos produtos.

a) Infraestruturas para Turismo

Relativamente às infraestruturas para o turismo, importa identificar os recursos hoteleiros e os equipamentos de turismo.

A prática de turismo assenta no funcionamento de uma rede de serviços, em que além da satisfação dos desejos de conhecimento, de novas experiências e de realização de atividades, é também indispensável satisfazer as necessidades básicas inerentes a qualquer deslocação. Tais como os serviços de alojamento (Anexo XIII), de restauração e de lazer (Fig. 8).

Os equipamentos de lazer não sendo elementos básicos promovem uma mais-valia ao território e à estadia dos visitantes. Isto é, independentemente de serem turistas culturais (específicos ou gerais), se o usufruto do recurso patrimonial surge de forma “acidental” ou complementar, a questão é que existem equipamentos que podem valorizar o local, em termos culturais ou não, proporcionando uma experiência mais completa. No entanto pequenas zonas rurais normalmente não têm capacidade para terem uma oferta de equipamentos de lazer desenvolvida.

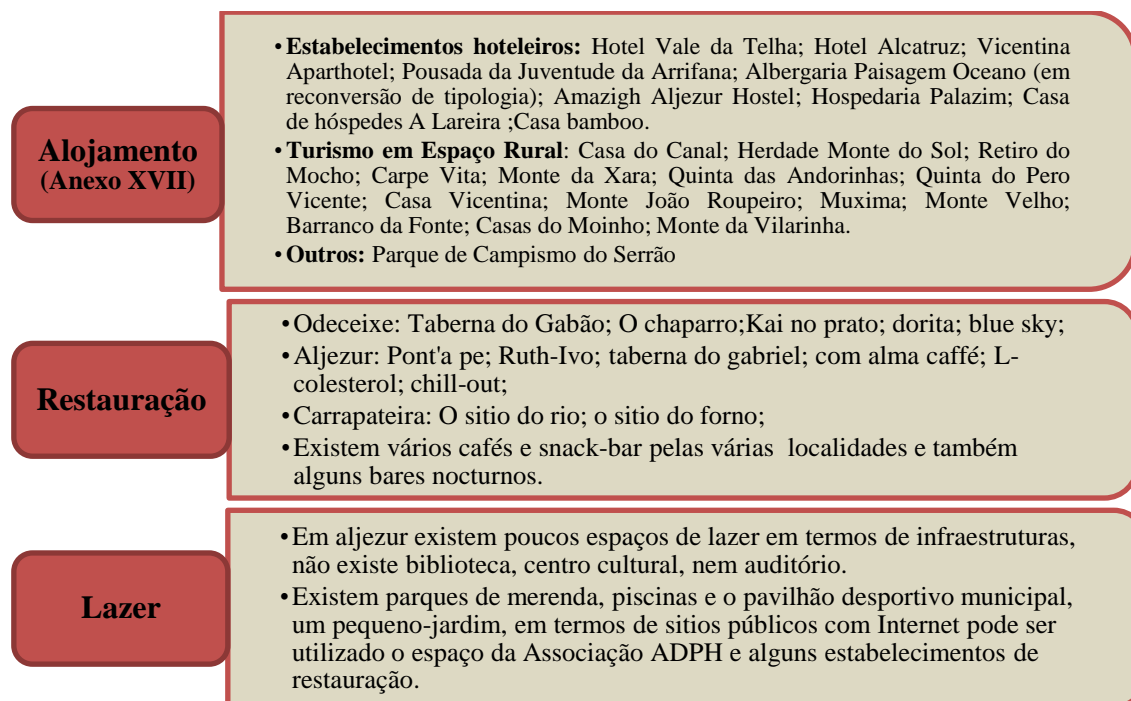


Fig. 8 - Identificação Infraestruturas para o Turismo Fonte: autoria própria.

b) Análise da visibilidade das infraestruturas e dos recursos

A visibilidade e a possível fruição de infraestruturas e equipamentos é indissociável para que estes sejam convertidos em recursos e produtos turísticos.

Em relação aos recursos patrimoniais é importante atingir o equilíbrio mencionado entre a capacidade de transmitir os valores de determinado bem cultural, para que este seja atractivo para o turismo, e simultaneamente ter em conta a sua capacidade de carga limitada, para evitar um turismo massificado, em que é mais difícil evitar os impactos negativos.

Segundo Pérez e Salinas (2008) para determinar a visibilidade dos recursos, serviços e infraestruturas turísticas ligadas ao património não existem metodologias de “*larga trayectoria*” e nem sequer foi um objectivo presente na maior parte dos estudos específicos de carácter turístico. Estas autoras propõem a análise da visibilidade dos recursos através do reconhecimento destes por parte das instituições oficiais e também pela presença em guias e obras de referência.

A análise da visibilidade através do reconhecimento por parte de instituições patrimoniais é determinada a nível internacional e nacional. São também fontes de visibilidade dos recursos a presença em catálogos e inventários de planeamento urbanístico e territorial e em guias oficiais de equipamentos e infraestruturas.

A presença em guias e obras de referência de carácter privado, com algumas excepções é considerada uma boa medida de visibilidade para os recursos culturais. Os guias podem estruturar-se segundo diferentes perfis: guias de recursos patrimoniais, de serviços turísticos, de serviços de lazer e infraestruturas. Estão englobados nos guias desde monografias especializadas sobre recursos culturais a guias de turismo. A respeito dos serviços turísticos, a informação mais relevante versa sobre os serviços hoteleiros.

Relativamente às infraestruturas turísticas é possível encontrar informação básica através dos postos de turismo, estações de autocarros e comboios, aeroportos, etc surge também em guias turísticos gerais e mapas turísticos.

Neste ponto é necessário acrescentar as fontes electrónicas e digitais, que adquirem cada vez mais importância na atualidade. A generalidade de recursos culturais estão detalhados em páginas WEB, tanto de organismos oficiais (UNESCO, IGESPAR, Ministerio da Cultura, VisitPortugal, etc), como não oficiais (blogs sobre turismo e património, etc).

Em Aljezur a visibilidade tanto de infraestruturas como de recursos é possível observar principalmente através de fontes municipais, desde sítios na internet referentes ao município

a blogs sobre o local, através do jornal os “Algarbe”, publicação mensal sobre as principais notícias do concelho.

Especificamente em relação aos recursos existentes no concelho são de salientar as brochuras de promoção turística e algumas publicações, entre as quais:

- O *Mirense* (Boletim informativo da ADPHA);
- Os livros *Alambiques e Alquimistas* e *Guerreiros do Mar*, ambos da autoria de João Mariano (fotógrafo natural de Alezur);
- O *Guia do Castelo de Aljezur*, da autoria do Instituto Portugues do Património Arquitectónico;
- O *Roteiro Turístico – Lagos, Vila do Bispo, Aljezur* editado pela Associação de Municipios Terras do Infante;
- *As nossas receitas de batata-doce*, da autoria da Casa da Criança do Rogil
- *Ribat da Arrifana – Cultura material e espiritualidade* de Mario e Rosa Varela Gomes.

A nível regional e nacional são também de referir a presença em sítios da internet de promoção geral de turismo, tais como “lifecooler.com”, “Aljezur.net”, “Portugal-live.net”, entre outros.

A visibilidade dos recursos do concelho é também promovida através de entidades locais que para complemento da sua empresa (estabelecimentos hoteleiros, empresas de animação, etc) divulgam os recursos que os rodeiam através dos seus meios de comunicação.

A nível nacional alguns dos recursos patrimoniais mencionados são também divulgados através dos sítios na internet institucionais tal como no IGESPAR, SIPA, etc.

c) Os produtos turísticos

No fenómeno de turistificação de um local, os recursos patrimoniais com potencialidade são convertidos em produtos de turismo, e desta forma são possíveis de usufruir através da utilização turística.

Os produtos turísticos assentes no património têm uma forte componente territorial, por este motivo Pérez e Salinas (2008) destacam diversas propostas para a criação de produtos, tais como a formação de territórios-museus, parques culturais, rotas culturais e eventos, os quais têm como base a activação e utilização do património e por consequência o desenvolvimento territorial dos locais.

Em termos de produtos assentes no património, destacam-se os projetos ligados ao pedestrianismo (atividade que tem vindo a crescer devido às suas mais valias tanto a nível da melhoria da qualidade de vida de quem a pratica, mas também ao nível da promoção ambiental, turística e cultural das regiões onde é praticada), o Projeto da Rota Vicentina⁵⁷, até ao fim do ano prevê-se que o concelho seja também envolvido pela Via Algarviana⁵⁸. Organizados pelo próprio município estão desenhados também alguns percursos, entre eles, o *Percurso Cultural da Vila de Aljezur* (Anexo XIV), o *Percurso Cultural da Vila de Odeceixe* (Anexo XV), o *Percurso Cultural da aldeia da Carrapateira* (Anexo XVI), o *Roteiro da Arte Manuelina* (Anexo XVII) e o *Circuito Histórico-Cultural e Ambiental de Aljezur* (Anexo XVIII) (apresentado oficialmente na BTL 2013). É também de salientar os passeios de burro e oficinas/workshops de artes tradicionais, desenvolvidos por uma empresa de animação turística local⁵⁹.

Destacam-se dois eventos de carácter regular que marcam o concelho a nível regional: as Comemorações do Feriado Municipal a 29 de Agosto, associadas a uma tradição centenária do famoso “Banho 29”, e o Festival da Batata-doce de Aljezur, que atualmente marca presença a nível nacional, este alia a vertente gastronómica à promoção dos produtos locais, ocorre normalmente entre fim de Novembro e princípio de Dezembro.

d) A qualidade das infra-estruturas, dos recursos e dos produtos

A “medição” e valorização da qualidade das infraestruturas, recursos e produtos é um campo ainda difícil de definir, especialmente em termos territoriais. Salientam-se no entanto as marcas de qualidade ou de certificação, que são depois utilizadas como marketing promocional dos territórios e dos seus recursos, nomeadamente patrimoniais. Alguns guias turísticos são também uma referência em termos de medição de qualidade de determinado elemento.

Em termos de certificação de produtos, salienta-se a batata-doce de Aljezur que está abrangida pela “Certificação Comunitária de IGP”⁶⁰, pela marca de qualidade “Parques de

⁵⁷ Grande Rota pedestre entre Santiago do Cacém e o Cabo de S. Vicente, constituída pelo “caminho histórico” que percorre as principais vilas e aldeias e pelo “trilho dos pescadores” que segue os caminhos usados para acesso às zonas litorais pelos pescadores. In <http://www.rotavicentina.com/pt/> (acesso em Setembro de 2012).

⁵⁸ Rota pedestre entre o Baixo Guadiana e o Cabo de S. Vicente, que atravessa o interior do Algarve. Pretende ser um tipo de “espinha-dorsal” de percursos pedestres com o objetivo de dinamizar a economia do território através dos recursos endógenos. In <http://www.viaalgarviana.org/> (acesso em Setembro de 2012).

⁵⁹ Burros & Artes In <http://arte-tradicoes.blogspot.pt/p/agenda-2012.html> (acesso em Setembro de 2012).

⁶⁰ IGP (Identificação Geográfica protegida) In http://festival-batatadoce.cm-aljezur.pt/certificacao_igp_batata_doce.html (acesso em Setembro de 2012).

Portugal”, devido à sua localização em pleno Parque Natural e pelas “7 Maravilhas - Praias de Portugal” (a praia de odeceixe foi considerada em 2012 uma das 7 Maravilhas).

Segundo Pérez e Salinas (2008) a medição da qualidade é um tema pouco desenvolvido, em que é necessário encontrar metodologias que melhorem o conhecimento e análise da qualidade e aproveitamento dos recursos.

3.3. Análise da gestão das atrações

Aljezur apesar de ser um concelho de pequena dimensão, tem uma imensa riqueza patrimonial, tanto a nível cultural como a nível natural. Muitos são os recursos patrimoniais existentes, desde lendas, história, gastronomia, tradições há um vasto número de elementos a explorar. São também identificáveis recentes ações de valorização, assentes nos percursos e circuitos desenhados.

No entanto, muitos dos recursos continuam a não ser considerados produtos turísticos e por consequência atrações turísticas, pois não estão preparados, em termos de infraestruturas e serviços de apoio para a recepção de visitantes, como é o caso dos sítios arqueológicos ou então não estão integrados numa forma de usufruto, é o caso do artesanato, das lendas e da maioria dos produtos locais.

Partindo do princípio de que a gestão turística do património deve maximizar a qualidade da experiência do visitante e minimizar o impacto no recurso patrimonial, a análise apresentada está também ciente de que este é um processo paradoxal, devido principalmente aos conflitos existentes entre os interesses da comunidade local e dos turistas.

Neste seguimento, a análise de gestão segue as linhas orientadoras defendidas por V. Patin (1997) (Fig.9).

Envolver os grupos interessados	• Todos os stakeholders - Instituições, empresas turísticas, população local.
A Gestão Exterior do Património	• Acessibilidades; Estacionamento; Sinalização
A Gestão no Interior do Património	• Acolhimento; Circulação; Segurança
A Gestão de Serviços	• Administrativos; Científicos; Comerciais
A Gestão dos Fluxos	• Avaliação Provisional da Procura; Zonagem; Organização de circuitos; Contingência de reservas; Gestão de tarifas; Marketing
Apresentar e Interpretar	• A importância da interpretação
Comunicação e comercialização	• A importância da comunicação e comercialização

Fig. 9 – Análise da gestão das atrações. Fonte: Adaptação da proposta de V. Patin (1997)

- **Envolver os grupos interessados**

Na gestão de atrações todos os grupos interessados devem ser considerados, instituições, empresas turísticas e população local. A população local desempenha um papel fulcral neste processo, (tema abordado na Parte I) pois permite que o visitante entenda o património de forma especial, de forma “vívida”, proporcionando a partilha de conhecimento da memória e identidade de determinado povo, o que contribui para o fortalecimento e enriquecendo da cultura do território.

As preocupações em relação à população local deverão também ter em conta o controlo de qualidade e a capacidade de carga tanto do local, como das infraestruturas e dos recursos.

En Aljezur não se verifica uma participação activa da população nas atrações apresentadas. Relativamente a acompanhamento nas vistas aos museus são normalmente feitas por um local, mas são visitas de carácter superficial.

- **A Gestão Exterior do Património**

Em termos de infraestruturas práticas, estas são indispensáveis tanto para os residentes como para o turismo, pois constituem uma mais-valia óbvia para ambos grupos. Neste ponto é necessário ter em conta as acessibilidades, o estacionamento e a sinalização.

a) Acessibilidades: é possível observar que em Aljezur é essencial ter acesso a transporte individual, pois o transporte público entre os núcleos populacionais é escasso e pouco flexível.

Durante o Verão existem transportes adicionais até às praias, (um comboio turístico na freguesia de Odeceixe e uma carrinha (9 lugares) para facilitar o acesso até à praia da Arrifana). É importante salientar que, em relação que para visitar algum dos recursos patrimoniais identificados não há qualquer facilidade em termos de transporte. No caso específico dos sítios arqueológicos lamentavelmente muitas vezes são apenas visitados por “acidente”.

b) Estacionamento: em relação ao estacionamento, é possível identificar um número de parques suficientes para as necessidades existentes. Relativamente ao excesso de estacionamento no centro das vilas, questão comum em centros históricos, não é uma questão preocupante, pois existe apenas um número reduzido de lugares.

c) Sinalização: é um elemento essencial de ordenamento turístico e do próprio território. A sinalização é indispensável para o bom funcionamento de determinado destino, relativa a localidades, a monumentos isolados, espaços naturais, centros históricos, entre outros.

Aljezur tem uma péssima sinalização a diversos níveis, tanto em relação às direções para determinadas localidades em redor como na questão do acesso às atrações existentes. É possível verificar que a sinalização para museus, igrejas e sítios arqueológicos é praticamente nula, voltando à questão em que muitos sítios são visitados porque são encontrados “por acaso”. A sinalização em relação aos percursos pedestres existentes é também de muito difícil percepção no terreno.

- **A Gestão no Interior do Património**

A gestão no interior do património será apenas analisada em relação aos recursos museológicos identificados, pois nos restantes recursos não se aplica, por não estarem preparados para receber visitantes, tal como foi referido anteriormente.

a) O acolhimento (recepção, informação, bilheteira, serviços de reserva, casas de banho) tem um papel fundamental na valorização turística dos sítios a visitar. O acolhimento e a informação são fulcrais para confirmar e enriquecer a experiência do visitante.

É possível observar que os museus nem sempre se encontram abertos, sendo os horários instáveis, a bilheteira encontra-se no Museu Municipal, e é a partir deste que é feita a visita aos restantes museus, é também possível proceder à reserva da visita através da informação

disponibilizada do website da Câmara Municipal⁶¹. Em relação aos restantes recursos museológicos, nos casos em que é necessária a compra de bilhetes esta é feita nos próprios locais.

As informações relativas a estas questões não são perceptíveis para quem não conhece o local. Se um visitante passa por um museu e este se encontra fechado, apenas em casos em que o interesse do visitante é muito específico, este não irá questionar-se sobre o facto de a porta estar fechada e simplesmente não irá fazer a visita. É necessário que existe uma facilitação do acesso aos recursos para que estes sejam visitados.

b) A circulação: está relacionada com a questão de que os circuitos devem ser modelados, a fim de evitar os estrangulamentos que provocam as esperas e filas (pequenas salas, corredores estreitos) ou os acidentes pessoais (travessias perigosas que podem provocar quedas e lesões).

Em alguns museus dada à sua arquitetura, existem dificuldades que impedem o cumprimento de algumas das normas de segurança e acessibilidade, é o caso da Casa Museu do Pintor José Cercas, que tal como o nome indica é uma casa antiga e pequena. Quanto à circulação nos restantes museus não são encontradas dificuldades. Filas e esperas não são preocupações neste caso, pois o número de visitantes é muito reduzido.

c) A segurança de pessoas e bens constitui outro elemento fundamental da gestão turística de qualquer local cultural (os solos onde se derrapa, as ombreiras das portas baixas, as escadas desprovidas de rampas constituem obstáculos à circulação das pessoas). São também necessários cuidados em relação às obras expostas, as quais devem, ser protegidas contra o roubo, os danos de origem humana, incêndios e as próprias degradações resultantes da exposição. Em relação aos recursos museológicos de Aljezur, não são importantes de sublinhar questões preocupantes relativamente à segurança, tanto de obras expostas, como à circulação de pessoas.

- **A Gestão de Serviços Administrativos, Científicos e Comerciais**

a) Serviços Administrativos: as áreas administrativas destinam-se aos funcionários encarregados da gestão, do acolhimento, da segurança e da promoção. Estas áreas em Aljezur encontram-se na Sede da Associação do Património Histórico e Arqueológico (ADPHA), situada no Centro histórico da vila.

⁶¹ In http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-PT/menu_turista/concelho/cultura/nucleos_museologicos/, acesso em Setembro de 2012.

b) Científicos: dependendo das situações, a existência de áreas científicas só se justifica no caso das atrações patrimoniais mais relevantes, porque, geralmente, essas funções são asseguradas pelas instituições universitárias ou de investigação.

c) Comerciais: os espaços comerciais - lojas, restaurantes e cafés - desenvolveram-se muito rapidamente nos últimos anos. Este crescimento contribui para oferecer melhores condições de receção aos visitantes. As lojas são atualmente parte integrante da prestação cultural. Nos museus de Aljezur, não existem lojas para compra de qualquer tipo de souvenirs, nem serviços de restauração. Este serviço de apoio é prestado pelos estabelecimentos em redor. Na vila de Aljezur existe também uma loja de souvenirs, não integrada nos museus mas privilegiadamente localizada no centro histórico da vila e de fácil acesso.

- **A Gestão dos Fluxos: avaliação provisional, a zonagem, a organização de circuitos, contingência de reservas, gestão de tarifa e o marketing**

Os fluxos dos visitantes devem ser repartidos de forma equilibrada, no espaço e no tempo. Tanto em relação a espaços abertos, como centros históricos e sítios arqueológicos, ou fechados, como museus, monumentos e galerias de exposição.

Este tipo de ações de gestão dos fluxos que se seguem não se justificam em relação ao estudo de caso em questão, pelo fato dos museus e dos circuitos desenhados serem alvo de poucas visitas, apenas as preocupações relativas ao Marketing são aplicáveis.

a) Avaliação Provisional da Procura: A importância dos equipamentos e a organização das circulações variam em função da sua frequência. Tendo em conta os visitantes, é pois essencial poder avaliar o número aproximado de pessoas que se podem acolher no mesmo local e ao mesmo tempo.

b) A Zonagem: Esta técnica consiste em definir os espaços em função da sua fragilidade, dificuldade de acesso, importância cultural, ambiental ou científica e capacidade de receber equipamentos turísticos. O acesso a estas várias zonas pode ser periódico, permanente ou estritamente interdito.

c) Organização de circuitos: Segundo Patin (1997) a duração média de visita a um local cultural é de uma hora e trinta minutos a duas horas, variando o tempo em função da riqueza da coleção, da originalidade dos objetos, da arquitetura e da decoração que se deseja apresentar.

d) Contingência de reservas: este método é atualmente um dos mais utilizados. Pode restringir-se a frequência, limitando a acessibilidade aos parques de estacionamento, através da diminuição do número de lugares disponíveis

e) Gestão de tarifas: as tarifas podem ter uma incidência na gestão dos fluxos, permitindo combater situações de sazonalidade e preocupações relativas à capacidade de carga dos locais.

f) O Marketing: o uso do marketing, nomeadamente as técnicas de comunicação, podem contribuir para uma gestão mais eficaz dos fluxos. Nos casos em que o fluxo de visitantes é insuficiente, também o marketing tem um papel muito importante, daí que após o investimento na melhoria e preparação das atrações para visita, é necessário o investimento nas práticas de marketing e promoção.

- **Apresentar e Interpretar**

“Os programas de interpretação e de apresentação estabelecidos devem facilitar e encorajar um elevado nível de conhecimento público e o necessário apoio para a sobrevivência a longo prazo do património natural e cultural”⁶²(ICOMOS, 1999).

O processo de interpretação de um recurso *“é um processo complexo, que pressupõe a participação ativa do sujeito na construção de um significado. Os sujeitos não se limitam a absorver as ideologias, os valores e os estilos de vida veiculados pelos recursos, mas antes interpretam-nos segundo os suas próprias perspetivas”* (Anico e Peralta, 2004: 6).

F. Choay (2006) considera que o problema de muitas atrações patrimoniais deve-se a erradas estratégias de interpretação e animação, que provocam que o património não seja o motivo da visita, mas antes a “teatralidade” existente à sua volta.

Por outro lado, Miranda (2001) afirma que a interpretação permite atuar com conhecimento de causa acerca de determinada linha, de forma a alcançar propósitos específicos e explicar os valores dos recursos. Esta autora considera que a utilidade da interpretação não é suficientemente compreendida e valorizada pelos administradores.

Diversas são as técnicas de interpretação e de competências comunicativas interculturais utilizadas nos processos de veicular e interpretar informação.

Os meios de interpretação são classificados como pessoais, os que contemplam uma interação entre o público e o guia intérprete e os não pessoais, os quais se referem aos

⁶² Carta Internacional do Turismo Cultural, 1999, p. 4.

serviços em que os colaboradores não têm que estar presentes (também se denominam meios autónomos ou auto-guiados) (Stewart cit. Miranda, 2001).

A interpretação de forma pessoal é feita pelo guia-intérprete, este tem a sua forma pessoal de interpretar, que está dependente da formação, dos conhecimentos e também dos interesses que a “audiência” demonstra ter em relação aos recursos em causa.

A interpretação de um local é feita não só pelo sujeito que apresenta o recurso mas também pelo olhar de quem se desloca, o visitante.

A interpretação é capaz de proporcionar ao turista uma experiência agradável, interessante e recreativa e é responsável pela imagem que o turista leva do lugar visitado e deve ser pautada pela ética, pela honestidade e pela responsabilidade social, sob pena de destruir um determinado produto ou destino turístico. É de salientar o papel pedagógico nas práticas de interpretação, fundamental para a preservação e segurança das atrações patrimoniais visitadas.

Desta forma a interpretação de um recurso permitirá a sua valorização, ao atribuir um sentido e significado. O olhar interpretativo apresenta a simbologia que cada comunidade tem dos seus recursos.

Os processos de interpretação podem constituir uma forma de inclusão dos vários grupos envolvidos, a população, as instituições e as empresas têm uma oportunidade de participar de diferentes forma e assim, contribuir para a diminuição dos impactos negativos provocados pela atividade turística.

No turismo a interpretação da memória e das tradições pode contribuir para restaurando e revigorando identidades a partir da aceleração dos contatos simbólicos, atuando dessa forma, como vetor de reconstrução cultural.

A interpretação dos lugares, patrimónios e identidades no âmbito do turismo afigura-se como o resultado efetivo das novas necessidades de formatação e consumo das produções culturais, sob o fulcro de um modo de produção globalizado, e que fragmenta as identidades (Hall, 2004). Uma interpretação responsável e correcta não pode ser dissociada das características qualitativas que marcam o “novo turismo”.

Verifica-se que em Aljezur é necessário uma melhoria das práticas de apresentação e interpretação dos recursos em geral. Os museus são os únicos elementos que neste momento são alvo de interpretação pessoal, através das visitas acompanhadas. O castelo é apresentado de forma não pessoal através das placas interpretativas existentes no local.

- **A comunicação e a comercialização**

A comunicação no turismo está intimamente ligada ao marketing do produto turístico e ocupa-se essencialmente do estudo da sua imagem e promoção, junto dos diversos meios de comunicação social.

A técnicas de marketing permitem criar estratégias para a divulgação e comunicação dos recursos patrimoniais (Prentice, 1995), nestas ações as abordagens variam de acordo com o tipo de visitantes e o público-alvo que se pretende atrair.

Segundo Prentice (1995), a publicidade tem a capacidade de converter um local desconhecido, num local muito procurado e permite atingir quatro objetivos: comunicar, construir uma imagem, reforçar um comportamento e influenciar os intermediários, como os agentes de viagens e operadores turísticos. A publicidade “boca a boca” é considerada um elemento chave na promoção sendo também as recomendações de amigos ou familiares indispensáveis no momento da decisão.

O fato do Turismo estar relacionado com diversos serviços facilita o processo de comunicação da oferta, pois determinado recurso é promovido pelos vários atores interessados, o que se traduz numa ajuda mútua na promoção e divulgação da oferta turística, promovendo o objetivo final de comercialização.

O desenvolvimento dos meios de comunicação contribui para um aumento de competitividade entre os recursos, estes são apresentados como o “diferente” e os seus significados são reelaborados, estabelecendo novas formas de expressão da identidade destinadas ao usufruto dos visitantes para incitar a visita. Segundo Briggs (2000), “*a Internet desempenha um papel fundamental tanto na promoção, como na distribuição e comercialização. Também as organizações de turismo nacionais e regionais têm um papel vital na sua comercialização e distribuição*” (Vieira, 2005: 37).

Por sua vez, é essencial promover a comunicação entre os diversos atores envolvidos na atividade turística, de forma a intensificar a cooperação entre o setor público e o privado, a assim, fomentar a comercialização de produtos turísticos de maneira mais competitiva. Para que este processo ocorra de forma mais eficaz, os recursos devem ser integrados, gerando mais-valias e vantagens competitivas para o destino.

De forma sucinta é possível dizer que a comunicação proporciona que o património seja transformado em “mercadoria” para ser comercializado e é responsável por atrair a escolha de determinado destino em relação a outro.

Os processos de comunicação utilizados pelo município são identificados como suportes de comunicação, as brochuras e os roteiros turísticos municipais. Os recursos são também divulgados através da promoção que cada empresa, nomeadamente os empreendimentos de hotelaria fazem do destino para atrair visitantes ao seu negócio.

3.4. Análise SWOT

A Análise SWOT é a principal forma de validar a estratégia definida para a revitalização e dinamização de um território. O objetivo é condensar uma série de informações positivas e negativas acerca do concelho, para que seja possível definir uma estratégia que vá de encontro ao desenvolvimento dos objetivos propostos.

Esta análise SWOT (Fig. 10), relativa ao concelho de Aljezur, pretende criar uma base de partida para que posteriormente, organizando as ideias e apurando os elementos da análise, possa ser possível avançar com propostas concretas de atuação para combater as debilidades detectadas.

Pontos Fortes:

- **Riqueza e diversidade de recursos patrimoniais** a nível cultural e natural (história, artesanato, gastronomia, paisagens);
- O número de **visitantes tem vindo a aumentar**, o que é possível justificar pelo facto de o destino enquadrarse nos comportamentos e padrões de interesse do “novo turista” e pela constante desvalorização dos destinos massificados;
- **Localização privilegiada**, “entre a Serra e o Mar”, nomeadamente entre a Serra de Monchique e a zona litoral de praia e entre Lisboa e o Sul do Algarve, locais onde estão localizados os aeroportos mais próximos. É essencial acrescentar que o turismo praticado em Aljezur, a nível nacional, é na sua maioria constituído por visitantes que residem na zona da grande Lisboa;
- Localizado em pleno **Parque Natural**, o que deverá funcionar como fator de garantia da valorização e proteção do património natural e cultural do concelho;
- **Acessibilidades “médias”**, a caracterização das acessibilidades no caso de Aljezur é uma questão ambígua, pois pode ser observada por duas perspectivas opostas. Por um lado, o destino localiza-se aproximadamente a 1h do aeroporto de Faro e a 3h de Lisboa, o que não constitui viagens de longa duração, mas por outro lado, as portagens (na A22,

Algarve) e as distâncias a serem percorridas em curvas são fatores que dificultam o acesso;

- Interesse e preocupação por parte de **vários stakeholders** em dinamizar o destino, nos últimos tempos é possível verificar várias entidades interessadas em desenvolver o turismo assente em recursos endógenos neste destino, interesse comum da parte da autarquia e da população local em geral, que depende em grande parte pela riqueza gerada pelo turismo;
- **Procura turística** deste território pelas suas **características endógenas**, além de serem recursos abundantes são também os recursos que são procurados e mais valorizados pelos visitantes que procuram este destino.
- **Clima agradável**, este é um fator favorável ao combate à sazonalidade, pois possibilita uma estadia agradável ao longo de todo o ano e constitui também um importante aspecto na tomada de decisão da escolha do destino por parte do turismo, principalmente a nível do turismo internacional;

Pontos Fracos:

- **População envelhecida**, característica comum da generalidade das zonas rurais, consequência do constante êxodo rural e emigração;
- **Perda do setor primário**, verifica-se uma diminuição da produção agrícola e das pescas, que conseqüentemente contribuem com menor peso na estrutura do emprego. Esta questão está directamente relacionada com o envelhecimento da população, não se verifica uma proporção entre os indivíduos que deixam de trabalhar nestas áreas e os jovens que optam por estas;
- **Rede de Transporte público ineficaz** a nível interno e externo. Não existe estação ferroviária no concelho e os autocarros são em número reduzido. Entre as zonas populacionais do concelho verifica-se uma existência escassa ou por vezes nula de autocarros, conseqüentemente a mobilidade é fortemente dependente do transporte individual;
- **Sazonalidade**, esta é uma característica comum de destinos de turismo de sol e praia e da maior parte dos destinos do litoral Algarvio, nos meses de verão as infraestruturas e serviços são insuficientes e durante o resto do ano, é extremamente difícil manter o funcionamento em geral;

- **Falta de infra-estruturas de atividade de ócio** durante a maior parte do ano, sendo um destino de procura sazonal, rural e de reduzida dimensão contribui para que não existam um sistema e serviços desenvolvida de estruturas de ócio;
- **Falta de infra-estruturas de apoio e de recepção** na maioria dos recursos identificados, tal como foi referido anteriormente apesar de existir um grane número de recursos patrimoniais por explorar estes não estão preparados e explorados para serem visitados;
- **“Destino de passagem”**, a vila de Aljezur é caracterizada por uma estrutura urbanística dispersa e cortada por uma estrada nacional, não é comum ser o alvo principal de visita, mas antes é um local de passagem para quem vai para as praias, para Monchique, quem segue para o Algarve ou Lisboa;
- **Agressões paisagísticas**, é essencial salientar a presença de dois casos de alteração e destruição da passagem que consistem em duas urbanizações, a Urbanização do Vale da Telha e a Urbanização do Espartal, ambas localizadas em pleno Parque Natural;
- **Falta de informação/sinalização sobre a oferta turística**, esta questão refere-se por um lado à fraca sinalização existente tanto em relação aos sítios de interesse como à própria deslocação entre os locais, por outro lado, verifica-se que o acesso à informação sobre os recursos do território e sobre as empresas que trabalham na área são difíceis de alcançar, é de salientar que uma das principais razões é a qualidade de serviço do posto de turismo, o qual não disponibiliza informação sobre o destino;
- **Horários e divulgação dos Museus**, em termos de funcionamento, todos os museus fecham ao domingo e feriados, o que é um facto contraditório se a ideia é atrair o maior número de visitantes possível, pois o fim-de-semana é por norma quando a maior parte dos potenciais visitantes têm tempo livre;
- **Turismo assente em recursos patrimoniais pouco explorado**, é possível verificar que existem poucas empresas de animação nesta área a praticar actividade nesta zona (exceptuando empresas relativas às actividades de Surf);
- **Fraca promoção turística** do destino, em relação à maior parte dos recursos existentes no território, sendo que a promoção realizada refere-se na sua grande maioria aos produtos relacionados com sol e mar e surf. Os restantes recursos existentes são descartados das ações de promoção principais.

Oportunidades:

- Ao contrário da maior parte das zonas rurais, verifica-se um **ligeiro aumento da população**, esta situação justifica-se, principalmente, pelo grande número de estrangeiros reformados, na sua maioria de nacionalidade inglesa, que residem no concelho, é também possível encontrar residentes de outras nacionalidades, como Alemanha, Países de Leste, entre outros;
- Capacidade de **atração de diferentes tipos de turistas e de “turismos”**, o fato de usufruir de uma localização privilegiada e conseqüentemente de um número variado de potenciais recursos patrimoniais a serem explorados, contribui para que possa satisfazer as necessidades e motivações de diferentes públicos;
- **Fomento da economia**, tal como foi referido anteriormente, existe um grande potencial patrimonial a ser explorado, se este processo for levado a cabo de forma correcta respeitando os princípios da sustentabilidade, poderá contribuir com mais-valias para o incremento da economia local, e por sua vez, para a melhoria de vida das populações;
- **Recentes investimentos** em projetos de promoção e desenvolvimento de produtos turísticos, tais como a “Rota Vicentina”, a “Via Algarviana”, a participação no concurso “7 Maravilhas – Praias de Portugal”. Estes investimentos contribuem directamente para o aumento da visibilidade do destino, e o fato de terem como base a valorização dos recursos endógenos do local, contribuem para fomentar a valorização do património;
- Valorização através da **Marca “Parques de Portugal”**, esta marca está associada ao desenvolvimento de produtos e serviços que incentivam a visitação de áreas protegidas, pelo Turismo. O registo desta marca pretende acrescentar valor e visibilidade ao património englobado nas áreas abrangidas (RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas)⁶³;
- **Criação de postos de trabalho**, o fomento e investimento nos recursos endógenos do território contribui para o incremento e criação de novos postos de trabalho;
- **Aumento da procura por destinos que assentam na valorização de recursos endógenos**, tal como foi referido anteriormente, é possível salientar a tendência para o crescimento do “novo turismo”, o qual se preocupa, entre outros elementos, com a endogeneidade local, potencial a explorar no concelho de Aljezur.

⁶³ In http://www.icn.pt/portal/portal/cpublica/PVisitacao/PROPOSTA_Estrat_Comunic.pdf, acesso em Setembro de 2012

Ameaças:

- **Desaparecimento das atividades primárias** tradicionais ligadas à pesca e agricultura, esta situação será eminente se se continuar a verificar um contínuo abandono nestas áreas;
- **Construção turística de modelos repetitivos** baseados na rentabilidade financeira a curto-prazo, esta questão está ligada com a possibilidade de continuar a desenvolver e copiar os modelos de crescimento praticados na maior parte dos destinos do litoral Algarvio e os próprios modelos de urbanização a nível local (Espartal e Vale da Telha);
- **Quebra de dinâmica turística** associada à atual crise económica, tal como na maior parte dos locais tem-se verificado uma constante quebra nos últimos tempos devido à situação económico-financeira atual;
- **Crescimento desordenado e aumento da pressão de visitantes**, esta questão está principalmente relacionada com o investimento nas actividades de percursos pedestres no concelho, se este processo não obedecer aos princípios de boas práticas do planeamento e gestão sustentável poderá ter como consequências, a qualidade e destruição dos espaços;
- **Perda de imagem turística de qualidade**, neste momento verifica-se uma preocupação pela divulgação do concelho como destino de qualidade, no entanto os desvios de um planeamento e gestão sustentável, a quebra do seguimento de uma política de boas práticas, a influência de interesses económicos a curto prazo e as próprias alterações da legislação são fatores que poderão contribuir para esta situação;
- **Falta de mão-de-obra qualificada**, por um lado verifica-se que o concelho é caracterizado por uma população envelhecida o que por si só já significa que provavelmente existe pouca mão-de-obra ativa, além disso apenas uma pequena parte dos indivíduos em atividade tem formação qualificada;
- **Impossibilidade de competitividade com os preços do litoral Sul do Algarve**, o fato do sul do Algarve ser caracterizado por uma maior oferta a nível de vários os recursos, nomeadamente em termos de capacidade, possibilita que estes promovam promoções mais apelativas do que locais como de pequena e média dimensão. Por exemplo, não existe comparação entre as promoções que um grande hotel pode promover em comparação com pequenas unidades de turismo rural (maior parte dos estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho), o que se verifica também em relação aos restantes serviços básicos englobados pelo sistema turístico.

- **Contínuo abandono dos centros históricos**, é possível observar que muitos dos edifícios localizados nos centros históricos estão degradados e abandonados, além disso, a população que reside nestas zonas é na sua grande maioria envelhecida, o que não contribui para a alteração desta tendência de abandono. É possível encontrar edifícios em eminente destruição ou em estado de ruína. São também, muito poucos os serviços comerciais existentes nos centros, fato que contribui para que as pessoas não “vivam” os centros históricos.
- **Degradação ambiental** em consequência do uso excessivo dos recursos naturais sem respeitar a capacidade de carga respetiva ou os próprios princípios de boas práticas da utilização de determinado recurso.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza e diversidade de recursos patrimoniais; • Aumento do número de visitantes; • Localização privilegiada; • Localizado em pleno Parque Natural; • Acessibilidades “médias”; • Interesse por parte de vários stakeholders; • Procura turística pelas características endógenas; • Clima agradável. 	<ul style="list-style-type: none"> • População envelhecida; • Perda do setor primário; • Rede de Transporte público ineficaz; • Sazonalidade; • Falta de infraestruturas e atividades de ócio; • Falta de infraestruturas de apoio e de receção; • “Destino de passagem”; • Agressões paisagísticas; • Falta de informação/sinalização sobre a oferta turística; • Horários e divulgação dos Museus; • Turismo assente em recursos patrimoniais pouco explorado; • Fraca promoção turística;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Ligeiro aumento da população; • Capacidade de atrair diferentes tipos de turistas; • Fomento da economia; • Recentes investimentos; • Valorização através da Marca “Parques de Portugal”; • Criação de postos de trabalho; • Aumento da procura por destinos que assentem na valorização dos recursos endógenos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desaparecimento das atividades primárias; • Construção turística de modelos repetitivos; • Quebra de dinâmica turística; • Crescimento desordenado e aumento da pressão de visitantes; • Perda de imagem turística de qualidade; • Falta de mão-de-obra qualificada; • Impossibilidade de competir com os preços do Sul do Algarve; • Contínuo abandono dos centros históricos; • Degradação ambiental;

Fig. 10. Análise SWOT. Fonte: autoria própria

3.5. Proposta de intervenção

Esta proposta de intervenção tem como objetivo salvaguardar o património natural e cultural de um território, incrementando a utilização turística sustentável dos seus recursos patrimoniais e a qualidade de vida das populações, através essencialmente da valorização dos recursos patrimoniais endógenos, de forma a contribuir para a dinamização sócioeconómica do concelho.

Pretende-se apresentar um plano que englobe diversas ações capazes de valorizar o destino em termos turísticos “utilizando” os recursos patrimoniais, promovendo o retorno para estes através da contínua salvaguarda, conservação e investimento no património.

Esta proposta está ciente dos objetivos e interesses apresentados por parte de documentos de gestão da Autarquia, os quais salientam *“a necessidade de uma verdadeira estratégia aglutinadora, partilhada por sectores e atividades económicas, capaz de quebrar a sazonalidade, recuperar o património erigido, capaz de fixar os seus jovens, numa verdadeira empreitada de união de esforços e trabalho, uma vez que não será mais permitido que Aljezur passe ao lado das oportunidades ou deixe de as criar”* (CMA: Agenda XXI - Anexo XIX).

Também o Plano Diretor Municipal de Aljezur apresenta como objetivos gerais, a *“definição de uma estrutura espacial para o território municipal, que garanta um desenvolvimento socioeconómico equilibrado, (...) e a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações (através de uma adequada gestão dos recursos naturais e culturais, do equilíbrio da rede urbana, da dinamização da estrutura económica e do apoio ao desenvolvimento local)”*.

De forma geral, estes documentos pretendem demonstrar a necessidade de *“(...)Valorizar o património, qualificar o território e diversificar a sua vivência.”*⁶⁴. Neste seguimento, a proposta de intervenção assenta numa lógica de valorização interna e externa do território, de forma a salvaguardar os recursos e contribuir para a criação de condições qualificadas que favoreçam o usufruto desses recursos, quer a nível turístico e de lazer, quer a nível socioeconómico.

⁶⁴ A estratégia de intervenção para o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina assume os três grandes objetivos supracitados. In Plano Estratégico de Intervenção da Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Neste seguimento e em consideração com as análises das necessidades realizadas anteriormente, são apresentados os objetivos estruturantes da proposta:

- Identificar, preservar e valorizar o património natural e cultural, criando condições para a promoção e utilização turística;
- Dinamizar a estrutura económica, promovendo a revitalização das atividades tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza;
- Melhorar o nível e a qualidade de vida das populações;
- Qualificar os recursos humanos, estimulando a iniciativa individual e colectiva;
- Promover a utilização sustentável dos recursos naturais, apoiando nomeadamente iniciativas de investigação e desenvolvimento;
- Implantar e reabilitar equipamentos colectivos e infraestruturas básicas;
- Qualificar o território e criar condições para a valorização e manutenção das atividades económicas tradicionais, através do desenvolvimento de projetos que garantam a melhoria das condições de funcionamento de estruturas ligadas a essas atividades;
- Diversificar a sua vivência, através da dotação de equipamentos e estruturas capazes de gerar atração ao promover os recursos endógenos e a valorização do património natural, histórico e cultural, numa lógica de criação de produtos turísticos complementares ao sol e praia.

Com base nos objetivos descritos foram associados eixos estratégicos que agrupam diferentes tipologias de intervenção e estruturam as ações/projetos a realizar. Neste seguimento, em termos operativos, a estratégia corporiza-se nos seguintes eixos e ações:

Eixo 1 - Valorização do património cultural

Ações:

- 1.1. Investigação, salvaguarda e reabilitação do património cultural
- 1.2. Proteção e valorização patrimonial
- 1.3. Requalificação dos envolventes dos sítios, criação de infra-estruturas indispensáveis ao usufruto dos recursos
- 1.4. Promover iniciativas de divulgação e sensibilização em relação ao património

Eixo 2 - Apoio ao desenvolvimento e diversificação local

Ações:

- 2.1. Investimento em infraestruturas de utilização colectiva para a população e para o turismo
- 2.2. Dinamização das atividades económicas ao longo de todo o ano (combate à sazonalidade)
- 2.3. Qualificar os equipamentos, serviços e recursos humanos

Eixo 3 - Promoção, divulgação e animação dos recursos turístico-patrimoniais

Ações:

- 3.1. Estabelecer estruturas de divulgação e animação, associações, grupos locais, empresas privadas que trabalhem no território
- 3.2. Criar diversidade de actividades complementares tais como: desporto, lazer, musica, teatro, educação ambiental e patrimonial, gastronomia e produtos locais
- 3.3. Formação e aproveitamento dos recursos humanos a nível turístico, animação e comercial
- 3.4. Incremento de festas tradicionais como forma de manter “viva” a identidade
- 3.5. Aposta na ação de marketing para projetar e assegurar a imagem do potencial turístico, em termos de destino, assente na endogeneidade territorial e na história local
- 3.6. Criar protocolos e parcerias com o ramo empresarial local, nacional e internacional
- 3.7. Estabelecer uma estratégia de gestão das atrações existentes

Estas ações foram delineadas tendo em conta, a parte teórica apresentada ao longo do trabalho, e em consciência com a importância dos conceitos de sustentabilidade e de preservação na constituição da herança das gerações futuras. É importante salientar que pretendem viabilizar a valorização dos recursos patrimoniais, pela sua importância enquanto legado cultural, suporte de investigação e consequentemente, como parte integrante da expressão cultural das populações e sociedades que interagem entre si.

Neste seguimento, a estratégia apresentada visa promover a valorização dos recursos patrimoniais existentes no concelho de Aljezur, respeitando as noções de desenvolvimento sustentável e os princípios de planeamento e gestão defendidos anteriormente.

É também essencial sublinhar a importância das práticas de planeamento participativo ao longo de todo o processo, de forma, a que as ações estratégicas referidas tenham capacidade para atingir resultados eficazes e coerentes com os objetivos estruturantes propostos.

Destaca-se que ao longo de todo o processo, é essencial promover a valorização do património através da utilização turística, transformando os recursos e potencialidades existentes no concelho, em diferenciais efetivos e mais-valias competitivas eficazes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Tal como mencionado anteriormente e salientado pela Lei de Bases do património, não só é importante a articulação entre os diversos níveis da administração pública, mas também com os próprios cidadãos (Art. 13º, Leiº 107/2001), assim, a população tem um papel muito importante nestes processos, daí que, as ações e eixos propostos devem ser levados a cabo integrando a participação activa das populações, processo em que é indispensável as práticas de coordenação do planeamento e da gestão.

De forma a integrar a população neste processo são propostas determinadas ações:

- Sensibilizar e desenvolver competências nos diferentes stakeholders que trabalham no destino para a importância da cooperação em rede, entre os elementos que contribuem directa ou indirectamente neste processo, nomeadamente entre sector público e privado, para que estes apoiem de forma pró-ativa a integração da participação da população;
- Fomentar o associativismo e a participação da população local no desenvolvimento de projectos de turismo, solicitando que partilhem ideias sobre a dinamização do “seu património” e que desta forma possam ter um papel activo na tomada das decisões, o que contribui para o incremento da auto-estima e orgulho colectivo;
- Criar estratégias que contribuam para o fortalecimento da identidade cultural da população, de forma a promover na consciência coletiva, a importância da conservação e preservação dos “seus” recursos patrimoniais e por sua vez reforçando o conhecimento sobre o passado, o território e os laços inter-geracionais. Entre outras ações, podem ser desenvolvidas visitas da população local ao seu próprio território, projetos de interação entre as gerações, em que os jovens contam o que aprendem na escola sobre o seu património (o que por si só, já incentiva participação das escolas) e os mais velhos partilham as suas próprias memórias;
- Promover eventos e atividades educacionais que sensibilizem a população para a importância e vantagens do desenvolvimento de práticas turísticas que assentem na utilização dos recursos patrimoniais endógenos. De forma a estimular o reconhecimento do turismo como atividade geradora de benefícios sócio-económicos e simultaneamente

sensibilizar para os valores do património, e o papel que este pode ter na melhoria da qualidade de vida das populações ao colocarem o património ao serviço dos locais;

- Incrementar a formação e qualificação da população local para desenvolver atividades de interpretação e acompanhamento de visitas aos recursos patrimoniais, contribuindo, desta forma, para a dinamização da ocupação de tempos livres e também para o enriquecimento da experiência do visitante;
- Promover a multifuncionalidade dos recursos patrimoniais, sensibilizando a população para a criação de novas actividades, novos empregos e por sua vez novas fontes de rendimento, que permitem o desenvolvimento de micro-empresas, a fixação de jovens e consequentemente contribuem para a revitalização económica e social do território;
- Demonstrar à população que a manutenção e recuperação através da comercialização de atividades e produtos caseiros e tradicionais e a valorização dos “saberes-fazer”, numa lógica de evolução para a modernidade, podem ter um papel extremamente importante no combate à sazonalidade do concelho. Entre outras ações podem se incrementar a utilização de produtos endógenos nos estabelecimentos hoteleiros e de restauração, fomentar a produção de artesanato, workshops e de ofícios tradicionais (para visitantes e para a população), criar novas formas de comercialização, nomeadamente através da internacionalização.

No processo de envolvimento da população nestas práticas é necessária uma abordagem integrada em termos de organização e promoção. Assim, a utilização do património pelo turismo depende não só do potencial turístico do local, mas também da execução de projetos, da importância atribuída à proteção do património, do envolvimento pró-ativo dos actores locais, dos recursos financeiros para investimento e de parcerias com as entidades afins. Em suma, a integração da população ao assumir um papel mais activo nestas práticas, promove a viabilização de projetos contribuindo de forma mais eficaz para a sua execução.

Conclusão

A relação entre património e turismo, e nomeadamente a utilização de recursos patrimoniais pelo turismo não são temas novos, sendo esta já estudada e analisada por vários autores, publicados e também por dissertações. No entanto, o fato de serem duas práticas mutáveis, em contante mudança e relacionadas com várias questões sensíveis contribui para que existam uma grande variedade de opiniões.

Na primeira parte da dissertação foram apresentadas várias perspetivas de diferentes autores, tanto em relação ao património, ao turismo e também à relação entre estes, é possível verificar que da mesma forma que alguns autores acreditam numa verdadeira simbiose desta relação, outros consideram que é uma prática destrutiva. Não existindo ou deixando de existir razão nestas perspetivas, a questão é que realmente as práticas turísticas já contribuíram para salvar destinos e monumentos, mas também já contribuíram para a sua destruição e perdas irremediáveis de identidade e de elementos materiais e imateriais.

Como em muitos outros temas o cerne da questão é a constante busca do ponto de equilíbrio. Equilíbrio entre a forma como o património é utilizado, usufruído e simultaneamente na forma em que esta utilização contribui para que seja salvaguardado, tornando-se este processo numa “bola de neve”. Este é um exemplo comum, para este tipo de situações, ao valorizar elementos patrimoniais, estes ficam capazes de serem usufruídos e ao mesmo tempo quanto melhor conservados e melhor estejam as suas mais-valias expostas, mais interesse existe em conservar e vice-versa.

Este fenómeno de atribuição de valores aos elementos para depois proceder à “ativação patrimonial” ou patrimonialização juntamente com a turistificação de bens e lugares foram também processos referidos ao longo da dissertação. Processos alvos e criadores de paradoxos, relações e interligações complexas.

Além da procura de equilíbrio, um ponto comum a todos estes processos referidos é a necessidade de participação da população anfitriã, este fator é considerado indispensável para a mais-valia, sustentabilidade e sucesso de qualquer iniciativa relacionada com a utilização turística do património.

O desenvolvimento e a sustentabilidade são também conceitos que na atualidade estão relacionados com qualquer tipo de tema, não poderia então deixar de ser necessário incluí-lo neste trabalho. Verifica-se que o desenvolvimento sustentável e duradouro está intimamente ligado à valorização dos elementos endógenos existentes nos locais, a valorização destes elementos é mais uma vez facilitada pelo interesse a vários tipos de níveis, para a salvaguarda de património e identidades que de outra forma poderiam ser esquecidas. Verifica-se também que a valorização da endogeneidade está diretamente ligada com o processo de globalização mundial, o medo pela perda de algo importante contribui para que elementos específicos de locais e culturas sejam salvaguardados de forma a não serem perdidos.

A segunda parte do trabalho apresenta de forma sucinta a importância que a preocupação com a planificação e a gestão adquiriram na atualidade, o receio de serem cometidos erros, que contribuíram para o desaparecimento de tão importantes elementos a nível patrimonial e identitário contribui para que se defenda que na atualidade a atividade turística deve ser desenvolvida de forma controlada e esquematizada.

Verifica-se que a nível, tanto planeamento, como da gestão diversos princípios e modelos são defendidos.

Para finalizar, nesta dissertação foi apresentada a análise da forma como a utilização turística do património está a ser desenvolvida na vila de Aljezur, especificamente, e no concelho em geral e um delineamento de uma proposta de intervenção a realizar.

Aljezur apesar de ser um concelho pequeno e rural, tem imenso património a ser explorado, é visível a preocupação em relação aos seus elementos patrimoniais, preocupação demonstrada pelo número de museus existentes, e o grande número de exposições que ocorre ao longo do ano, e até pela existência de uma Associação do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. No entanto continua a existir um imenso património que não está aproveitado, usufruído, e a existência deste chega a ser na maioria das vezes desconhecido para a maior parte das pessoas que “conhecem” Aljezur.

Existe ainda um longo percurso a percorrer para uma completa usufruição dos recursos patrimoniais existentes no concelho. Na proposta de intervenção incluída na segunda parte da dissertação estão as linhas que poderiam ser seguidas para a contribuição e desenvolvimento estratégico da utilização dos elementos patrimoniais que existem no concelho. Ela aposta também na participação activa dos agentes locais, tendo em vista o

reforço da sua capacidade de iniciativa, procurando envolver não só as entidades públicas e associativas, as empresas, os líderes de opinião mas também a população local.

Bibliografia

- ABREU, Olga (2006): “Rota Cultural em Paços de Ferreira”, in **Ader-Sousa - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa**, Paços de Ferreira;
- ALMEIDA, António (s/d): “Paisagens: um património e um recurso”, in Jacinto, R. & Bento, V. – **O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios**, Iberografias, 8, Campo das Letras, pp. 31-42;
- ALMEIDA, Fernando (2005): “**O património cultural no planeamento e no desenvolvimento territorial: Os planos de ordenamento de parques arqueológicos**”. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Universidade do Porto;
- ALMEIDA, C. (1993): “Património – Riegl e hoje”, in **Revista da Faculdade de Letras**, II Série, Vol. X, pp. 407-416;
- ALMEIDA, M. (s/d): “A geografia imaginária dos lugares turísticos”, in **XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**, Universidade Federal de Viçosa;
- IDEM (2010): “Festas Rurais e turismo em territórios emergentes”, in **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN:1138-9796. Vol X, nº 919;
- ALVES, João (2004): “Sobre o Património Rural: Contributos para a clarificação de um conceito”, in **Cidades – Comunidades e Territórios**, nº 8. pp. 35-52;
- ANICO, Marta (2004): “Património, Turismo e políticas culturais autárquicas: conflitualidade ou convergência de interesses?”, in **IV Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia Naya**;
- ANICO, Marta; PERALTA, Elsa (2004): “As políticas culturais autárquicas num contexto de glocalização: processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures”, in **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra;
- ARAÚJO, Daniela (2011): “Memórias e activações patrimoniais. Da política do espírito às activações contemporâneas da cultura popular”, in **I Ciclo de Conferências do Museu de Arte Popular**, Lisboa;

-
- AUGÉ, Marc (1994): **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**, Venda Nova, Bertrand;
- BAIDAL, J. A. I. (2003): “Política Local y gestión de los espacios turísticos”, in Santos Solla (Ed.), **La Geografía y la gestión del Turismo**. Universidade de Santiago de Compostela;
- BARRETO, Margarida. (2000): **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades de planeamento**. São Paulo: Papirus;
- IDEM (2007), “Turismo y Cultura. Relaciones, Contradicciones y Expectativas”, in **Colección Passos edita**, nº1;
- BECERRA, S. (1997): “Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología”, in **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n.º 21, pp. 42-52;
- BOURDIN, Alain (1984): **Le Patrimoine Reinventé**. Universidade de França. Paris;
- BRUSADIN, Leandro; SILVA, Rafael (2012): “O uso turístico do património cultural em Ouro preto”, in **Revista de Cultura e Turismo CULTUR**, Ano 06, Nº1;
- BULL, Adrian (1995): **The Economics of Travel and Tourism**, 2nd edition, Longman, Melbourne;
- CABELEIRA, M. Adelaide (2010): **As tradições populares como factor de desenvolvimento turístico no concelho de Chaves**. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- CANCLINI, Néstor Garcia. (1990): “O património cultural e a construção imaginária nacional”, in **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23. Rio de Janeiro;
- CARDOSO, M. Natal (2010): **A importância da paisagem para o desenvolvimento turístico – O Caso da ilha de São Jorge**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa;
- CARVALHO, Karoliny (2011): “Memória Turismo e política patrimonial: análise da revitalização do centro histórico de São Luis” in **Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local**, Vol 4, nº 10;
- CARVALHO, Karoliny; SIMÕES, Maria (2011): “Lugar de memória e políticas publicas de preservação do património: interfaces com o turismo cultural”, in **VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**;

-
- IDEM (2011): “Reinterpretando o acervo arquitectónico do Bairro da Praia Grande através dos lugares de memória”, in **Pasos Online**, Vol. 9, N° 4, pp. 633-646;
- CARVALHO, Paulo (2003): “População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã”, in **Actas do X Encontro APDR**. Évora, Universidade de Évora;
- IDEM (s/d): **Património e Território: dos lugares às Redes**, Universidade de Coimbra
- IDEM (2009): **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais**. CEGOT. Universidade de Coimbra;
- IDEM (s/d): **Turismo e Desenvolvimentos Estudos de caso no Centro de Portugal**, in http://www.eumed.net/librosgratis/2012a/1181/o_turismo_e_os_turistas_tendencias_evolutivas.html;
- CHOAY, Françoise (2006): **A alegoria do património**, Lisboa, Edições 70;
- COHEN, E. (1988): “Authenticity and commoditization in Tourism” in **Annals of Tourism Research**, 15, pp. 371-386;
- COLASANTE, Tatiana; OLIVEIRA, Alini (2011): “Turismo e Cultura: Um estudo sobre o património Histórico-cultural de Londrina como atrativo” in **Revista Geográfica de América central nº Especial EGAL**, Costa Rica, pp. 1-15;
- CORREIA, Juliana (2009): **Turismo, Património e Desenvolvimentos, em Ambientes de Montanha: o exemplo de Piódão**. Dissertação de Mestrado na área de Geografia. Universidade de Coimbra, 2009;
- COUTO, Patricia (2011): Porto de Trás: etnicidade, turismo e patrimonialização. In **Revista de Turismo y Património Cultural**. ISSN 1695-7121;
- CUNHA, Licínio (1997): **Economia e Política do Turismo**. McGraw-Hill, Lisboa;
- IDEM (2009), **Introdução ao Turismo**, Lisboa, Editorial Verbo;
- DURAND, Jean-Yves (s/d): **Patrimónios/patrimônios**. Universidade do Minho;
- HENRIQUES, Claudia (2003): **Turismo Cidade e Cultura: planeamento e gestão sustentável**, Lisboa. Edições Sílabo, Lda, ISBN 972-618-314-6;
- FEATHERSTONE, M. (1994): “Globalization and the problem of cultural complexity”, in **Actas do Colóquio Cultura & Economia**, M^aL. Lima dos Santos (Coord.), Lisboa, ICS;
- FERNANDES, Filipa (2010): “A cultura da água: da patrimonialização das levadas da Madeira à oferta turística” in **Revista de Turismo e Património Cultural**, Vol.8 N.4. 2010 pp.529-538, ISSN 1695-7121;

- FERNANDES, Sandra (2008): **O papel do património histórico-arqueológico na promoção do desenvolvimento Local**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- FIDALGO, Maria (2009): **“Lugares” Culturais – Intervenções em Património Cultural Arqueológico, Valorização de Sítios arqueológicos em Portugal**. Coimbra;
- FONSECA, Fernando; RAMOS, Rui (2007): “O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida” in **Caderno de Resumos do III Congresso de Estudos Rurais**, Universidade do Minho;
- FORTUNA, Carlos (1997/2001): **Cidade, Cultura e Globalização**, Ensaios de Sociologia, Oeiras, Celta;
- FUNARI, P. (2000) – “Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil”, in **Arquitextos**, nº 077, Vitruvius LivrariaVirtual;
- GONÇALVES, JR. (1988): “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”, in **Estudos Históricos**, vol. 1, n. 2, 264-275;
- GUILLAUME, M., (2003): **A Política do Património**. Campo das Letras – Editores SA, Porto;
- HALL, C.M. (2004): **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto;
- HANAI, F.Y.; ESP ÍNDOLA, E.L.G. (2012): “O planejamento e a gestão do turismo sustentável na região de Bueno Brandão (MG/Brasil)”, in **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.224-238;
- ISSA, Yara; DENKER, Ada (2006): “Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais”, in **IV SeminTur – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, Universidade de Caxias do Sul;
- JIANG, Xuan; HOMSEY, Andrew (2008): **Heritage Tourism, Planning GuideBook – Methods for the Implementing Heritage Tourism Programs in Sussex County**. Institute for Public Administration, Delaware, University of Delaware;
- LEITE, Nathalia (2008): **Turismo e Território: Um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do turismo**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Lisboa;
- LIMA, Luana (s/d): **A apropriação da cultura pelo turismo, a revalorização e a resignificação das identidades culturais**. Universidade Federal de Goiás;

-
- MARTINS, Catarina (s/d): **Turismo em zona rurais: oportunidades para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro**. Instituto Politécnico de Bragança;
- MARTINS, Luís (2011): **Turismo, Investigação e Formação: Tendências e Desafios em tempos de mudança**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto ISSN: 1646-2149;
- MARUJO, M.N., CARVALHO, P. (2010): “Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável” in **Turismo & Sociedade**, Curitiba, V. 3, Nº2, pp.147-161;
- McINTOSH, Robert W.; GOELDNER, Charles R. (1986): **Tourism, principles, practices, philosophies**, Jonh Wiley and Sons, Inc, United States of America;
- MIRANDA, M., (2001) – **Guia Práctica para la Interpretacion del patrimonio. El arte de acercar el legado natural al público visitante**. Sevilla: Junta de Andalucía, consejaria da cultura;
- MOREIRA, M; HENRIQUES, Cláudia (s/d): **Percursos turístico-culturais e criatividade – Que futuro para a relação entre Turismo – Cultura - Estatuária**. Encontros Científicos;
- ORTEGA, María (2002): **Managing Heritage Tourism: Challendes for the Management of Urban Heritage Cities and Attractions**. University of Bournemouth / Université de la Savoie, Chambéry;
- PADRÓ, J.; MIRÓ, M. (2005): **Gestión Creativa y Desarrollo Territorial del Patrimonio Cultural y Natural**, in <http://www.stoa.es>;
- PATIN, V. (1997): **Tourisme et patrimoine en France et en Europe**. Paris. Éditions Les Études de la Documentation Française;
- PEIXOTO, Paulo (1998): “Os meios rurais e a descoberta do património” in **Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- IDEM (2006). **O Património Mata a Identidade, Patrimónios e Identidades**. Ficções Contemporâneas, Oeiras: Celta, pp. 65-74;
- IDEM (2006): “O Douro a todo o vapor. Alegorias do turismo rural”, in Joaquim Anécio Almeida e Marcelino de Souza (org.), **Turismo Rural. Património, Cultura e Legislação**. Santa Maria: Facos, 121-135;
- IDEM (2004): “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização” in **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 70, p. 183-204;
- PERALTA, Elsa (1997): Património e identidade desafios do turismo cultural in **Centro de Estudos de Antropologia Aplicada**;

-
- IDE (2003): “O Mar por Tradição: o património e a construção das imagens do turismo”, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre;
- PEREIRA, Sónia (2005): **O papel da atracção turística cultural no desenvolvimento económico regional**. Universidade de Aveiro;
- PERES, A.N. (2008): “Cultura, turismo e comunidades locais”, in **Congresso Internacional – Turismo Cultural e Religioso – Oportunidades e Desafios para o Século XXI, Actas do Congresso**, Abílio Vilaça e Varico Pereira (Eds.), TUREL/TCR, pp. 146-147;
- PÉREZ, Rocío; SALINAS, Víctor (2008): “El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del turismo”, in **Investigaciones Geográficas** nº 46, Universidad de Sevilla, Sevilla, pp.69-88, ISSN: 0213-4691;
- PÉREZ, Xerardo (2006): “Património cultural: o casamento entre património e cultura”, in **ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego**, pp. 23-41;
- IDEM (2009): **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. Colección PASOS edita, nº2;
- IDEM, (2003): **Patrimonialização e transformação das identidades culturais**. Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, pp. 231-247
- PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David (s/d): **Links between Tourists, Heritage and Reasons for Visiting Heritage Sites**. University of Surrey, UK;
- IDEM (2003): “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, in PORTELA, José e CALDAS, Castro (coordenadores), **Portugal Chão**, Oeiras, Celta;
- PRATS, Laurence (1997): **Antropología y Patrimonio**, Barcelona, Ariel;
- IDEM (1998): **El concepto de Patrimonio Cultural**, Barcelona, Editorial Ariel, S,A;
- PRETO, Fernando (2008): “Das Áreas protegidas aos parques arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento”, in **III congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior**, acta 10;
- PRENTICE, Richard (1995): **Tourism and Heritage Attractions**. London and New York Agency, London;
- PUYA, Trinidad (2008): **Recuperacion del patrimonio cultural Urbano como recurso turístico**. Universidad Complutense de Madrid;
- QUINTAL, Artur (2008): **A importância do património na escolha do destino turístico**. Universidade da Madeira;

-
- RAPOSO, Paulo (2002): **Cultura Popular: Autenticidade e Hibridização**. ISCTE/CEAS. Conferência do colóquio Cultura Popular em Contexto Rural, Mafra;
- RIBEIRO, J. Cadina; REMOALDO, Paula Cristina (2008): **Património Cultural e Estratégia de Desenvolvimento Turístico da Cidade de Guimaráes**. Universidade do Minho;
- RICHARDS, Greg (1996), **Production and consumption of European Cultural Tourism**, *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, No. 2, pp. 261-283;
- IDEM (2001): **Cultural Attractions and European Tourism**, ATLAS, CABI Publishing, UK;
- IDEM (2009): “Turismo cultural: Padrões e implicações”, in Camargo, P. and da Cruz, G.(eds) **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. UESC: Bahia, pp. 25-48;
- RIEGL, Alois (1987): **El Culto Moderno a los Monumentos**, Madrid, Visor;
- RODRIGUES, Nuno (2005): **Reflexão para a valorização da Herança Religiosa e Patrimonial**. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo. Universidade do Minho;
- RODRIGUES, A. I. B. P. (2007): **Estruturas de Promoção do Turismo Cultural**. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Beja;
- RODRIGUEZ, Gonzalo, ROGET, Fidel (2009): **Nuevos Retos para el Turismo**. Edit NetBiblio S. L. ISBN: 978-84-9745-402-5. Espanha;
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene (2008): **Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, Coleção Turismo;
- SANTOS, José (2010): “Processos patrimoniais: rituais, espíritos e panteões”. in **Raízes do “património” 2**. Universidade de Évora;
- SANTOS, Norberto; CRAVIDÃO, Fernanda; CUNHA, Lúcio (s/d): “Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território” in **Eixo 3 Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território**, Coimbra;
- SCHNEIDER, Cristina (2006): “Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Património Material” in **IV Seminário de Pesquisa de Turismo MERCOSUL**, Caxias Do Sul;
- SERRA, João B. (2009): “A Matéria do Património”, in **Cadernos PAR nº 2**, pp. 47-52;
- SILVA, Luis (2008): “Contributo para o estudo das pós-ruralidade em Portugal”, in **Outro Pis-novos olhares, terrenos clássicos**, nº 4;

-
- SILVA, Sandra (2011): **A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o património cultural**. ISSN: 1982-8004;
- SILVA, Vicente (2007): “Paisagem: Concepções, Aspectos Morfológicos e Significados”, in **Sociedade & Natureza**, nº 19 (1), Instituto de Geografia da UFU, pp. 199-215;
- SIMÕES, Paulo (2010): **A paisagem cultural do Buçaco: A singularidade de um território turístico e de lazer**. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Turismo. Universidade de Coimbra;
- SOARES, Carolina (2006): **Repensando o Património: novos dilemas e potencialidades nas políticas de preservação**, Dissertação de Mestrado em Arquitectura e Urbanismo. UFGM;
- TINOCO, Alfredo (2008): “Turismo e Desenvolvimento local - Função social do património”, in **Geoturismo & Desenvolvimento Local. Livro das XVIII Jornadas sobre a Função Social Museu**, Idanha-a-Nova, 25 a 28 de Setembro de 2008;
- VIEIRA, Isabel (2006): **O património e o Turismo: Cidade de Lamego**. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo. Universidade do Minho;
- VIEIRA, Ricardo (s/d): **A(s) Identidade(s) na Animação Turística: Cultura(s), identidade(s) e Sustentabilidade Turística**. CIID-IPLeiria;

WEBGRAFIA

- <http://www.in-loco.pt/> , acesso em Agosto de 2012
- <http://www.cm-aljezur.pt/> , acesso em Agosto de 2012
- <http://www.aljezur.net/> acesso em Agosto de 2012
- <http://www.jf-aljezur.pt/> acesso em Agosto de 2012
- <http://www.icnf.pt/> acesso em Agosto de 2012
- <http://www.adpha.pt/> acesso em Agosto de 2012
- <http://www.icomos.org/fr/>, acesso em Maio de 2012
- <http://www.igespar.pt/pt/>, acesso em Maio de 2012
- <http://www.monumentos.pt/> , acesso em Maio de 2012
- <http://www.ine.pt>, acesso em Agosto de 2012
- <http://www.portal.icnb.pt>, acesso em Agosto de 2012

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

Lei 107/2001 - Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural

Decreto-Lei 309/2009 - Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Decreto-Lei 139/2009 - Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto – Lei de bases para a indústria do turismo portuguesa.

Decreto-Lei n.º 114/2012 – Direções Regionais de Cultura de 25 de maio

Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio – Regime Jurídico sobre a criação da estrutura orgânica da Direção -Geral do Património Cultural

1931 - Carta de Atenas - Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações

1964 - Carta de Veneza - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS

1972 - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural

1975 - Carta Europeia do Património Arquitetónico

1999 - Carta Internacional do Turismo Cultural

1999 - Código Mundial da Ética do turismo

2003 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

2007 - PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

2010 – Grandes Opções do Plano 2010-2013

2011 – Carta de Óbidos: Carta das Organizações Não Governamentais do património

2011 - Relatório da Comissão ao Parlamento, ao conselho, ao comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas

Anexos

Anexo I – Freguesias constituintes do concelho de Aljezur

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2012



FREGUESIA DE ODECEIXE

Área: 45,23 km²
Densidade populacional: 20,49 hab/km²
População residente: 927
(Censos 2001)



FREGUESIA DE ROGIL

Área: 34,55 km²
Densidade populacional: 34,21 hab/km²
População residente: 1182
(Censos 2001)



FREGUESIA DE ALJEZUR

Área: 163,66 km²
Densidade populacional: 16,42 hab/km²
População residente: 2687
(Censos 2001)

FREGUESIA DE BORDEIRA

Área: 79,53 km²
Densidade populacional: 6,19 hab/km²
População residente: 492
(Censos 2001)

Anexo II – História de Aljezur

Fonte: http://www.adpha.pt/adphaa_018.htm, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur (acesso em Setembro de 2012).

Vestígios do passado pré-histórico atestam a importância deste concelho para povos como os mirenses (7000 anos a.C. final da Idade Glaciária). Sendo povos nómadas, caçadores/recolectores, caçavam e apanhavam mariscos do mar com os seus machados rudimentares, assim como escavavam a terra à procura de tubérculos ou raízes, constituindo assim a base da sua alimentação.

Também da pré-história é um vasto conjunto de peças em pedra polida, sílex, entre outros, atribuído ao período Neolítico Final/Calcolítico (3000-2500 anos a.C.), que se encontra em exposição no Museu Municipal em Aljezur.

Da Idade do Bronze (1200-900/800 anos a.C.) surge a Necrópole de Corte Cabreira, na freguesia de Aljezur, detetada em 1990, sendo alvo posteriormente de escavações de emergência.

No entanto, é do período islâmico (séculos X-XII) que se reserva o maior esplendor arqueológico do concelho de Aljezur, comprovado por escavações arqueológicas levadas a efeito quer no Castelo de Aljezur, na Ponta da Atalaia (*Ribat* da Arrifana), Ponta do Castelo - Carrapateira, na Igreja Nova Aljezur ou em Alcaria, freguesia de Aljezur.

Ocupação Antiga no Concelho de Aljezur

Dadas as características geográficas e geológicas do território de Aljezur, a ocupação humana mais antiga que se conhece, até há data, remonta ao Epipaleolítico (+/- 11 000 a.C.) e ocupa o alto de uma falésia perto da ponta da Atalaia. Trata-se de uma ocupação sazonal de mariscadores que iam ocupando estes pontos elevados sobre o mar, recoletando

marisco para a sua subsistência. Conhecidos por concheiros, já que são as conchas de bivalves e moluscos que ocupam o maior volume dos restos deixados, e que se encontram às dezenas por todo o Sudoeste Algarvio.

Os artefactos são normalmente muito escassos e estão divididos em macro-utensilagem normalmente produzida sobre calhaus de grauvaque e a micro-utensilagem em lascas ou lâminas de sílex.

Mais tarde, cerca de 7 000 a.C., e ainda no Epipaleolítico, surge um outro conjunto de indústrias líticas cujo período de fabrico parece ser muito prolongado conhecido como Mirense. Trata-se de uma macro-indústria, composta pelos característicos Machados Mirenses, instrumentos de grauvaque com cabo e cabeça espatulada, e pelos pesos de rede, executados a partir de calhaus chatos com dois pequenos golpes laterais. Acompanham esta macro-utensilagem de grauvaque pequenos utensílios em sílex. É provável que esta indústria lítica tenha perdurado durante toda a Pré-história.

A estratégia de ocupação desde o Epipaleolítico até ao Neolítico final/Calcolítico é praticamente a mesma. Continuamos a encontrar acampamentos sazonais sobre as arribas litorais ou junto de cursos de água (concheiros) apesar de no final do Neolítico assistirmos à existência de cemitérios (Igreja Nova e *tholos* de Corte Cabreira). Apesar da abundância de instrumentos, sobretudo líticos, em particular do final do Neolítico em diante, ainda não foi detetado nenhum povoado de carácter permanente desta época. Zonas como o Vidigal, Corte Cabreira e Igreja Nova são locais prováveis da localização desses povoados.

Na zona da Praia da Amoreira situa-se o concheiro mais antigo desta fase (Neolítico Antigo).

Ao contrário do que sucedia até esta fase, conhecemo-la pela existência de cemitérios, as chamadas necrópoles de cistas, constituídos por conjuntos de pequenas campas (+/- 0,90x0,45m), abertas no solo de base e lajeadas por placas finas de xisto e com uma tampa do mesmo material. Estas sepulturas contêm por vezes algum espólio, sendo bem patente uma cada vez maior diferenciação social entre a população. Uma das mais importantes e mais escavadas necrópoles desta fase é a de Corte Cabreira, identificada no séc. XIX por João Batista da Silva Lopes, sendo ainda referenciada por Estácio da Veiga. As primeiras escavações foram realizadas por Álvaro Dias Mendes sob a direção de José Formosinho. A partir de 1990 a Dr.^a Teresa Gamito, da Universidade do Algarve, realizou, com o apoio da Câmara Municipal de Aljezur, diversas campanhas de escavação e limpeza, tendo

identificado um conjunto de 19 sepulturas, destas, 6 foram escavadas e 3 continham pequenas oferendas em cerâmica e metal.

Em plena urbanização turística do Vale da Telha, foi posta a descoberto, em Agosto de 2006, necrópole da Idade do Bronze (1800-1200 a.C.). Composta por 18 sepulturas, sendo recolhido vários espólios.

O Castelo de Aljezur parece ser o único local onde até ao momento se identificaram vestígios de ocupação da Idade do Bronze com carácter habitacional.

Na Alcaria situa-se o único local onde até agora se identificaram cerâmicas da Idade do Ferro de características Orientalizantes.

Período Romano

A presença romana no território de Aljezur é conhecida desde os trabalhos de Estácio da Veiga que recolheu diversos materiais em áreas sempre relacionadas com a mineração. O trabalho de prospeção efetuado pela Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur revelou uma presença mais extensa e diversificada. Hoje conhecem-se locais de exploração mineira, *villae*, e cemitério. Os dados que possuímos apontam para uma presença romana desde séc. I a.C. até pelo menos ao séc. IV d.C.

Os materiais recolhidos na área do Vidigal e Arregata, aponta para uma importante presença neste local e para a existência de uma ou mais explorações agrícolas e um cemitério. Tem-se recolhido neste local fragmentos de lucernas, *sigillatas* sudgálicas, hispânicas e claras, fragmentos de ânforas e materiais de construção.

Algumas moedas romanas completam o espólio recolhido em diversos locais.

Também no Castelo de Aljezur e próximo da Praia do Amado (Carrapateira) foram recolhidos fragmentos de ânforas, *sigillatas* e uma moeda. As minas de ferro da Corte de Sobro (Aljezur) e manganês (Carrapateira) foram, segundo Estácio da Veiga, exploradas desde o Período Romano.

Período Muçulmano

Os Árabes entraram pelo Sul da Península Ibérica em 711, comandados por Tariq que derrotou o último rei visigodo Rodrigo, dominando todo este vasto território até 1492, quando os reis católicos de Espanha os expulsaram do Reino Muçulmano de Granada.

No Ocidente Peninsular, território onde se situa hoje Aljezur, os Árabes permaneceram até 1249 quando o seu último reduto foi conquistado pelas tropas de Paio Peres Correia.

O Castelo de Aljezur cuja fundação se atribui aos Árabes no séc. X era então um importante ponto estratégico para a defesa da vila.

O legado islâmico no concelho de Aljezur é vasto. A atestá-lo então: Alcarias, Povoado de Pescadores, Topónimos, Atalaias, o *Ribat* da Arrifana. São deste período as noras, e sistemas de irrigação, moinhos e azenhas, os citrinos e muitos utensílios do quotidiano. São mais de 900 os vocábulos portugueses que têm origem Árabe. A Civilização Islâmica aqui esteve instalada durante mais de cinco séculos. Resta o Castelo, o *Ribat* da Arrifana, o Povoado de Pescadores da Carrapateira, a Torre Atalaia de Odeceixe.

Anexo III – Lendas e tradições Aljezurense

Fonte: Junta de Freguesia de Aljezur, http://jfaljezur.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=38 (acesso em Setembro de 2012).

Lenda: A tomada do castelo

D. Paio Peres Correa, e entramos agora no mundo da bela lenda, conhecedor da situação privilegiada da velha fortaleza e da vigilância apertada que os moiros exerciam, mandou batedores no intuito de estudar as características do local e os hábitos das gentes, com vista à elaboração do seu plano de ataque.

Conseguiram “aliciar” uma moira de nome Maria Aires, de raro encanto, que lhes contou, como era costume e habito muito antigo e ainda observado, na madrugada do dia 24 de Junho os habitantes da região irem tomar banho à Praia da Amoreira. Tanto bastou para que D. Paio arquitetasse o seu plano de ataque, tirando proveito daquela tradição moirisca. Assim, na noite de 23 para 24 de Junho, as nossas tropas esconderam-se num vale próximo do castelo que hoje è conhecido pelo Vale de D. Sancho, em honra daquele nosso valoroso Monarca (D. Sancho II) e aguardaram que, com o amanhecer, os moiros iniciassem o seu ritual. As horas passavam lentas naquela longa espera que os nossos aproveitaram para se cobrirem com arbustos, e assim poderem, mais facilmente, desenvolver a aproximação final. Com o despontar da aurora começou o longo desfilar dos confiantes moiros, quem sabe se pelo mesmo caminho que ainda hoje lá existe pelo lado esquerdo do Rio, bordejando o vale, imenso e fértil, formado pelos aluviões da Ribeira de Aljezur.

Assim que tal lhes pareceu propício e ainda a coberto da semi-obscuridade, aquele punhado de valentes portugueses iniciaram a aproximação do castelo, àquela hora já deserto, bem como toda a restante povoação.

Eis senão, quando uma rapariguita, neta de uma velha que havia ficado, afinal, vigilante no castelo, apercebendo-se dos movimentos das nossas tropas, correu para a avô, alertando-a, na sua ingénua infantilidade, que as moitas estavam a andar, pois, como referidos, os portugueses tinham tido a preocupação de se camuflarem com arbustos. A anciã, sem descortinar no logro em que incorria, tentou dissuadir a neta, dizendo-lhe que tal facto se devia, por certo à aragem que soprava.

De repente, porém, e em catadupas, irromperam os nossos, pelo portão da fortaleza, dominaram a velha que esboçou a pretensão de dar o alarme fazendo acionar um sino que estaria colocado na torre da cisterna, tomaram posições, apreenderam as armas e então, eles próprios, deram o alarme. Os moiros, céleres e atónitos, regressaram à povoação, sendo completamente aniquilados à medida a que iam entrando no recinto amuralhado. Aljezur era Portuguesa. À bela Maria Aires, como recompensa dos serviços prestados e parecer que também pelos seus encantos que teriam favoravelmente impressionado a D. Paio, foi-lhe poupada a vida e para que não fosse molestada, construíram-lhe uma casa num local próximo de Aljezur a que ainda hoje, se chama, em sua memória, a daquela bela moira de lindos cabelos negros, Mareares.

Nota: O castelo seria tomado ao romper da alva, e os cavaleiros logo se ajoelharam para agradecer a vitória a Deus e a Nossa Senhora da Alva, ficando a Padroeira de Aljezur a chamar-se “N.^a Sr.^a D’Alva”.

Nota: Quando os mouros regressam após o cumprimento sagrado de um Ritual Místico, são decapitados na zona sul do castelo, passando a chamar-se de "Degoladouro" e as suas cabeças arremessadas para o cerro a norte, denominado posteriormente de "Cabeças".

F.E. Rodrigues Ferreira

Lenda: As Santas Cabeças

Na ponta mais ocidental do Algarve, aí está o concelho de Aljezur. Da sua antiguidade dão notícia achados arqueológicos do paleolítico e elementos de cultura mirenses (4.000 AC), para além de descobertas de cerâmica grega. Pois na Igreja matriz desta vila estão depositadas duas caveiras conhecidas como Santas Cabeças. Um pouco de toda a região

ali afluem grupos de pessoas, padecendo de mordeduras de cães e de outros animais, dores de cabeça e de dentes, males de coração e outros. Procuram lenitivo, cura. E aquelas relíquias são veneradas e dizem-nas milagrosas. E a história vem do tempo do Rei D. Manuel I e do Bispo do Algarve D. Fernando Coutinho. Pois então existiam no espaço geográfico deste concelho dois lavradores, João Galego e Pedro Galego, pai e filho, reconhecidamente trabalhadores, bondosos e justos. Porém, a fama deles cresceu quando começou a constar que apenas com o hálito curavam os doentes que junto deles acudiam. E deles restam a lenda e as Santas Cabeças de Aljezur, que continuam a ser veneradas.

Tradição: O Banho 29

O “Banho 29” como ficou conhecido, tornou-se uma tradição entre os serranos, crentes, de que neste dia de Agosto as águas do mar se encontravam bentas. Por isso, a 29 de Agosto, homens, mulheres e crianças banhavam-se no mar, levando consigo os animais domésticos e nem o gado escapava ao banho.

Montados em burros, a pé, conduzindo em grupos, rebanhos de cabras, bodes e ovelhas, jumentos, mulas e até cavalos utilizados na lavoura das terras, as populações rurais desciam da serra às praias mais próximas para o “Banho 29”.

Desde as praias no concelho de Aljezur, como Bordeira, Carrapateira e Odeceixe, passando pelos areais de Lagos, Portimão, Quarteira, Manta Rota e Vila Real de Santo António, a população do campo juntava-se em grupos para cumprir a tradição.

Em tempos remotos, os homens usavam como fato de banho (ceroulas compridas atadas com nastro aos artelhos), enquanto as mulheres vestiam combinações ou camisas de dormir compridas de serapilheira.

O primeiro banho era logo tomado às 07:00 h, altura em que, segundo a tradição, a água está benta. O segundo banho fazia-se cerca das 10:30 h e o último às 16:00 h.

“Tomar banho neste dia é como tomar nove banhos”, afirmam os mais velhos com um sorriso matreiro que deixa antever as brincadeiras e partidas com que se entretinham e pregavam às raparigas.

Com o decorrer dos anos, a tradição e a importância destes banhos foi-se perdendo, restando agora apenas nos mais velhos uma saudosa memória dos tempos de juventude.

Anexo IV – Fauna e Flora de Aljezur

Fonte: Camara Municipal de Aljezur, http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-pt/menu_turista/concelho/ambiente/ (acesso em Setembro de 2012).

Fauna

Um dos aspetos mais interessantes desta costa é a diversidade de aves que é possível observar, destacando-se as migratórias que elegem esta zona como corredor de passagem entre a Europa e o Norte de África. É de especial significado a migração outonal de aves planadoras, envolvendo alguns milhares de rapina, entre outras.

Nas falésias rochosas é possível encontrar espécies diversificadas que aí nidificam, como o falcão-peregrino e a gralha-de-bico-vermelho, destacando-se a cegonha branca (*Ciconia ciconia*) que nidifica na zona de arribas marítimas, constituindo um caso único de utilização deste tipo de habitat.

Ao longo de toda a linha de costa, encontra-se a única população portuguesa de lontra (*Lutra lutra*) que utiliza o meio marinho para se alimentar de peixes e crustáceos litorais, sendo também rara na Europa.

O estado de relativa conservação do litoral marinho é de grande importância para a manutenção de algumas espécies, como o mero, espécie de peixe ameaçada, que já quase desapareceu da restante costa portuguesa.

Nos habitats ribeirinhos, como as ribeiras de Aljezur e de Seixe, as espécies nidificantes incluem as garças vermelha e pequena, o galeirão e passeriformes, como o sonoro rouxinol-grande-dos-caniços.

Os morcegos, comedores de insetos, podem ser avistados ao anoitecer; entre estes podem-se observar o morcego-de-água e o morcego-de-peluche.

A nível terrestre predominam as espécies faunísticas mediterrânicas, destacando-se a frequência de várias espécies de carnívoros, como raposas, ginetos, texugos e fuínhas e, no interior, o saca-rabos, o gato bravo e o javali.

Entre os vertebrados pode fazer-se referência aos répteis e anfíbios, abundantes e diversificados que, no conjunto, constituem uma parte significativa da fauna portuguesa.

Em Aljezur, predominam as seguintes espécies:

Aves: Gaiivota, Cegonha, Águia - Sapeira, Águia - Pesqueira, Peneireiro, Perdiz, Pisco, Melro, Carriça, Rouxinol, Cartaxo, Pato Bravo, Narceja, Codorniz, Turcas, Galinha d'água, Corvo, Gavião, Pardal, Picanço, Coruja, Mocho, Pintassilgo, Guarda-Rios, Rouxinol dos Caniços, Garça Branca, Garça Pequena, Trigueirão, Tentilhão, Abelharuco, Pica-Pau.

Animais Terrestres: Lontra, Toupeira, Rato d'água, Rã verde, Cágado de Carapaça estriada, Ouriço -Cacheiro, Lebre, Coelho, Javali, Techugo, Doninha, Saca - Rabos, Raposa, Furão, Gato-Bravo

Animais do Mar: Sargo, Robalo, Sardinha, Moreia, Carapau, Faneca, Safio, Safia, Dourada, Bodião, Bezugo, Salema, Corvina, Peixe Porco, Anchova, Achegã, Liza, Bordalo, Abrótea, Badejo, Rascasso, Choupa, Ruivo, Caboz, Cavala, Salmonete, pargo, Bica, Raia, Linguado, Avaria, Enguia, Tainha, Polvo, Lula, Choco.

Marisco: Perceves, Lagostim, Lagosta, Santola, Navalheira, Lavagante, Búzios, Amêijoa Preta, Berbigão, Lingueirão, Caramujos, Lapas, Mexilhão, Ouriços do Mar, Estrela-do-mar, Bugau

Flora

Para além das plantas endémicas, a flora da zona do Parque Natural conta com vinte e sete espécies raras ou muito raras.

Nas falésias e nas arribas litorais a flora encontra-se condicionada pela intensa ação dos ventos, não permitindo o desenvolvimento de comunidades arbóreas ou arbustivas de porte considerável.

Nas plataformas elevadas, sobranceiras à linha da costa – grande planalto litoral, podemos encontrar notáveis campos dunares, os chamados “medos”.

A valiosa vegetação nesta zona caracteriza-se, nomeadamente, pela existência de espécies endémicas como a *Biscutella vicentina* e a *Armeria royana*.

De salientar a existência de um pequeno arbusto de forma arredondada, com interesse ornamental, a joinha-das-areias, que apresenta uma floração amarela, principalmente nos meses de Abril a Junho e que imprime à paisagem particular beleza.

No meio marinho litoral encontra-se grande variedade de algas e importantes bancos de geléido, que no conjunto produzem uma quantidade importante de matéria-prima para a produção nacional de ágar-ágar (Hidrocolóide extraído de diversos géneros e espécies de algas marinhas. A agarose é um polímero que dissolvida em água quente e seguidamente arrefecida toma uma consistência gelatinosa. Esta propriedade é usada em investigação laboratorial, medicina, culinária e na indústria).

Nas serras que bordejam esta área litoral destaca-se a existência do medronheiro, cujo fruto é comestível e muito apreciado para o fabrico de aguardentes, uma tradição das gentes locais. Outras espécies florestais como o sobreiro, o pinheiro manso e bravo são também frequentes.

A flora apresenta ainda um conjunto de espécies aromáticas e medicinais, como o rosmaninho, o tomilho, o loureiro, o orégão e outras, como o tojo ou a urze.


Arbustos: Murta, Medronheiro, Espargo, Aroeira, Tojo, Zimbros, Alecrim, Rosmaninho, Esteva

Vegetação: Junco, Loendro, Tábua – Estreita, Caniço, Silva, Amieiro

Árvores: Oliveira, Alfarrobeira, Figueira, Laranjeira, Amendoeira, Sobreiro, Azinheira, Loureiro, Pinheiro Manso, Pinheiro Bravo, Cipreste, Choupo – Branco, Freixo

Anexo V – Lista de Praias de Aljezur

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

Praia de Odeceixe (FAM) 

Praia de Odeceixe Sul “Praia das Adegas” (AN)

Praia da Samouqueira (AN)


Praia de Vale dos Homens (AN)

Praia da Carriagem (AN)

Praia da Amoreira (FAM)

Praia de Monte Clérigo (FAM) 

Praia da Arrifana (FAM, SURF/BB) 

Praia de Vale Figueiras (FAM, SURF/BB) 

Praia da Bordeira (AN)

Praia do Amado (AN, SURF/BB)

Anexo VI – Receitas típicas aljezurense

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-pt/menu_turista/turismo/gastronomia/ (acesso em Setembro de 2012).

Couvada com batata-doce

Ingredientes: 1,5 Kg de carne de porco; 2 batatas-doces; 1,5 Kg de couve.

Confeção: De manhã era costume acender-se o fogo de lenha, colocando-se uma panela com água ao lume. Logo que a água levantasse fervura, juntava-se a carne já preparada e temperada. A meio da cozedura, junta-se a couve à carne. Depois da couve “ataloada” põe-se uma ou duas batatas-doces inteiras, porque a batata-doce coze mais rápido que a carne. Acompanha com fatias de pão caseiro.

Feijão com batata-doce

Ingredientes: 350 g de feijão; 3 batatas-doces; 1 cebola média; 2 dentes de alho; cravinho q.b.; 250 g de morcela; 250 g de farinheira; 150 g de toucinho; 300 g de chouriça; 0,5 Kg de carne de porco; 2 dl de azeite; água q.b.

Confeção: Coze-se um pouco o feijão em água e de seguida junta-se todos os outros ingredientes. Deixa-se cozer e tempera-se a gosto.

Rojões de porco com batata-doce frita

Ingredientes: 2 Kg de carne de porco; 2 colheres de sopa de pimentão; 3 dentes de alho; 2 dl de vinho branco; sal q.b.

Confeção: A carne de porco é cortada aos bocadinhos e temperada de véspera com pimentão, alhos, vinho e sal. Por fim a carne é frita numa frigideira com banha. Acompanha com batata-doce frita às rodelas.

Bolo de batata-doce

Ingredientes: 500 g de açúcar; 500 g de farinha; 500 g de batata-doce crua, descascada e ralada; 8 ovos; 1 colher de sopa de fermento em pó; canela q.b.

Confeção: Bate-se bem os ovos com o açúcar, em seguida junta-se a farinha, à qual previamente tinha sido misturado o fermento e a canela, e por fim mistura-se a batata-doce ralada. Vai ao forno numa forma untada de margarina e polvilhada de farinha.

Pastéis de batata-doce

Ingredientes para 4 pessoas: 250 g de farinha; 1 ovo; 50 g de manteiga derretida; 25 g de banha caseira; sumo de laranja; sal; 1 cálice de aguardente de medronho; batatas-doces; açúcar; raspa de limão; 30 g de canela.

Confeção: Partem-se para um alguidar ovos junta-se sal, sumo de laranja e um pouco de banha de porco. Bate-se muito bem. Junta-se um cálice de aguardente de medronho, batendo-se mais um pouco, depois vai-se juntado a farinha, continuando a mexer muito bem. Quando a massa começar a querer deslocar-se do alguidar vai sendo sovada e polvilhada com farinha. Assim vai sendo trabalhada até ela deslocar completamente do alguidar. Nessa altura é retirada para cima de uma pedra ou mesa, continuando-se a sovar e a bater com ela na pedra, para que ganhe elasticidade tendo o cuidado de juntar a referida pedra com azeite de vez em quando, para não pegar. Corta-se a massa com uma faca e se no meio tiver muitas bolhas está pronta. Cozem-se batatas com pele, depois de bem cozidas retira-se a pele e passam-se pela varinha mágica. Ao puré de batata juntam-se açúcar, raspa de limão e canela. Leva-se o açúcar ao lume com um pouco de água até o açúcar começar a fazer ponto de estrada. Retira-se do lume junta-se o puré de batata-doce mexendo muito bem e mistura-se a raspa de limão e a canela. Vai novamente ao lume para que fique bem enxuto,

mas tendo o cuidado de não deixar queimar. Este puré só pode ser utilizado depois de frio. Estendem-se então os bocados de massa na pedra e com um rolo apropriado passa-se por cima até esta ter uma espessura mínima onde se colocam montinhos do recheio, cortando-os à volta com uma carretilha. Vão-se pondo de lado e quando estão todos recortados frita-se em óleo quente. Depois de fritos polvilham-se com açúcar.

Torta de batata-doce

Ingredientes: 0,5 Kg de batata-doce; 400 g de açúcar; 6 ovos; raspa de 1 laranja; canela q.b.; uma colher de chá de fermento; três colheres de sopa de farinha; manteiga q.b; farinha q.b.

Confeção:

Coze-se a batata-doce e passa-se pela varinha mágica. À parte, mistura-se o açúcar com os ovos e mexe-se muito bem. Depois junta-se a batata-doce já passada, raspa de laranja, a canela, o fermento e a farinha. Mexe-se tudo muito bem e coloca-se num tabuleiro com uma folha de papel vegetal untada em manteiga e polvilhada com farinha. Vai ao forno. Quando estiver cozida, polvilha-se uma superfície com açúcar, coloca-se a massa já desenformada e quente, e vai enrolando com muito cuidado, com a ajuda de um pano.

Anexo VII – Mapa turístico de Aljezur

Fonte: Associação de Defesa de Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2012



Anexo VIII – Mapa de acessibilidades Aljezur

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012



Anexo IX – Lista de Associações e Grupos de desenvolvimento local

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

- Clube de Caça e Pesca do Concelho de Aljezur
- Grupo Desportivo Odeceixense
- Juventude Clube Aljezurense
- AJMAL - Associação Jovens em Movimento de Aljezur
- Associação Social e Cultural de Bordeira
- Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur
- Associação de Geminação de Aljezur
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Aljezur
- Clube Instrução e Recreio Alfambrense
- Clube Cultural e Recreativo "Os Amigos da Carrapateira"
- Clube Instrução e Recreio Rogilense
- Grupo Recreativo Folclórico Amador do Rogil
- Associação de Produtores de Batata-Doce de Aljezur
- Serviços Sociais das Autarquias do Município de Aljezur
- Tertúlia – Associação Sócio-Cultural de Aljezur

Anexo X – Lista dos Recursos Museológicos

Fonte: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur

Freguesia de Aljezur

Museu Municipal

Museu Municipal (composto por dois núcleos museológicos e uma galeria de arte), o Museu Municipal de Aljezur, vai ser ampliado com mais uma sala dedicada ao Legado Andalusino.

- Núcleo etnográfico

O Núcleo Etnográfico tenta retratar: as vivências das gentes de Aljezur. As diversas atividades agrícolas, desde a preparação das terras com arados, charruas e grades, à sementeira, à colheita manual, à debulha feita a pé-de-gado ou mangual e mais tarde com o trilho atrelado a animais, o transporte das colheitas feitas em carretas e carros de bois ou os transportes das gentes no carro das bestas e todos do sistemas de

Tentando retratar vivências, os espaço da cozinha e quarto tradicionais recriados pelas mãos de Maria Margarida Taliscas e Graciete Maria Augusta revela as características quase comuns das gentes do sul com as especificidades deste Algarve meio litoral meio serrano. Aljezur não é só o ambiente rude, também as suas gentes presentes em painel e através de objetos do quotidiano e imagens antigas de vários locais do concelho.

- Galeria Municipal de Arte

Com a representação de um quarto e uma cozinha tradicionais, apresenta ainda um amplo espaço com um valioso espólio, onde constam peças da etnografia aljezurense, tais como: a charrua, a carroça, os arados, bem como diversos utensílios utilizados na lide diária das atividades tradicionais.

A Galeria Municipal de Arte de Aljezur foi inaugurada em 25 de Abril de 1992. Concebida com total respeito pelo exterior das fachadas do edifício, sofreram estas, apenas a reformulação de alguns acréscimos menos dignos, que tinham adulterado a traça primitiva. Os vãos beneficiaram da substituição de caixilharias em madeira nas janelas, e restauro/conservação na porta de entrada.

No interior, a Galeria ocupa os antigos espaços de: Tesouraria da Fazenda Pública e Gabinete do Chefe de Repartição de Finanças. A parede divisória entre as quadras referidas

foi estruturalmente respeitada, mas aformoseada com o traçado arquitetónico dum "revivalismo" de sugestão árabe - a cultura mais fluentemente documentada, que se desenvolveu no passado, na área territorial do Concelho.

Museu Antoniano

Foi anteriormente a capela de Santo António de Aljezur, construção do séc. XVII. Depois de 1809 passou a servir de habitação, tendo sido, em 1998, aqui instalado um museu alusivo a Santo António. Possui imagens do santo de épocas diferentes, quadros, gravuras antigas, livros, moedas e medalhas, estampas e outras curiosidades relativas ao tema.

Casa museu do Pintor José Cercas

Do acervo da casa do pintor José Cercas (1914-1992), natural desta vila, constam peças de louças nacionais e estrangeiras, faianças, esculturas, arte sacra, valioso mobiliário de várias épocas, quadros e desenhos da sua autoria e outras pinturas de artistas nacionais

Museu de Arte Sacra

Anexo à Igreja da Misericórdia, é um museu de temática religiosa (Arte Sacra), com o espólio da Misericórdia de Aljezur, da Paróquia de Nossa Senhora da Alva e com algumas ofertas e aquisições. O seu patrono é o ilustre aljezurense Monsenhor Cónego Manuel Francisco Pardal (1896/1979).

As peças estão distribuídas por sete vitrinas de acordo com o Tempo Litúrgico da Igreja Católica: Advento, Natal, Tempo Comum, Quaresma e Semana Santa, Páscoa, Pentecostes e Tempo Comum. De destaque é a primeira vitrina que contém objetos pessoais e outros, referentes ao patrono deste museu.

Freguesia do Rogil

Moinho da Arregata

A escassos metros de Rogil, sede de freguesia, encontra-se o Moinho de Arregata. Também aqui é possível observar-se os engenhos e utensílios artesanais de moagem de cereais.

Freguesia de Odeceixe

Moinho de Odeceixe

Localizado no alto da vila de Odeceixe. Em pleno funcionamento, é possível observar-se todo o processo artesanal de moagem de cereais, onde o moleiro vigia a direcção do vento e domina todas as tarefas implícitas na moagem. Também deste local poderá desfrutar de uma magnífica panorâmica sobre o casario branco da vila, sobre a várzea e sobre a serpenteante ribeira de Seixe.

Adega Museu

Este núcleo museológico pretende recriar um espaço de adega, tal como outrora existiam várias nesta zona, sobretudo entre as décadas de vinte e quarenta do século XX. Esta casa desempenhava para o seu proprietário uma função social. Para ela convidava os amigos para a “prova do vinho” e para a “petisqueira”, como nela se podia ultimar um “negócio” ou oferecer a “adiafa” (refeição ou merenda oferecida aos trabalhadores pela conclusão de uma tarefa agrícola ou de uma construção). No seu espólio podem ser observados os utensílios suficientes para o desempenho da atividade.

Freguesia da Bordeira

Museu do Mar da Carrapateira

Localizado na aldeia da Carrapateira, este museu pretende transmitir a vida do mar e de quem dele subsiste, assim como as atividades ligadas à terra, através de audiovisuais e da representação de objetos e utensílios utilizados na lide diária dessas atividades tradicionais.

Anexo XI – Lista dos Recursos de património Arqueológico

Fonte: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2012

Ponta do Castelo – Carrapateira

A localização das estruturas habitacionais, em alta arriba sobranceira ao mar, as suas dimensões, assim como os espólios exumados, indicam terem formado pequeno povoado, provavelmente sazonal, dedicado à exploração dos recursos marinhos. Trata-se de subsistência complementada, consoante as estações do ano, com a agricultura, conduzindo economia agromarítima, ainda frequente na Costa Algarvia na passada centúria.

A pesca e a recolha de mariscos constituíam não só a principal fonte alimentar dos residentes neste povoado mas o peixe, depois de salgado e seco, poderia entrar nos circuitos comerciais, servindo como moeda de troca com diferentes produtos de outras regiões do interior, nomeadamente cereais.

A localização deste assentamento, em promontório, sugere, dadas as más condições habitacionais que proporcionaria, devido aos fortes ventos que se fazem sentir quase todo o ano acompanhados por grande humidade, a função de observatório do mar, talvez tendo em vista a baleação.

O osso de baleia encontrado, quiçá utilizado como banco, poderia ter pertencido a animal ali caçado, pois aquele mamífero marinho, hoje desaparecido do mar do Algarve, era abundante no *Garb al-Andalus*.

O povoado da Ponta do Castelo é o primeiro assentamento de pescadores do período muçulmano a ser investigado no atual território nacional, aguardando-se que o estudo dos testemunhos descobertos constitua contributo para o conhecimento da vida daquelas comunidades, como da herança cultural por elas legada.

Os trabalhos arqueológicos que aqui se vêm desenvolvendo são da responsabilidade científica dos arqueólogos da Universidade Nova de Lisboa, Arquiteto Mário Varela Gomes e Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

Silos Islâmicos - Alcaria e Barrada

Quando em Agosto de 1998, no sítio da Alcaria, freguesia de Aljezur, uma máquina retroescavadora que estava a proceder ao assentamento de tubagens para abastecimento de

água à Zona Sul do Concelho de Aljezur, ao abrir uma vala verificou-se que havia cortado ao meio quatro silos, escavados na rocha calcária, de origem árabe de acordo com os vários fragmentos de cerâmica e telha neles depositados.

Na presença do Presidente da Câmara e Vereadores, foi mandado parar os trabalhos naquele local e com a colaboração de um funcionário municipal que tem acompanhado várias escavações arqueológicas no Concelho, nomeadamente, Corte Cabreira e Castelo de Aljezur, recolheu todo o material cerâmico e outro, nomeadamente ossos e conchas, bem como procedeu à crivagem das terras anteriormente removidas, recolhendo-se ainda mais fragmentos cerâmicos.

Foi contactada pela Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur que fez deslocar ao local dois elementos, tendo posteriormente recolhido e lavado as cerâmicas, verificando tratar-se de material da época muçulmana de acordo com as pinturas patentes em algumas delas.

Contactando o arqueólogo Dr. Luís Barros, este confirmou a importância do achado arqueológico. O achado foi localizado (assinalado) em carta topográfica à Esc: 1:25.000, e procedeu-se à recolha dos materiais com acompanhamento de pessoa idónea.

Silos Islâmicos na Barrada (Aljezur)

Os trabalhos de construção dos acessos à nova Escola Básica Integrada e Jardim de Infância de Aljezur, vieram pôr a descoberto um conjunto de estruturas islâmicas, em grande parte constituídas por silos. As obras para a construção da rotunda destruíram e, ao mesmo tempo, revelaram um conjunto de 9 possíveis silos a que se juntaram outros 5 no topo da plataforma, constituindo um importante conjunto de estruturas. Em 3 delas foi possível recolher parte do enchimento constituído por restos de alimentação (cascas de mexilhões, lapas, ameijoas, berbigão, caramujo, perceves, búzios e caracóis terrestres para além de alguns ossos de coelho e cabra/ovelha ou veado) e vasilhas cerâmicas. Apesar das condições de recolha foi possível verificar que as cerâmicas deitadas para dentro dos silos deveriam corresponder a peças quase completas, a grande maioria de cerâmica comum apresentando pintura e correspondendo às formas caçoila, jarra, taça e cântaro.

Não é possível ainda com precisão datar os materiais ainda que os mesmos devam ser dos séculos XI/XII, sendo obviamente os silos de data anterior.

A intervenção efetuada pela Associação sob a orientação do arqueólogo Luís Barros, colaborador da Associação, contou com a participação de associados, professores e alunos

da Escola EB E/JI de Aljezur e do Clube de Arqueologia com o apoio da Câmara Municipal de Aljezur, porque os silos se situam em terrenos de vários proprietários e, porque não foi autorizado até hoje a continuação dos trabalhos arqueológicos, os mesmos encontram-se suspensos, não permitindo assim fazer relatório completo sem o estudo do espólio recolhido, facto que esta Associação lamenta profundamente.

Torre Atalaia - Odeceixe

Para quem sai de Odeceixe e segue pela estrada que nos leva pelo interior da Freguesia, até Zambujeira da Serra, serpenteando a Ribeira de Seixe, percorridos cerca de 5Km, encontra-se um caminho à direita. Seguindo por este e percorridos cerca de 1Km localizam-se as estruturas de uma possível torre. Os topónimos nas imediações do local são elucidativos: Vale da Torre de Cima, Porto da Torre e Porto das Pedras.

Foi localizada pelos investigadores da prospeção arqueológica de 1988 e está referenciada nas cartas do IPA e SEC/1989, havendo referências que será do Período Islâmico. A pedido da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, em 2005 a Junta de Freguesia de Odeceixe procedeu a uma desmatação da densa vegetação que cobria totalmente o local, pondo a descoberto estrutura de forma circular, com alguns muros no interior. Este sítio foi visitado, em Agosto de 2005, pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes, Vereador da Cultura do Município de Aljezur e Presidente da Associação, tendo-se concluído que só uma limpeza das camadas de folhas secas que cobrem todas as estruturas, bem como o desbaste da vegetação circundante, se conseguirá compreender melhor qual a origem e função do monumento. Este trabalho decorreu em Agosto de 2006, com acompanhamento arqueológico e apoio da Junta de Freguesia de Odeceixe, Município de Aljezur, bem como desta Associação.

Trabalhos arqueológicos realizados no local em 2007/2008, puseram a descoberto alguns troços de muralha, compartimentos interiores, uma segunda torre adoçada à primeira e alguns espólio.

Apesar de nos meses de Verão se armar, frente à Praia da Arrifana, uma armação de pesca, só no reinado de Filipe III (1635) aí se mandou levantar um Forte para defesa dos pescadores, da praia e enseada, sendo Governador e Capitão-Mor do Reino do Algarve, D. Gonçalo Coutinho.

Com o passar dos anos, o forte foi-se progressivamente destruindo, sobretudo devido à ação do tempo e das águas do mar nas marés vivas. Reedificado em 1670, foi em 1755 atingido pelo grande terramoto, tendo ficado profundamente danificado. Autêntico miradouro natural, daqui poderá desfrutar de uma das mais belas panorâmicas da Costa Vicentina.

Ruínas da Fortaleza da Arrifana – Mandada construir em 1635 por D. Gonçalo Coutinho, Governador do Reino do Algarve, assume a sua função de defesa da orla costeira do ocidente algarvio. Em 1670 a fortaleza é reedificada pela Conde de Val de Reis D. Nuno da Mendonça, Governador e Capitão-General do Reino do Algarve. Sobre a porta de entrada estava colocada uma lápide onde constava a data de construção da fortaleza, bem como um Escudo Nacional e o Brasão dos Coutinhos.

Ficou muito arruinada pelo terramoto de 1755, por alterosas vagas que se seguiram ao violento sismo chegando a atingir trinta braças de altura, tendo ao longo dos séculos sido alvo de várias obras de beneficiação e restauro.

Abandonada há muito tempo, em 20 de Abril de 1940 deixou de ser considerada Fortificação Militar.

O que resta da Fortaleza da Arrifana, encontra-se em avanço estado de ruína, não está classificado, nem em vias de classificação.

Não tem interesse militar, nem tem interesse histórico relevante a nível nacional, devido ao pouco valor patrimonial, resta-lhes a memória da história e dos nossos antepassados que urge preservar localmente, tendo em vista o local ser um miradouro natural por excelência. Para trás ficam os áureos tempos de glória, o Forte devidamente artilhado com duas peças de artilharia e guarnição própria, com casa da guarda, camarata e paiol à prova de bomba, parada dos soldados e desfiladeiro com acesso à zona da bateria.

Ribat da Arrifana

Os trabalhos arqueológicos que têm vindo a decorrer na Ponta da Atalaia em Aljezur, puseram a descoberto o *Ribat* da Arrifana, que, segundo documentos desde o Séc. XII, indicam a sua localização no Ocidente Peninsular, mais propriamente na Costa de Aljezur.

O *Ribat*, único até hoje conhecido no nosso País e o segundo da Península Ibérica, é um convento-fortaleza, constituído por uma sucessão de mesquitas com oratórios (mirab),

onde os monges-guerreiros faziam as suas orações, assim como, dependências destinadas, tanto aos monges como aos peregrinos.

Este convento – fortaleza teria sido mandado edificar pelo mestre Sufi Ibn Qasi, cerca de 1125 e foi abandonado em 1151, com a morte do seu fundador.

É um local mítico do património histórico-cultural do Al-Andalus, cuja identificação só agora foi possível fazer. O *Ribat* da Arrifana traduz, de modo exemplar o pensamento religioso de Ibn Qasi, dada a sua localização junto ao mar.

Na extremidade da Ponta da Atalaia, escavou-se, talvez, a mais importante mesquita deste complexo religioso do Séc. XII. Trata-se de um espaço murado, integrando muro de orações e minarete, torre de onde os fiéis eram chamados, pelo menos cinco vezes ao dia, às orações.

Durante os trabalhos arqueológicos tem sido encontrado diverso espólio, nomeadamente cerâmicas de vários usos, artefactos metálicos, caixa amuleto com decoração, etc.

O *Ribat* da Arrifana ocupa vasta área da atual Ponta da Atalaia, estando o mesmo a despertar a atenção de vários historiadores, que têm visitado o local e acompanhado os trabalhos arqueológicos. Os referidos trabalhos têm vindo a decorrer sob a responsabilidade científica dos professores Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, com o apoio da Câmara Municipal de Aljezur e da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur.

O *Ribat* da Arrifana é hoje um dos mais importantes casos de arqueologia Ibérica e Europeia, sendo para Aljezur um marco importantíssimo do seu património histórico e cultural que urge promover, desenvolver e salvaguardar. O da Arrifana encontra-se presentemente em processo de classificação pelo IGESPAR, I.P.

Próximo do Vale da Telha, o *Ribat* da Arrifana, convento-fortaleza fundado pelo mestre sufi Ibn Qasî, cerca de 1130, foi erguido na Ponta da Atalaia e servia durante a longa ocupação árabe como um misto de centro religioso e militar.

Escavações arqueológicas levadas a efeito puseram a descoberto um conjunto de mesquitas e de oratórios, de diferentes constituições e dimensões, continuando ainda os trabalhos por equipas de arqueólogos. Estamos perante o que resta de um dos maiores *Ribats* jamais encontrados na Península Ibérica.

Em particular, mantêm-se extremamente bem conservados os espaços consagrados às orações a Alá, virados para Meca.

Necrópole de Vale da Telha

Em plena urbanização turística do Vale da Telha, foi posta a descoberto, em Agosto de 2006, necrópole da Idade do Bronze (1800-1200 a.C.).

Os trabalhos decorreram com o apoio do Município de Aljezur, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. Sob a responsabilidade científica do arqueólogo Mário Varela Gomes.

Este importante achado arqueológico, constituído por 18 sepulturas formadas por lajes de xisto ou de arenito, em forma de caixa e cobertas de pedras e terra, constitui significativo contributo para melhorar e compreender, e explicar, a história dos povos que viveram na área do concelho de Aljezur.

Do espólio recolhido constam vários recipientes de cerâmica, dois artefactos de cobre ou bronze (ponta de punhal e alfinete) e peças de pedra (contas de colar, braçal de arqueiro), tendo sido encontrado esqueleto de adulto, quase completo, o que é bastante raro em necrópoles do mesmo período.

Junto à necrópole localizou-se o povoado, podendo afirmar-se que aquela comunidade vivia da agricultura, da pastorícia e, ainda, da mineração, de cobre e, talvez, de ouro e prata, não desprezando os recursos proporcionados pelo mar (recollecção de mariscos, pesca, sal). Foi solicitada superiormente a classificação oficial da necrópole, pensando a Associação de Defesa do Património e o Município de Aljezur, integrá-la em Circuito Arqueológico, contando com outros sítios arqueológicos existentes na zona, a criar num futuro próximo.

Necrópole do Corte Cabreira

A Necrópole do Corte Cabreira, situa-se no cabeço da Igrejinha, a cerca de 7Km de Aljezur, numa zona de xistos argilosos negros e argilitos negros. Escavações levadas a efeito nos anos 1990 e 1991, sob a responsabilidade da Dr.^a Teresa Gamito docente da Universidade do Algarve, vieram a revelar e identificar a necrópole da Idade do Bronze que parece situar-se em cerca de 1200 a.C., não devendo ultrapassar o milénio. Verificou-se a existência de duas fileiras de cistas, geralmente rectangulares e dispostas em ciclo em torno de dois grandes túmulos quadrangulares centrais, igualmente construídos em . Os rituais funerários sugerem a adoção de incineração e à superfície das sepulturas foram

encontrados alguns fragmentos de cerâmica atípica, de feitura manual, apontando alguns recipientes que eram utilizados no final do enterramento e ali abandonado.

Verificou-se ainda a existência de uma a cerca de 50m da necrópole da Idade do Bronze, implantada num pequeno cabeço arredondado com cerca de 15m de diâmetro. Este sepulcro megalítico, identificado em Junho de 1990, é constituído por uma câmara subcircular, com cerca de 3m de diâmetro constituída por lajes de xisto cuidadosamente ajustadas, colocadas quase na vertical, mas com uma ligeira inclinação para o exterior e por um corredor com cerca de 2,5m de comprimento e 0,8m de largura.

Poderá ter sido utilizado, muito possivelmente durante o 2.º milénio a.C., correspondendo assim a um Calcolítico Final, ou já a um Bronze Antigo/Médio. Hoje, a grande maioria das peças aqui encontradas, encontram-se expostas e à disposição da fruição do público, no Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal.

Castelo de Aljezur

A sua construção é atribuída aos árabes que o terão edificado no início do Séc. X, no entanto, escavações arqueológicas levadas a efeito no final da década de noventa do Século passado, apontam para uma ocupação mais tardia com uma cronologia datada desde a Idade do Bronze Final até à Idade Moderna.

A fortificação atualmente existente apresenta uma planta poligonal, que remonta ao início da segunda fase do período almóada (Séculos XII-XIII) com a entrada, virada a nascente, defendida por um bastião de planta circular. O extremo oposto ostenta uma torre de planta retangular. No interior da fortificação observa-se uma cisterna (algibe) da planta retangular e cuidada construção.

Durante o período pós-muçulmano foram edificados, ao longo e encostados às muralhas, compartimentos de planta retangular e trapezoidal, correspondentes a provável aquartelamento, o que lhe detém funções essencialmente militares.

Para além dos aspetos relacionados com as suas origens e fins, destaca-se a magnífica vista panorâmica que proporciona.

O Castelo de Aljezur é monumento classificado do Interesse Público, pelo Dec. Lei N.º 129/77 de 29 de Setembro. Em 2008 o Castelo de Aljezur foi alvo de obras de restauro e consolidação, tendo sido colocado um portão em aço inoxidável na entrada e uma porta do mesmo metal na cisterna. Estas obras mereceram da parte da Associação algumas críticas.

Também o talude norte do cerro do inúmeros artefactos do período muçulmano, bem como a localização dos dois silos no seu interior.

O Castelo de Aljezur foi conquistado em 1249, sendo o último reduto árabe a se render às forças cristã, comandadas por D. Paio Peres Correia no reinado de D. Afonso III. Após a sua conquista foi doado à Ordem Militar de Santiago.

Castelo foi alvo de obras de sustentação no ano de 2006. O Castelo de Aljezur está classificado como Imóvel de Interesse Público conforme Dec. Lei n.º 129/97 de 29 de Setembro.

Monumento Nacional. Erguido pelos árabes no séc. X e tomado aos mouros no séc. XIII foi o último castelo a ser conquistado no Algarve. Embora em mau estado de conservação, mantém a sua cerca de muralhas (séc. XIV) e duas torres. Daqui desfruta-se de uma magnífica vista panorâmica: a nascente sobre a imensa várzea de Aljezur e sobre a zona da Igreja Nova, e a poente sobre o Vale D. Sancho, onde outrora se cultivava o arroz.

Fonte das Mentiras – Situada à beira do caminho, na base do contraforte oeste do cerro do castelo, é poeticamente um lugar de conjuntura arqueológica e histórica e tema de variadas lendas. É que a fonte, defendem, através de uma passagem subterrânea comunica com o castelo e ali se escondera uma bela moura, amada por um cristão, aquando da conquista da vila.

Anexo XII- Recursos Património Religioso

Fonte: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2012

Igreja da Misericórdia – Edificada no século XVI, ficou danificada pelo terramoto de 1755, pelo que foi reconstruída no século XVIII. Possui um singelo portal renascentista, que ostenta a data de 1577. Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, o seu interior é também de uma grande simplicidade, com uma só nave e um pequeno e simples arco triunfal (Renascença).

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Alva ou Igreja Nova – Localizada no aglomerado urbano da vila de Aljezur denominado de Igreja Nova, foi erigida nos finais do séc. XVIII. O interior, de três naves, apresenta o retábulo da Capela-Mor em talha neoclássica (1809), ostentando a imagem da padroeira de Aljezur, Nossa Senhora da Alva.

Localizada no aglomerado urbano da vila denominado de Igreja Nova, é dos finais do século XVIII e foi construída por édito do Bispo D. Francisco Gomes de Avelar, vindo substituir a primitiva Matriz edificada após a Reconquista Cristã, na segunda parte do Século XIII, arruinada após o terramoto de 1755, ficando então “em deplorável estado, inteiramente demolida e arruinada até aos alicerces”.

Possui um interior de três naves, encerra no tecto da nave central, esculpida em madeira, uma enorme estrela, apoiada numa coroa circular dourada com a inscrição: “Stella Matutina”. O Retábulo da Capela-Mor em talha neo-clássica (1809) constitui um dos melhores exemplares do Algarve.

A Igreja Matriz contém um interessante acervo da imaginária religiosa, na sua maioria em madeira, composto por doze exemplares. Destaca-se a imagem da Padroeira (Nossa Senhora de Alva) e a imagem de S. Sebastião (outrora pertencente ao altar da Igreja de S. Sebastião, situada a sul da vila e destruída pelo terramoto de 1755).

O Espólio pictórico que exhibe é constituído por sete telas que representam respetivamente S. Pedro, S. Paulo, N.^a Senhora do Patrocínio, O Senhor com a Cruz, o Bispo S. Marçal, o mártir S. Sebastião e a Salvação das Almas do Purgatório, pintura sobre madeira de Estilo Maneirista.

Esta igreja cuja construção teve início em 21 de Setembro de 1795, foi solenemente Dedicada em 10 de Setembro de 1809, comemorando-se este ano o seu segundo Centenário.

Igreja Paroquial de Odeceixe – Construída no século XIX foi inaugurada em 1880. A padroeira é Nossa Senhora da Piedade e pertencida ao padroado da Ordem de Santiago. A arquitetura é de uma grande simplicidade, destacando-se no interior, um equilibrado arco triunfal de estilo manuelino. Capela-mor em estilo neoclássico.

Pelo que se pode ler a Igreja Paroquial de Odeceixe é anterior a 1517. O Arco Triunfal que recentemente foi posto a descoberto, muito veio valorizar o templo que possui ainda uma belíssima Pia Batismal de estilo manuelino de forma heptagonal.

Esta Igreja foi restaurada em 1880, tendo recentemente sido alvo de obras de consolidação e restauro. Possui várias imagens, paramentos e torre sineira, que sobressai sobre o casario da vila.

Anexo XIII – Lista de Alojamentos do concelho de Aljezur

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

Estabelecimentos Hoteleiros	Hotel Vale da Telha Hotel Alcatruz Vicentina Aparthotel Pousada da Juventude da Arrifana Albergaria Paisagem Oceano (em reconversão de tipologia) Amazigh Aljezur Hostel Hospedaria o Palazim Casa de hóspedes A Lareira Casa bambou
Turismo no Espaço Rural	Casa do Canal Herdade Monte do Sol Retiro do Mocho Carpe Vita Monte da Xara Quinta das Andorinhas Quinta do Pero Vicente Casa Vicentina Monte João Roupeiro Muxima Monte Velho

	Barranco da Fonte Casas do Moinho Monte da Vilarinha
Parques de Campismo	Parque de Campismo do Serrão

Anexo XIV - Percurso Cultural da Vila de Aljezur

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

Âmbito: cultural

Tipo: pedestre

Ponto de partida e de chegada: Posto de Turismo de Aljezur

Distância: 3,6 km

Duração: 3 h

Grau de dificuldade: fácil

Época aconselhada: todo o ano, no entanto, em época de chuvas, a secção do percurso em terra batida, que contorna o perímetro urbano, pode encontrar-se em mau estado, dificultando a sua utilização.

Ponto de Partida: Posto de Turismo de Aljezur (junto ao Mercado Municipal)

Descrição do Percurso

Estando de frente para o Posto de Turismo de Aljezur, siga pela esquerda, junto à margem da ribeira de Aljezur, até à pequena ponte de passagem de peões.

Junto a esta ponte aprecie um painel em azulejos pintados à mão, onde se pode observar uma vista geral da zona histórica da vila de Aljezur, com as indicações dos locais de interesse histórico-cultural a visitar. Atravesse a referida ponte, vire na primeira rua à direita e siga pela mesma que o levará até ao Largo 5 de Outubro.

Largo 5 de Outubro. Do miradouro à sua direita desfruta de uma bonita panorâmica da zona da Igreja Nova, núcleo urbano mais recente, que se desenvolve em torno do principal templo religioso da vila de Aljezur, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Alva. À sua

esquerda encontra o edifício do Museu Municipal (século XIX). Aproveite para visitá-lo. Antigo edifício dos Paços do Concelho, passou a desempenhar a função de museu após transferência dos serviços camarários para a outra margem da ribeira de Aljezur. É composto por uma galeria de arte para exposições temporárias e por dois núcleos museológicos: um dedicado à arqueologia, com importantes vestígios arqueológicos encontrados no concelho atribuídos a diferentes períodos históricos (desde o período mireense, do final da Idade Glaciária – 7000 anos a.C., passando pelo período Neolítico final/Calcolítico, pelo longo período de ocupação islâmica, pós Reconquista Cristã, até ao séc. XVIII) e o outro dedicado à etnografia, apresentando diversos e interessantes instrumentos utilizados nas lides diárias da população rural, assim como a representação de um quarto e de uma cozinha tradicionais.

Seguindo o percurso e voltando à esquerda encontra uma rua muito íngreme com a Igreja da Misericórdia no seu topo.

Igreja da Misericórdia. Edificada no século XVI e reconstruída no século XVIII, possui um portal renascentista e uma torre sineira do mesmo século. O interior de uma só nave é de grande simplicidade. Anexo a esta igreja, o Museu de Arte Sacra, dedicado ao ilustre aljezurenses Monsenhor Cónego Manuel Francisco Pardal, apresenta um valioso espólio com diversas alfaias religiosas de várias épocas, pertença da Misericórdia local e da Paróquia de Nossa Senhora da Alva.

Após ter visitado a Igreja da Misericórdia, desça um pouco a rua íngreme que subiu anteriormente e vire na primeira à direita. Percorra-a até encontrar à sua esquerda a Rua de Santo António, pequena ruela onde se localiza o Museu Antoniano.

Museu Antoniano. Outrora Capela de Santo António, construção do século XVII, este edifício, recentemente restaurado, alberga um vasto espólio temático dedicado a Santo António, destacando-se imagens do santo de épocas diferentes, quadros, gravuras antigas, livros, moedas e medalhas relativas ao tema. Depois desta visita, prossiga pela rua anterior (Rua do Castelo), onde encontra, cerca de 20 metros mais adiante, à direita, uma discreta placa na parede com a indicação “Casa-Museu Pintor José Cercas”. Merece uma visita.

Casa-Museu Pintor José Cercas. Por testamento lavrado em 1990, o Pintor José Cercas (1914-1992), natural desta vila, legou à Câmara Municipal a sua casa e todo o seu espólio, com a condição de a autarquia criar uma Casa-Museu com o seu nome. Do acervo desta Casa-Museu constam peças de louças nacionais e estrangeiras, faianças, esculturas, arte sacra, valioso mobiliário de várias épocas, quadros e desenhos da sua autoria e outras

pinturas de artistas nacionais. Continuando o percurso, vire na segunda ruela à direita, suba-a e vire na próxima à esquerda. Continue por essa rua principal que o levará até ao Castelo de Aljezur.

Castelo de Aljezur. Monumento Nacional, o castelo de Aljezur, fundado no século X pelos árabes, durante o período da ocupação muçulmana do Algarve, foi tomado pelos cristãos, comandados por D. Paio Peres Correia, em 1249. Consta que foi o último castelo a ser conquistado no Algarve, durante o reinado de D. Afonso III. Embora já bastante degradado, ainda mantém a sua cerca de muralhas (século XIV) e duas torres.

Agora faça uma pausa e desfrute de uma magnífica panorâmica a Nascente sobre a vila e várzea de Aljezur, e sobre a sucessão de colinas que representam os contrafortes da serra de Monchique. A Poente, aprecie o Vale D. Sancho, onde outrora existiram magníficos arrozais, e ao fundo o mar a espreitar na Praia da Amoreira.

Continuando o percurso, saia do Castelo, contorne-o tomando a estrada alcatroada que passa a Poente do mesmo e desça cerca de 200 m. Encontrará uma bifurcação. Vire à direita descendo esse caminho em terra batida até ao sopé do cerro do castelo. Quando chegar ao fim, vire novamente à direita e cerca de alguns metros mais adiante, encontrará também à direita a Fonte das Mentiras.

Fonte das Mentiras. Considerada um lugar de conjuntura arqueológica e histórica e tema de variadas lendas, há quem defenda que a Fonte das Mentiras comunica com o castelo através de uma passagem subterrânea, e que ali se escondera uma bela moura, amada por um cristão, aquando da conquista da vila. Siga o percurso pelo mesmo caminho, com a Ribeira de Aljezur por perto, observando a sua galeria ripícola.

Irá agora deparar-se com uma bifurcação, na qual deverá seguir o caminho da direita, que o levará à parte de trás da Igreja da Misericórdia. Entre novamente na vila e vire na primeira rua à sua esquerda (Rua do Forte). No final desta rua, siga pela Rua da Boavista, que se situa do lado esquerdo, e no final da mesma siga o caminho da direita. Aí aprecie o bonito Miradouro Serro do Forte com vista sobre a vila de um lado e sobre o Vale D. Sancho do outro lado. Inicie a descida até à Rua do Norte, na primeira bifurcação volte à esquerda. Continue a descida até à Rua César Viriato França. Agora volte à esquerda e siga em frente. Irá cruzar a Ribeira de Aljezur, por uma ponte de pedra. Na ponte, à direita, é possível observar-se a confluência de duas ribeiras, a de Aljezur e a das Cercas, que seguem em direção ao mar, desaguando na Praia da Amoreira. Passando a ponte encontra, também à direita, um Parque de Merendas. Tirando partido do mesmo, aproveite para

descansar um pouco. Repare no painel dedicado à Mondadeira, alusivo à atividade que se exercia nas décadas de 30 a 50 do século XX, nos arrozais localizados no Vale D. Sancho. Retome a caminhada voltando no primeiro caminho à direita, logo após o Parque de Merendas. Acompanhando a Ribeira de Aljezur, aprecie a vista proporcionada pelo casario que se estende pela encosta do cerro denominado de Cabeças, topónimo alusivo à lenda da conquista do Castelo de Aljezur. Chegará agora ao Largo do Mercado e ao Posto de Turismo, finalizando aqui o percurso.

Anexo XV - Percurso Cultural da Vila de Odeceixe

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

Âmbito: cultural

Tipo: pedestre

Ponto de partida e de chegada: Largo 1º de Maio – Odeceixe

Distância: 1 km

Duração: 1 h

Grau de dificuldade: fácil

Descrição do Percurso

Este percurso desenvolve-se pela malha urbana da vila de Odeceixe, iniciando-se no Largo 1º de Maio, o centro da vila e local de convívio entre gentes locais e muitos turistas que por aqui passam. A partir daqui tome a Rua das Amoreiras. Suba-a e, escassos metros à esquerda, tome a Rua do Gabão. No final desta rua encontrará um pequeno largo (Largo dos Bombeiros) que dá acesso à Rua da Igreja.

Rua da Igreja. Aqui poderá apreciar, no nº 8, uma Porta Manuelina. Chegando ao final desta rua deparar-se-á com a Igreja Paroquial de Odeceixe, local de visita obrigatória.

Igreja Paroquial de Odeceixe. Construída na época medieval, reconstruída no primeiro quartel do século XVI e remodelada nos finais do século XIX (1880). Da arquitectura deste imóvel é de reter a simplicidade do interior e o seu arco triunfal (estilo Manuelino 1517). Possui capela-mor neoclássica, uma pia baptismal de forma hexagonal

do mesmo estilo e ainda a imagem de Nossa Senhora da Piedade (séc. XVII) como padroeira.

Depois de uma visita à Igreja, o percurso continua pela Travessa das Camélias, uma escadaria localizada junto ao muro de frente para a fachada principal. Ao longo desta escadaria encontrará ruas transversais à mesma, que, tal como esta, apresentam topónimos curiosos: Rua da Flor, Rua das Violetas... Aproveite para apreciar a arquitectura local, casas térreas tradicionais, com vãos cercados por barras de cor azul ou amarela, algumas ainda antigas, outras já de construção recente, mas respeitando na maior parte dos casos a tipologia tradicional.

A escadaria da Travessa das Camélias conflui com a Rua das Camélias. Siga então pela sua direita até à Rua 25 de Abril. Aqui, vire à esquerda e suba em direcção ao Moinho. Até lá continue a apreciar a arquitectura tradicional da Vila de Odeceixe.

Já no Moinho, se as condições do vento assim o permitirem, não deixe de assistir a uma demonstração sobre o seu funcionamento e sobre as técnicas implícitas na moagem dos cereais. A paisagem que daqui é proporcionada sobre a vila, sobre a várzea e sobre a Ribeira de Seixe, a serpentear até à praia, é magnífica.

Terminada a visita ao Moinho, retome a Rua 25 de Abril, descendo alguns metros até encontrar à sua direita uma azinhaga em escadaria, curiosamente denominada Rua do Desvio. Ao longo da descida desta azinhaga, vislumbre mais uma vez a vista sobre Odeceixe e a vegetação envolvente. Esta ruela típica desemboca na Rua 25 de Abril. Siga então pela sua direita até quase ao final desta rua e de seguida contorne pela esquerda para a Rua Nova, que o levará novamente à baixa de Odeceixe. Ainda nesta rua aproveite para visitar a Adega-Museu (porta nº 32).

Adega-Museu de Odeceixe. Este núcleo museológico pretende recriar um espaço de adega, tal como outrora existiam várias nesta zona, sobretudo entre as décadas de vinte e quarenta do século XX. Esta casa desempenhava para o seu proprietário uma função social. Para ela convidava os amigos para a “prova do vinho” e para a “petisqueira”, como nela se podia ultimar um “negócio” ou oferecer a “adiafa” (refeição ou merenda oferecida aos trabalhadores pela conclusão de uma tarefa agrícola ou de uma construção). No seu espólio podem ser observados os utensílios suficientes para o desempenho da atividade de produção do vinho.

Alguns metros à frente encontra uma bifurcação. Se seguir em frente e alguns metros mais adiante virar à esquerda, chegará ao ponto de partida deste percurso, o Largo 1º de Maio.

No entanto, se pretender realizar umas compras, opte pela rua à sua direita, que o encaminhará ao Largo do Povo, onde se localizam, entre outros, o Mercado, a Junta de Freguesia e um banco.

Anexo XVI - Percurso Cultural da Aldeia da Carrapateira

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

Âmbito: cultural

Tipo: pedestre

Ponto de partida e de chegada: Largo do Mercado - Carrapateira

Distância: 1,2 km

Duração: 1h

Grau de dificuldade: fácil

Ponto de Partida: Largo do Mercado

Descrição do Percurso

Inicie o percurso no Largo do Mercado da Carrapateira (Largo do Comércio). Este é o largo principal da aldeia onde se reúnem gentes locais, turistas, visitantes, muitos deles surfistas oriundos dos quatro cantos do mundo.

De costas para o anfiteatro siga pela rua à sua esquerda. Suba-a e prossiga até chegar a um pequeno largo – Largo das Festas, contorne o largo pela esquerda e continue até à Fortaleza da Carrapateira, virando à direita na Travessa 16 de Novembro.

A Fortaleza foi construída para defesa da costa contra os corsários oriundos do Norte de África. O forte que envolve a Igreja da Carrapateira constitui um interessante exemplo de arquitetura militar do século XVII. A sua reconstrução após o terramoto de 1755, época em

que deixou de funcionar enquanto fortaleza, alterou o seu aspeto que originalmente era marcado pelos baluartes existentes em cada um dos seus cantos.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Igreja do Período Manuelino edificada no século XVI. As suas formas e texturas, as suas proporções e elementos construtivos revelam características arquitetónicas de feição popular, no entanto, o seu interior revela um discurso mais erudito manifestado nas tábuas Maneiristas e na pia baptismal com capitel Manuelino.

Daqui aprecie a magnífica vista sobre as dunas e a Praia da Bordeira, assim como a várzea verdejante que circunda as margens da Ribeira da Bordeira.

Desça agora a pequena escadaria que deu acesso à igreja e vire na primeira à esquerda. Encontrará de imediato umas escadas que o conduzirão até uma ruela, onde poderá visualizar, ao longo da mesma, as dunas consolidadas no Pontal da Carrapateira. Sob algumas das dunas estabilizadas surgem campos de fósseis vegetais, do tipo de concreção, com elevado interesse científico (Ramalho, 1995). É possível observar uma significativa diversidade geológica nesta faixa costeira, devido ao forte enrugamento, atividade tectónica e erosão.

Suba pela Rua do Pescador até encontrar o Museu do Mar e da Terra. Este museu apresenta a problemática da inserção das atividades tradicionais no devir das comunidades locais, gentes de terra e de mar. Pretende assim transmitir a vida do mar e de quem dele depende, assim como as atividades relacionadas com a terra, através de audiovisuais e da representação de objetos e utensílios utilizados nessas atividades.

Depois de uma visita ao Museu, deverá seguir o caminho à sua direita, até chegar a uma estrada de terra batida. Siga essa mesma estrada e vire na primeira à direita, subindo uma pequena estrada que o levará até ao Depósito da Água. A partir deste ponto poderá ter uma visão geral do contexto físico em que se insere a Carrapateira, transmitida pelos elementos que pontuam o perfil do aglomerado.

O declive condiciona fortemente a estrutura de ocupação do aglomerado, o qual se desenvolve segundo as curvas de nível, o que resultou na definição de um traçado urbano irregular. O crescimento do aglomerado tem-se processado a partir das cotas mais baixas, onde dominam as construções tradicionais, para as cotas mais altas, ocupadas por edifícios de construção corrente. Os telhados de uma só água que originalmente cobriam uniformemente toda a encosta, acompanhando o acentuado declive dos cerros constituem um dos aspetos mais característicos da imagem da aldeia, assim como os processos

construtivos utilizados: alvenaria de xisto, alvenaria de xisto no embasamento da construção, como forma de regularização do afloramento rochoso e taipa cujas camadas assentam em fiadas de pedra de xisto na zona superior das paredes (Plano de Intervenção das Aldeias do Algarve, 2003).

Em jeito de curiosidade, ao largo do Pontal da Carrapateira encontra-se naufragado junto à praia da Bordeira, o navio La Condessa.

Ao descer a encosta irá encontrar a Rua Alegre, no entanto, deverá avançar até ingressar na Rua da Boavista. No fim desta, opte pela rua à sua esquerda – Rua dos Quintais. Se seguir em frente irá ter ao centro urbano. É um centro recente, que se encontrava ainda por construir nos anos 70. Em virtude da expansão da aldeia para Poente, a Estrada Nacional assume, hoje, um papel dominante na estrutura do aglomerado, fazendo parte integrante deste.

Anexo XVII - Roteiro de Arte Manuelina

Fonte: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2012

Com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, a antiga Igreja Matriz de Aljezur, caiu ficando de pé somente a tribuna da Capela-mor, conforme informação do Prior de Aljezur, Padre Martinho Pereira da Silva na Memória Paroquial de 1758.

Como afirma Raúl Proença, no seu Guia de Portugal de 1924, “*Raro será o concelho onde se não encontra janela ou porta a testar a passagem da Arte Manuelina*”. Apesar da Igreja de Santa Maria da Alva, ser de origem medieval, no reinado de D. Manuel I, houve profundas reformas, conforme se poderá verificar pelas várias Visitações da Ordem de Santiago, durante o século XVI, particularmente a Visitação de 12 de Dezembro de 1517.

Assim a sede do Concelho perdeu o seu rico património manuelino, restando apenas a Pia Batismal dessa época, que se encontra na atual Igreja Matriz de Aljezur, além do fuste e base do antigo Pelourinho que se encontra atualmente no Museu Municipal de Aljezur, restando ainda alguns elementos do referido estilo, na Galeria Municipal e no Núcleo Arqueológico.

Na freguesia de Odeceixe, na atual Igreja de Nossa Senhora da Piedade, conforme Visitação de 1526, também nessa época a referida Igreja sofreu profundas reformas conforme relato da citada Visitação.

Além do Arco Triunfal, posto a descoberto recentemente e devidamente tratado, que muito valorizou aquele templo, existe ainda uma bela Pia Batismal de forma heptagonal, certamente com significado simbólico.

Existe ainda na sede desta freguesia, uma porta da mesma época na Rua da Igreja nº. 8. Passando à freguesia da Bordeira, encontramos no antigo cemitério contíguo à Igreja Matriz, uma bela porta manuelina, o mais belo exemplar do manuelino existente no Concelho de Aljezur, executada em pedra mármore.

Na povoação da Carrapateira, antiga freguesia extinta em 1898, é onde se encontra uma maior representação da Arte Manuelina no Concelho.

A porta principal e lateral da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Pia Batismal e uma pia de água benta, junto à porta lateral.

Existem ainda outras peças da Arte Manuelina, nomeadamente na Igreja de Nossa Senhora de Alva, Câmara Municipal de Aljezur e Museu de Arte Sacra Mons. Manuel Francisco Pardal, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur.

Anexo XVIII - Circuito histórico-cultural e ambiental de Aljezur

Fonte: Câmara Municipal de Aljezur, 2012

O Município de Aljezur tem em curso um projeto de criação de circuito histórico-cultural e ambiental abrangendo a zona histórica da Vila de Aljezur o qual pretende a recuperação e refuncionalização de circuito pedonal, melhorando e ampliando o existente no núcleo histórico da Vila de Aljezur, prevendo-se a criação de novas valências, até agora inexistentes, ligadas à presença islâmica e à interpretação do meio natural envolvente.

Os inúmeros trabalhos de investigação histórico-arqueológicos realizados nos últimos anos no concelho põem em evidência esta marcada presença do islamismo em Aljezur, a qual se pretende agora tornar mais conhecida e visitável através da instalação de um Núcleo Islâmico em Aljezur, reconvertendo a atual galeria de exposições temporárias no Museu Municipal, e a identificação e interpretação dos padrões do antigo Porto de Aljezur e da sua envolvente ambiental, a Ribeira de Aljezur.

Ao nível da melhoria do percurso, encontram-se em curso obras de remodelação do espaço urbano da vila, as quais visam a reconstituição da autenticidade de troços no núcleo histórico que se encontram descaracterizados e/ou degradados, designadamente a recuperação/colocação de troços de calçada antiga, colocação de luminárias tipo antigo e recuperação dos edifícios da rede de museus - Museu Municipal, Museu Antoniano e Casa

Museu Pintor José Cercas. Em certos troços foram ainda realizadas obras de remodelação da rede elétrica, com colocação de cabos elétricos subterrâneos, tendo-se procedido à substituição de condutas de abastecimento de água e colocação de esgotos para águas pluviais.

Prevê-se ainda a criação de condições para a visita auto-guiada ao longo de cerca dos 4 km do percurso, através da colocação de sinalética de orientação, interpretativa e informativa destacando os principais elementos históricos e ambientais. Este percurso encontra-se já devidamente registado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal como Pequena Rota, a primeira a homologar no concelho.

A aquisição de áudio-guias para auxílio à interpretação e condução dos visitantes no percurso constitui um aspeto inovador, prevendo-se também a dedicação a um público mais novo, com guiões de acompanhamento próprios para as crianças.

De destacar as diversas valias ambientais previstas, nomeadamente a criação de medidas de eficiência energética na rede de museus e a colocação de candeeiros de iluminação pública com regulador de fluxo energético, a utilização de materiais de baixo impacto ambiental e a criação de programa de educação ambiental associado ao circuito e ao seu património.

Ao nível da promoção, prevê-se a criação de desdobrável de campo e de guia, a produção de documentário vídeo/dvd, pretendendo-se a integração do circuito em redes de promoção de oferta de serviços/produtos turísticos e culturais/ambientais da região, assim como a realização de sessões para a população e agentes socioeconómicos. O projeto, a concluir até ao final de 2012, tem o financiamento do PRODER/GAL ADERE (Medida 3.2.1 Valorização e Conservação do Património Rural), num investimento total superior a 200.000€ e integra diversas parcerias locais e regionais, designadamente Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Direção Regional da Cultura do Algarve, Turismo do Algarve, Administração da Região Hidrográfica do Algarve, Casas Brancas – Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina, Agrupamento Vertical de Escolas de Aljezur e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade – PNSACV.

Anexo XIX - Análise SWOT, Avaliação Global da sustentabilidade

Fonte: Agenda XXI Aljezur, 2012

Diagnóstico para a Sustentabilidade	
Avaliação Global da Sustentabilidade	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Taxa de crescimento migratório positivo; ✓ Redução da taxa de abandono escolar; ✓ Património natural, cultural e gastronómicos singulares; ✓ Clima favorável prática turismo todo o ano; ✓ Território inserido em Áreas Classificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixa densidade populacional; ✓ Índice de envelhecimento elevado; ✓ Elevada taxa de analfabetismo; ✓ Elevada distância espacial e temporal aos equipamentos colectivos de saúde e educação; ✓ Fraca dinamização do tecido empresarial (número de empresas e empregabilidade); ✓ Fraca adesão da população ao associativismo cultural; ✓ Baixa participação pública da população em actos eleitorais.
<ul style="list-style-type: none"> nichos de empresas; ✓ Construção do Parque de Feiras e Exposições; ✓ Processo de certificação da batata-doce; ✓ Existência de diversos programas de cariz social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pouca qualificação da oferta e da mão-de-obra na área da hotelaria e restauração.

Anexo XX - Levantamento Fotográfico

Fonte: Aatoria Mónica Viegas

A Vila de Aljezur



Fotografia 1 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Aatoria: Mónica Viegas



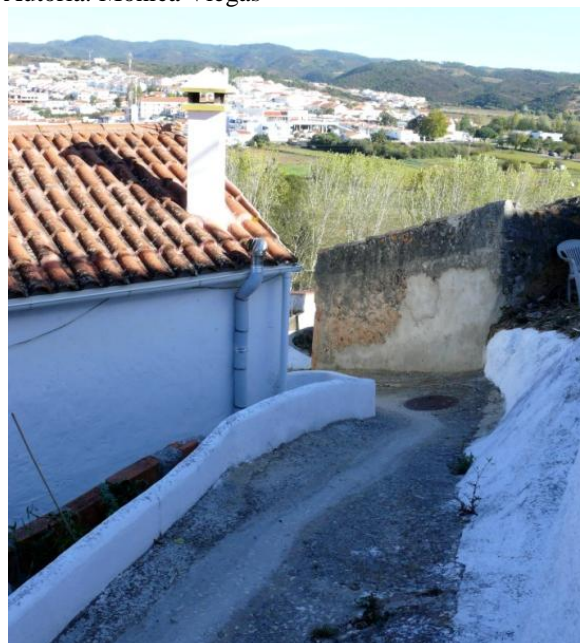
Fotografia 2 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 3 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 4 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 5 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 6 – Museu Municipal de Aljezur, Zona Histórica de Aljezur 08.10.2012.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 7 – Zona histórica, Vila de Aljezur 08.10.2012.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 8 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 9 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 10 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 11 – Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 12 – Igreja da Misericórdia, centro histórico da vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 13 – Detalhe da Igreja da Misericórdia, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 14 – Ponte sobre a Ribeira de Aljezur, Vila de Aljezur, 03.03.2012
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 15 – Ponte Pedestre sobre a ribeira de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 16 – Homenagem às “Mondadeiras” na zona histórica da Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 17 – Detalhe de porta na zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 18 – Detalhe das telhas de um edifício na Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 19 – Antigo local onde se lavava a roupa e forno antigo, zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 20 – Forno antigo na zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 21 – Painel de Azulejos, zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



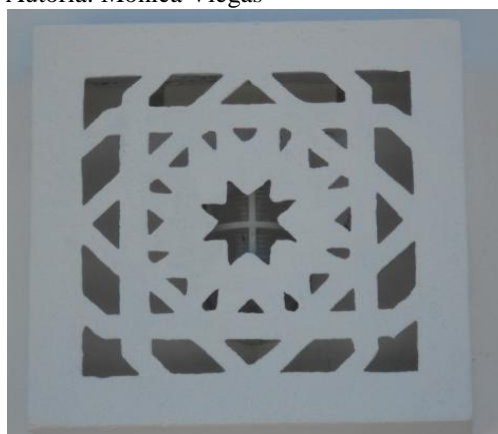
Fotografia 22 – Painel de azulejos com toponímia de uma rua na Zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 23 – Chaminé, zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 24 – Chaminés, zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 25 – Fonte antiga na Zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 26 – Candeeiro, zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 27 – Chaminé, zona histórica, Vila de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas

Fotografia 28 – Detalhe de uma parede de um edifício abandonado, na zona histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 29 – Igreja Nova (Vista do Castelo) 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 30 – Igreja Matriz de Nossa Srª Alva, Igreja Nova, 03.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 31 – Detalhe da Igreja Matriz de Nossa Srª Alva, Igreja Nova, 07.11.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 32 – Vista da zona histórica de Aljezur, fotografada a partir da Igreja Matriz de Nossa Srª Alva, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 33 – Fonte de Santa Susana, na entrada de Aljezur, EN 120, 20.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 34 – Detalhe da Fonte de Santa Susana, na entrada de Aljezur, EN 120, 20.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 35 – Fonte das Mentiras, Vila de Aljezur, 27.05.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 36 – caminho para a Fonte das Mentiras, Vila de Aljezur, 27.05.2012.
Autoria: Mónica Viegas

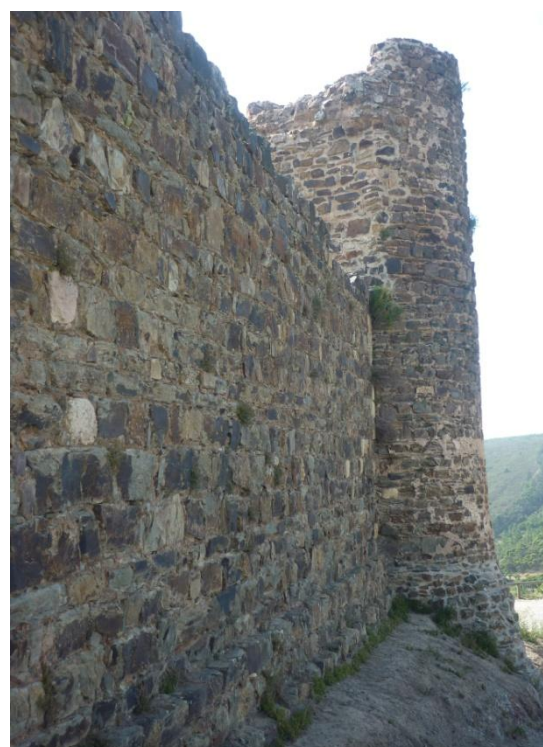
O Castelo de Aljezur



Fotografia 37 – Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



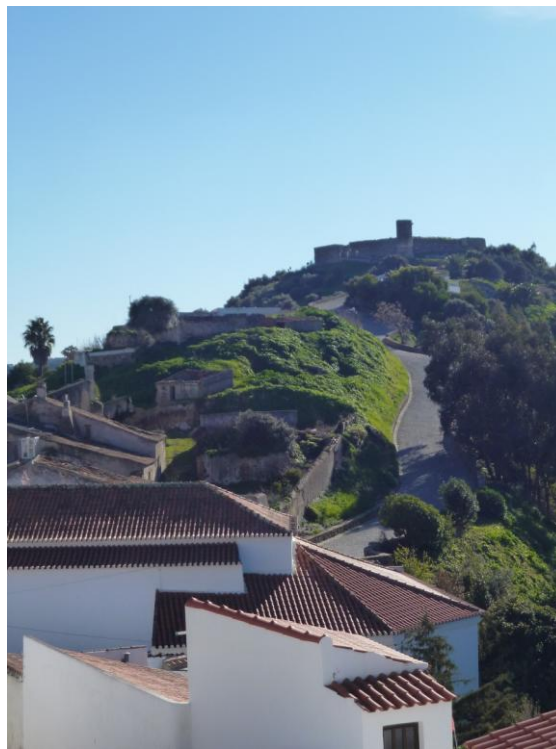
Fotografia 38 – Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 39 – Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 40 – Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 41 – Castelo de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 42 – Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



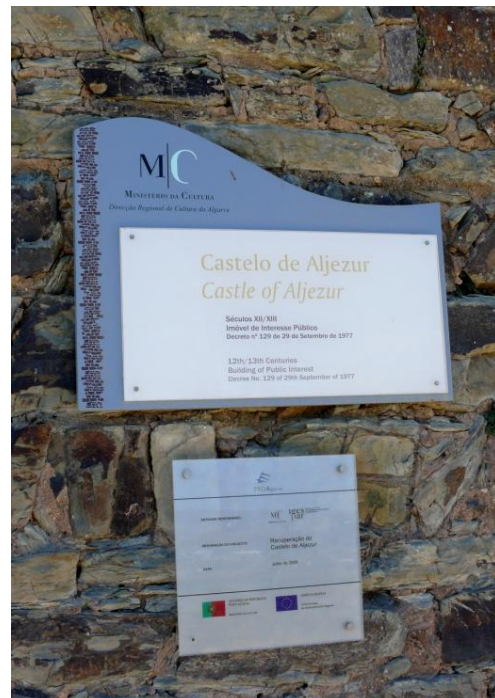
Fotografia 43 – Detalhe Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 44 – Placa Interpretativa, Castelo de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 45 – Entrada para o Castelo, Placa Interpretativa, Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas

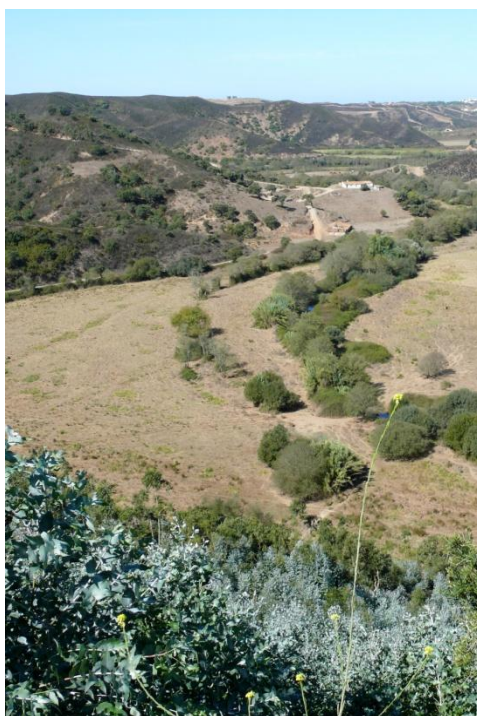


Fotografia 46 – Entrada para o Castelo, Placa Interpretativa, Castelo de Aljezur, 08.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas

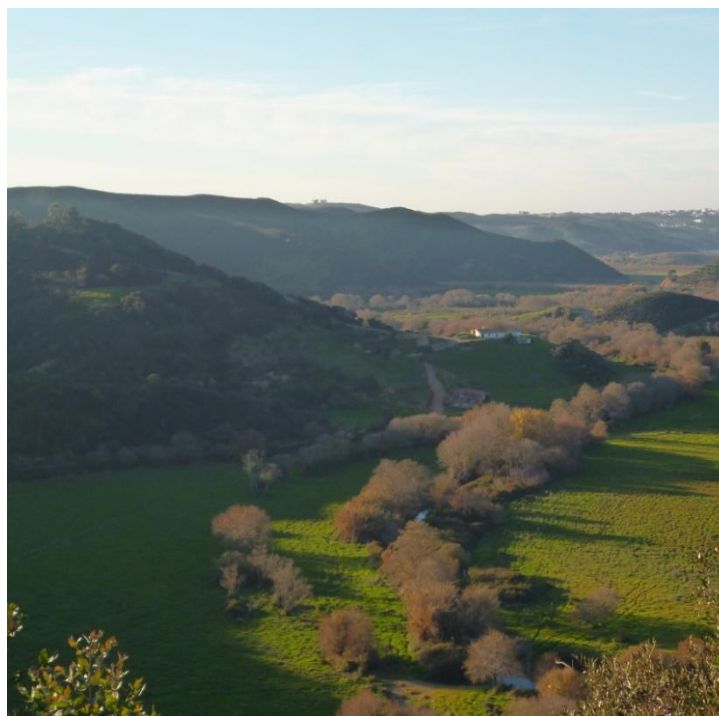


Fotografia 47 – Castelo de Aljezur e Várzea, fotografada desde a estrada Parte histórica, Vila de Aljezur, 03.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas

A Várzea



Fotografia 48 – Várzea, fotografada desde o Castelo de Aljezur, 08.10.2012.



Fotografia 49 – Várzea, fotografada desde o Castelo de Aljezur, 06.01.2012.

Autoria: Mónica Viegas

Autoria: Mónica Viegas



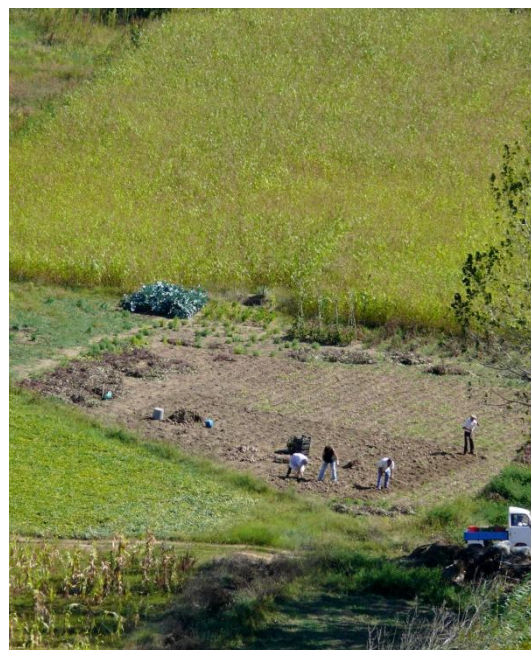
Fotografia 50 – Várzea entre zona histórica de Aljezur e “Igreja Nova”, Fotografada desde o Castelo de Aljezur, 03.07.2011.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 51 – Várzea, Vila de Aljezur, 03.07.2011.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 52 – Detalhe várzea, Vila de Aljezur, 08.10.2012.

Autoria: Mónica Viegas

A Vila de Odeceixe



Fotografia 53 – Moinho, Vila de Odeceixe, 28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 54 – Edifício, Vila de Odeceixe,
28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 55 – Detalhe de platibanda de um edifício no
centro da Vila de Odeceixe, 28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 56 – Centro Vila de Odeceixe,
28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 57 – Escadaria, Centro Vila de Odeceixe,
28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 58 – Igreja Matriz de Odeceixe, 28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 59 – Detalhe paredes caídas de um edifício no centro da vila de Odeceixe, 28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 60 – Moinho de Odeceixe, 28.09.2012.



Fotografia 61 – Entrada do Moinho de Odeceixe, 28.09.2012.
Autoria: Mónica Viegas

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 62 – Vista sobre a Vila de Odeceixe, Fotografa desde o Moinho de Odeceixe, 28.09.2012.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 63 – Zona de Várzea de Odeceixe, Rio Seixe, 28.09.2012.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 64 – Sinalética da Rota Vicentina e GR 11, Vila de Odeceixe, 28.09.2012.

Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 65 – Praia de Odeceixe, 02.10.2012.

Autoria: Mónica Viegas

Praia da Amoreira



Fotografia 66 – Praia da Amoreira, 22.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 67 – Praia da Amoreira, 22.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 68 – Praia da Amoreira, 22.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 69 – Praia da Amoreira, Vila de Aljezur,
12.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 70 – Praia da Amoreira, 12.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas

Praia da Arrifana



Fotografia 71 – Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



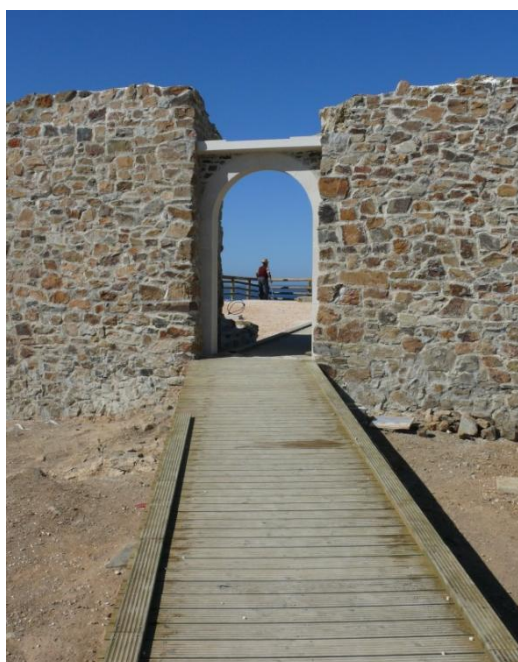
Fotografia 72 – Praia da Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 73 – Porto de Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 74 – Fortaleza da Arrifana, 21.03.2012
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 75 – Parte histórica, Vila de Aljezur,
21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 76 – Parte histórica, Vila de Aljezur,
21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 77 – Ruínas perto do *Ribat* da Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 78 – *Ribat* da Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 79 – *Ribat* da Arrifana, 21.03.2012.
Autoria: Mónica Viegas

Monte Clérigo



Fotografia 80 – Monte Clérigo, 22.04.2012
Autoria: Mónica Viegas



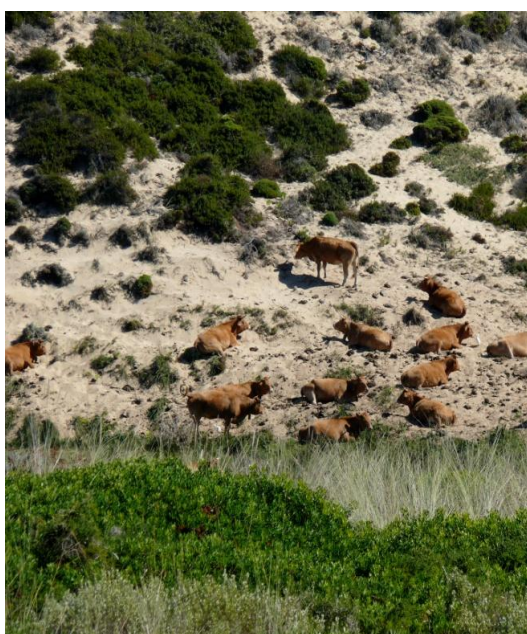
Fotografia 81 – Edifício, Monte Clérigo,
22.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



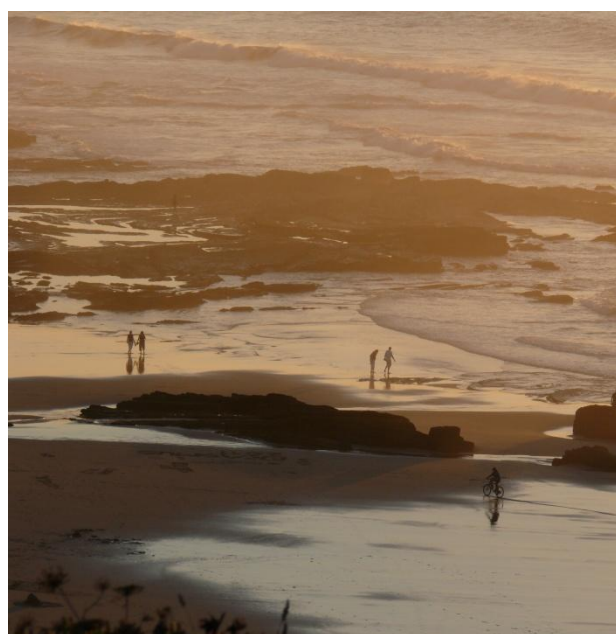
Fotografia 82 – Detalhe de Edifício, Monte Clérigo,
22.04.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 83 – Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 84 – Gado na Praia de Monte Clérigo,
02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 85 – Praia de Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas

Algumas atividades



Fotografia 86 – Surf, Praia de Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 87 – Pesca Praia de Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 88 – WindSurf, Praia da Bordeira, 08.08.2011.
Autoria: Mónica Viegas

Alguns produtos



Fotografia 89 – Perceves, Praia do Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 90 – Mexilhão, Praia do Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas



Fotografia 91 – Lapas, Praia do Monte Clérigo, 02.10.2012.
Autoria: Mónica Viegas